

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica

**Hipertrofia da visão – inflação do imaginário:
um estudo empírico sobre a produção e recepção de sentidos
pelo corpo da mulher cega numa sociedade escopofílica**

Marcelo Santos de Moraes

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica – Análise das Mídias, sob orientação da Prof^a. Doutora **Maria Lucia Santaella Braga.**

São Paulo
2008

Banca Examinadora:

Para a vida,
pela chance de,
durante um ano,
ter feito algo que valeu a pena.
Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria existido sem duas pessoas: minha mãe e minha orientadora. A primeira deu-me “as asas”, jogou-me no mundo, ordenando-me ser feliz; a segunda embarcou comigo neste vôo, acreditando no meu potencial desde o início, incentivando-me nos momentos difíceis – que não foram poucos. A ambas, minha eterna gratidão.

Agradeço, também, aos amigos; eles me suportaram mais chato que o habitual, ajudando-me a desestressar sempre que necessário: obrigado Laroca, Mammy, Bebê, Bibi, Bruna, Pedro, Marcela, Aninha, Tati, Manoel, Claudinha, Lu, Alexandre, Paulinha, Gustavo, Del Mar, Alba, assim como a todos os colegas do COS, e à turma recifense sempre de plantão no msn: minha irmã, codinome “Rachelita”, Natália, Rapha, Jujú Leitex, Vanessa, Filipe e Bamps – o belga preferido, que me apresentou à Carol, a melhor tradutora gratuita para assuntos francófonos que alguém poderia desejar.

Não posso esquecer dos queridos Aidar, Cesarotto, Leda e Lucrécia, professores da melhor qualidade com quem tive o privilégio de estudar, e de Cidinha, minha consultora para assuntos burocráticos no COS – também uma grande incentivadora.

Um obrigado especial a Cesarotto e Leda pelas contribuições em minha qualificação: vocês me ajudaram imensamente a amadurecer algumas reflexões.

Agradeço, também, a todas as instituições e pessoas que aceitaram fazer parte deste estudo; sem elas, a pesquisa aqui apresentada não existira.

Por fim, mas não menos importante, dou o meu muito obrigado à comissão responsável por julgar o processo seletivo de bolsas realizado no primeiro semestre de 2007 e que, reconhecendo o mérito e a seriedade da proposta deste trabalho, agraciou-o com uma bolsa parcial de estudos através da Capes.

RESUMO

O presente estudo parte do pressuposto que, hoje, a imagem tenha se convertido no mais importante código comunicativo dentro da sociedade. Tal hipótese é formulada a partir de uma perspectiva sistêmica, dentro do campo comunicacional, na qual se consideram os movimentos de produção, recepção e mediação de sentidos envolvidos no ato comunicativo. De um lado, uma tecnovisão que delegou aos olhos a responsabilidade por até 80% de tudo percebido pelo homem e, do outro, o crescente condicionamento da cognição e da psique às informações imagéticas; entre ambos, a própria imagem – inevitavelmente corporal –, assumindo o papel de mediadora nas representações sociais. Como ponto de inflexão, optou-se por fazer um estudo empírico com mulheres cegas, na tentativa de observar de que forma, privadas de enxergar, elas se relacionam com um ambiente onde se exige, especialmente da mulher, o culto à corporeidade – a própria identidade feminina –, propagado através da publicidade, dos filmes, da televisão, enfim, da videosfera sugerida por Debray. Dentre os resultados obtidos, a constatação de que, mesmo sem enxergar, muitas cegas dão grande importância ao plano visual, tentando, de algum modo, nele inserir-se para interagir socialmente.

Palavras chave: tecnovisão, corpo, identidade, sistema comunicativo, feminino, cegueira

ABSTRACT

This work takes as a beginning point the conception that image, now days, can be considered the most important social code. This hypothesis is formulated through a systemic approach, inside the communicational field, attempting to the movements of meaning production, reception and mediation. On one side, there is a technovision making human eyes perceiving up to 80% of everything men receives from outside, and in the other, the increasing conditioning of cognition and psych to visual information; between both, the image itself – unavoidably corporeal -, assuming the position of mediator of social representations. As a counterpoint, it have been decided to study blind women, trying to understand how they deal with an environment that claims, especially from females, the corporal adoration - the feminine identity itself -, propagated by publicity, movies, television, it means, the vidoesphere proposed by Debray. Among the results, it was possible to evidence that even without seeing, many blind women cares about the visual universe, trying, somehow, to insert themselves on it for social interaction.

Keywords: technovision, body, identity, communicational system, feminine, blindness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO [5]

PARTE I. DIAGNÓSTICO

1. Uma breve conversa sobre Peirce [7]
 - 1.1 Algumas noções da fenomenologia e semiótica [7]
2. Um corpo reencarnado (e em fase de crescimento!) [17]
 - 2.1 Examinando os movimentos do biocibernético [26]
 - 2.1.1 De fora para dentro [26]
 - 2.1.2 Na superfície [29]
 - 2.1.3 De dentro para fora [33]
3. Breve comentário sobre a importância da visão no processo cognitivo [35]
4. Ver não é olhar [45]
5. A técnica da imagem – ou uma imagem da técnica? Capitalismo, produção seriada de imagens e tecnovisão [53]
6. Hipertrofia da visão - inflação no Imaginário: a superfície como espaço privilegiado da semiose na sociedade contemporânea [70]
 - 6.1 Para falar aos olhos, uma imagem [72]

PARTE II. ANÁLISE

7. Introdução [83]
8. Visitando o Feminino [85]
 - 8.1 Semiose da diferenciação sexual: feminino e masculino como terceiridade [85]
 - 8.2 Contribuições da psicanálise ao entendimento do feminino como terceiridade [89]
9. A cegueira: alguns apontamentos [96]
 - 9.1 Idéias sobre o olho e a sua ausência [96]
 - 9.2 Pequena história da educação para cegos [101]
 - 9.3 O cego hoje: definição da OMS e alguns dados estatísticos [112]
 - 9.4 Considerações psíquicas e cognitivas sobre a cegueira congênita [117]
10. A mulher portadora de cegueira congênita e seu corpo: um estudo empírico [121]
 - 10.1 Delimitação do objeto de estudo [121]
 - 10.1.1 Os sujeitos [121]
 - 10.1.2 Coleta de dados [124]
 - 10.1.3 Procedimentos de avaliação e análise dos questionários [131]
 - 10.2. Apresentação e análise dos dados obtidos [132]

PARTE III CONSIDERAÇÕES FINAIS

11. Algumas reflexões [158]

REFERÊNCIAS [163]

ANEXOS

Lista de figuras

- Figura 1** – As três tricotomias mais gerais da semiótica peirceana [13]
Figura 2 – Ilusão de ótica das setas Muller-Lyer [41]
Figura 3 – *Merkwelt* humano visualmente hipertrofiado [75]
Figura 4 – Mídias utilizadas (20/40 anos) [133]
Figura 5 – Mídias utilizadas (41/61 anos) [134]
Figura 6 – Mídias preferidas (20/40 anos) [136]
Figura 7 – Mídias preferidas (41/61 anos) [136]
Figura 8 – Ídolos (20/40 e 41/61 anos) [138]

Figura 9 – Espelhamento (20/40 e 41/61 anos) [140]
Figura 10 – Conceito de beleza (20/40 anos) [141]
Figura 11 – Conceito de beleza (41/61 anos) [142]
Figura 12 – Preocupação com a aparência (41/61 anos) [142]
Figura 13 – Preocupação com a aparência (20/40 anos) [143]
Figura 14 – Uso de cosméticos (20/40 anos) [144]
Figura 15 – Uso de cosméticos (41/61 anos) [144]
Figura 16 – Você segue a moda? (20/40 anos) [145]
Figura 17 – Você segue a moda? (41/61 anos) [145]
Figura 18 – Exercito-me para (20/40 anos) [146]
Figura 19 – Exercito-me para (41/61 anos) [147]
Figura 20 – Ser mulher é: (20/40 anos) [148]
Figura 21 – Ser mulher é: (41/61 anos) [149]
Figura 22 – Meu corpo é: (20/40 anos) [149]
Figura 23 – Meu corpo é: (41/61 anos) [140]
Figura 24 – Considera-se bonita? (20/40 anos) [151]
Figura 25 – Considera-se bonita? (20/40 anos) [152]
Figura 26 – Como sabe que é bonita? (20/40 anos) [152]
Figura 27 – Como sabe que é bonita? (41/61 anos) [153]
Figura 28 – Como acha que é vista? (20/40 anos) [153]
Figura 29 – Como sabe que é vista? (41/61 anos) [154]
Figura 30 – Se pudesse ser outra pessoa, eu seria: (20/40 anos) [155]
Figura 31 – Se pudesse ser outra pessoa, eu seria: (41/61 anos) [154]

PARTE I. DIAGNÓSTICO

INTRODUÇÃO

Na *Parte I* desta dissertação, tomando-se como referencial a abordagem sistêmica, e apoiando-se, também, nos estudos cognitivos, na psicanálise e na semiótica peirceana, será esboçada a tese de que a imagem funcione como fator atrativo dos processos comunicativos do homem contemporâneo, com a representação imagética da corporeidade convertendo-se em um signo primordial – talvez o mais importante - na mediação das relações sociais.

No *Capítulo 1*, será feita a breve introdução de alguns conceitos da filosofia peirceana, os quais se farão presentes no decorrer de todo o trabalho. No *Capítulo 2*, as discussões girarão em torno do corpo, sua importância para comunicação e os processos de modificação sobre ele imprimidos, especialmente no referente às interações homem-máquina. O *Capítulo 3* abordará a importância assumida pela visão, dentre todos os sentidos responsáveis por captar as informações de origem externa ao organismo humano, como a fonte de informação mais importante ao aparato cognitivo. Na seção subsequente, o *Capítulo 4*, se avançará até os domínios da organização psíquica, demonstrando-se como a visão se converte numa zona erógena, o olhar, fonte da pulsão escópica. O *Capítulo 5* traz como tema a *tecnovisão*, detalhando seu processo histórico de construção desde a fotografia. Finalmente, no *Capítulo 6*, que encerra a *Parte I*, será feita a conexão dos assuntos anteriormente trabalhados para explicar o motivo de a imagem corporal ter supostamente assumido um importante papel na mediação da produção e recepção de sentidos imprimida na atualidade.

Na *Parte II*, o objetivo será o de confrontar uma sociedade diagnosticada como *escopofílica* com a realidade dos deficientes visuais, especificamente das

mulheres cegas. Nesse sentido, as discussões iniciam-se, no *Capítulo 8*, com a caracterização do gênero feminino, a partir de sua compreensão como uma estruturação discursiva, baseada no registro do imaginário. Subseqüentemente, serão introduzidos no *Capítulo 10* algumas informações sobre os portadores de cegueira, contemplando-se aspectos sociais, estatísticos, cognitivos e psíquicos. Caminhar-se-á, então, à apresentação de uma pesquisa empírica feita com mulheres cegas, através da qual se apresentarão alguns dados, objetivando discutir como elas se comunicam numa “sociedade da imagem”, e que sentido dão ao corpo em tal processo.

É importante dizer que todos os textos traduzidos do alemão, espanhol e inglês são de responsabilidade do autor. Para os textos em francês, contribuiu Caroline Romão.

1. Uma breve conversa sobre Peirce

Diante da polissemia que recobre o sentido empregado no uso de palavras como “semiótica”, “signo” e “significado” (Nöth: 1990: 79), e consciente da necessidade de se trabalhar com termos precisos quando se produz um texto científico, esta dissertação inicia-se fazendo uma diminuta apresentação de alguns conceitos oriundos da filosofia desenvolvida pelo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), em especial, daqueles provenientes de sua fenomenologia e semiótica. Espera-se, assim, poder introduzir ao leitor noções gerais, porém basilares, da obra peirceana, noções essas que aparecerão no decorrer deste trabalho em alguns momentos.

1.1 Algumas noções da fenomenologia e semiótica

Peirce concebeu uma visão pansemiótica do universo; distanciando-se das dicotomias cartesianas, o pensador não estruturou sua definição de signo assumindo que, em oposição a essa, deveria existir, necessariamente, uma classe de “não-signos”, ou um mundo “não-semiótico” (Nöth, 1990: 41). Tal fundamentação, lógica¹, parte de três categorias *universais* do pensamento e da natureza, descritas por Peirce em sua fenomenologia ou *phaneroscopia* (Santaella, 1989: 50; *ibid.*, 1992: 43), cujo pilar é a concepção do fenômeno, também chamado de *phaneron*, “o total coletivo de tudo que está de qualquer modo presente na mente², sem qualquer consideração se isto corresponde a

¹ No sistema filosófico de Peirce, lógica é outro nome para semiótica (Peirce, 2005: 45).

qualquer coisa real ou não” (Peirce apud Campanhole, 2006: 23); trata-se de uma visão muito ampla, que caminha para além do “algo que podemos sentir, perceber, inferir, lembrar ou localizar na ordem espaço-temporal” (Santaella, 2004b: 7).

À primeira categoria fenomenológica, um possível, Peirce denominou *firstness*, primeiridade, o início de tudo, “que é fresco, original, espontâneo, livre (...). Uma coisa considerada nela mesma, como uma unidade” (Peirce, 2005: 280), ou seja, uma mônada, uni-situacional (Peirce apud Walther-Bense, 2000: 2), cheia de “arbitrariedade e variedade em sua essência, mas absoluta e sem gradações” (Peirce, 2005: 280), o “elemento (...) da experiência, geralmente associado ao sentir” (Houser, 1992: xxxi), “pura abstração, referente ao que constitui a *qualidade* ou atributo geral, que deve ser denominado *fundamento*” (Peirce, 1992: 4).

A segunda categoria foi batizada pelo filósofo de *secondness*, secundidade, uma coisa “considerada como correlata ou dependente, ou um efeito” (ibid.: 280), o “elemento dinâmico identificado com a noção de ação e reação” (Houser, 1992: xxxi), relacionado “às idéias de força bruta, (...) conflito, aqui e agora, esforço e resistência, díada” (Santaella, 2004b: 8), “sem governo da camada mediadora da intencionalidade, razão ou lei” (ibid., 1989: 50). Refere-se àquilo que depende do “tempo e do espaço e, portanto – como todos os eventos factuais e todos os

² Rapidamente, vale referir o significado especial do termo *mente* em Peirce. Longe de estar limitada a uma acepção “psicológica”, a palavra aponta para, por exemplo, a capacidade interpretativa da “inteligência artificial” e de formas de vida primitivas, com baixo grau de complexidade em seus processos de simbolização (Paschoale, 1989: 44-45). Seria, por exemplo, o caso de um inseto, capaz de voar longas distâncias sem se perder, e que através das representações criadas em sua *mente*, constrói um mapa cognitivo do local por ele sobrevoado (Queiroz, 2004: 15).

objetos concretos singulares -, (...) [existe] sob a forma da realidade” (Walther-Bense, 2000:3).

Finalmente, à última dessas categorias, Peirce (2005: 280) chamou *thirdness*, “o médium, devir, desenvolvimento (...)”; uma coisa que, de algum modo, coloca duas outras em relação, funcionando como mediadora entre elas (ibid.), ou seja, “um terceiro fazendo a mediação entre a mente destinatária e o objeto representado” (ibid.: 281), numa síntese intelectual; é a “camada de inteligibilidade, (...) através da qual representamos e interpretamos o mundo” (Santaella, 1989: 50).

É exatamente essa última categoria fenomenológica³, *thirdness*, ou, em português, a terceiridade, que corresponde ao conceito peirceano de signo⁴, “um processo relacional a três termos ou mediação, o que conduz à noção de semiose infinita”, em crescimento constante (Santaella, 2002: 8), pois, conforme será demonstrado em alguns parágrafos, “todo signo cria um interpretante que, por sua vez, é o representamen de um segundo signo, fazendo a semiose resultar numa

³ Todo sistema filosófico de Peirce foi construído a partir das três categorias fenomenológicas anteriormente referidas, que se encontram presentes nas três ciências normativas, estética, ética e lógica, correspondentes, respectivamente, à primeiridade, secundidade e terceiridade; a semiótica, por sua vez, subdivide-se em três ramos: 1) gramática especulativa, a qual estuda os “requisitos” para representação, ou seja, as condições necessárias para os signos atuarem como tal; 2) a crítica, que analisa a “verdade” da representação, o quanto o signo faz referência ao seu objeto; finalmente, 3) a retórica especulativa, responsável por entender como o sentido é transmitido, de que modo ocorre o processo de representação. Após as ciências normativas, segue a metafísica, estruturada a partir da lógica, que a precede na construção do pensamento peirceano (Houser, 1992: xxxi- xxxii; Santaella, 2001: 39-42). Não é o fim aqui pretendido se aprofundar em cada um desses campos da filosofia peirceana, mas, tão somente, evidenciar que as categorias fenomenológicas são a gênese de toda essa estrutura de pensamento, bem como que a semiótica se preocupa, em especial, em entender o domínio da terceiridade, a maneira através da qual o signo media um processo de representação, produzindo outros signos.

⁴ O correto seria falar que a terceridade corresponde à noção de signo genuíno, sem degeneração. Mas, diante da proposta de focar este capítulo no desenvolvimento de alguns poucos conceitos fundamentais, não se entrará na noção de signo degenerado.

‘sucessão de interpretantes subseqüentes’ *ad infinitum*” (Nöth, 1990: 43). Na realidade, esse caráter processual, a ação de representar, é a própria definição peirceana de signo ou semiose, “uma relação entre coisas que podem ser abstraídas na forma de correlatos” (Queiroz, 2004: 48); arranjo de três termos, produtor de um padrão de “itens, qualidades, eventos, processos, e qualquer coisa que é signo, de qualquer natureza, pode ser abstraída na forma desse padrão” (ibid.).

Peirce defende a impossibilidade da terceiridade, secundidade e primeiridade existirem dissociadas na semiose, apresentando as “categorias diretamente como três tipos de relações lógicas – monádica, diádica e triádica” (Murphey apud Moraes e Queiroz, 2005: 14), “onipresentes e inter-relacionadas”⁵ (Santaella, 2007: 147), cada uma “servindo a uma função de unificação distinta e necessária pelas quais os objetos são tornados inteligíveis” (Hausman apud Moraes e Queiroz, 2005: 14). Esse processo triádico através do qual se desenvolve o signo ocorre no espectro mais amplo possível, indo desde os fluxos comunicacionais no mundo físico (fiscossemiose), passando pelas trocas de sentidos verificadas no interior das células e chegando, evidentemente, “em atividades consideradas tipicamente humanas”⁶ (Queiroz, 2004: 20).

Entretanto, o conceito de signo não é tão simples quanto aparenta, ou o próprio Peirce, tal qual assinala Ransdell (apud Sanatella 2004b: 11), não teria se

⁵ Vale apontar uma diferença: as categorias estão *inter-relacionadas*, mas não estão em *continuidade*, pois essa última é uma característica exclusiva da terceiridade.

⁶ Segundo Queiroz (2004: 20), nessa categoria se incluiriam, entre outras coisas, a produção de notações, metarrepresentações e modelos.

ocupado em formular “perto de uma centena ou mais variantes” dessa definição.

Santaella (2004b: 13) lembra que

a questão do signo é muito mais sutil do que as grosseiras simplificações fazem supor. Para penetrar nas nervuras dessa sutileza, devemos ir por partes, sinalizando o caminho, para que o trajeto passo a passo, e portanto analítico, possa nos endereçar à síntese de uma compreensão sempre provisória, mas, nem por isso, desnecessária.

Evidentemente, frente aos objetivos deste primeiro capítulo, talvez a “sutileza” da noção de signo seja perdida, todavia, como já foi dito, o que se pretende é apenas fazer uma introdução de conceitos. Portanto, agora, volta-se à definição peirceana da semiose. Assim como referido há pouco, essa formulação advém da *phaneroscopia*, ou seja, da aparência dos fenômenos, que ganham uma correspondência na lógica, sendo compreendidos, então, na forma de linguagem, a partir da seguinte estrutura: na posição inicial, onde estava a primeiridade, localiza-se o (1) *signo*, ou seja, o fenômeno com o poder de produzir sentido, de representar, também chamado *representamen*; na posição dois, lócus da secundidade, está o (2) *objeto dinâmico*, que se manifesta, sempre parcialmente, quando posto em relação com o signo; finalmente, onde havia o que na fenomenologia era chamado de terceiridade, encontra-se o (3) *interpretante dinâmico*, aquilo que o signo substitui, funcionando como mediação entre o signo e uma nova semiose.

Essa trinca de relações envolve outros elementos, pois o signo, na verdade, constitui-se de dois objetos e três interpretantes. Através do *objeto imediato*, que está dentro dele, o signo representa algo além de seus domínios, anterior e independente de sua existência, o *objeto dinâmico*, aquilo que ele tenta substituir. Essa tentativa é feita por meio do interpretante, dividido por Peirce em

interpretante imediato, ou o sentido que o signo tem condições de produzir numa mente, *interpretante dinâmico*⁷, o efeito realmente imprimido por um signo numa mente e, em último lugar, o *interpretante final*, o qual nunca será atingido, pois para chegar a ele seria preciso incluir todas as formas possíveis a que qualquer mente reagiria ao *objeto dinâmico* (Santaella, 2004b: 42-49). Logo,

signo-objeto-interpretante são termos técnicos. Falar em signo já inclui o objeto e o interpretante, pois aquilo que constitui o signo é a relação triádica entre três termos: o fundamento do signo, seu objeto e seu interpretante. Esses termos indicam as posições lógicas ocupadas por cada um dos elementos na semiose onde o fundamento do signo é um primeiro, o objeto é um segundo e o interpretante um terceiro. (Santaella, 2001: 43).

É porque o signo está numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado, representa o que está fora dele, seu objeto [dinâmico], e de outro lado, dirige-se para alguém em cuja mente se processará sua remessa para um outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E esse sentido, para ser interpretado tem que ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (Santaella, 1989: 52).

Essa articulação lógica possibilitou a Peirce criar uma rede de classificações sígnicas, sempre trinitárias. Foram, então, “estabelecidas 10 tricotomias, isto é, 10 divisões triádicas do signo, de cuja combinatória resultam 64 classes (...) e a possibilidade lógica de 59.049 tipos de signos” (Santaella, 1989: 62). Evidentemente, o filósofo norte-americano não explorou todas essas variantes, mas as “10 divisões triádicas foram, no entanto, elaboradas (...). Dentre todas essas tricotomias, há três, as mais gerais, às quais Peirce dedicou explorações minuciosas (...)” (ibid.):

⁷ O interpretante dinâmico subdivide-se em emocional – quando o efeito do signo é uma qualidade de sentimento –, energético – quando o efeito envolver esforço, seja ele físico ou mental – e lógico – aqui, já no plano de uma regra interpretativa –; este último, o lógico, ainda apresenta uma subdivisão. Tais categorias não serão aqui apreciadas, mas podem ser observadas em Peirce (MS 318) ou Santaella (2001: 47-51; 2004b: 64-88).

	SIGNO EM SI MESMO	SIGNO EM RELAÇÃO AO OBJETO DINÂMICO	SIGNO EM RELAÇÃO COM O INTERPRETANTE
Primeiridade	Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade	Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade	Legi-signo	Símbolo	Argumento

Figura 1

Essas duas primeiras tricotomias, a do signo em si mesmo e a do signo em relação ao objeto dinâmico, tem especial interesse neste trabalho e, por conta disso, elas serão agora detalhadas.

O “quali-signo é um signo considerado particularmente no que diz respeito à sua *qualidade intrínseca*, sua aparência (isto é, sua propriedade primeira)” (Ransdell apud Santaella, 2004b: 99). Essas qualidades precisam ser corporificadas em um sin-signo; “o prefixo *sin* pretende sugerir a idéia de único, singular, aqui e agora. Peirce também se refere ao sin-signo como um objeto da experiência direta” (Santaella, 2004b: 100). É um signo onde prevalece a secundidade: “não é a qualidade em si que está funcionando como signo, mas sim sua ocorrência no tempo e no espaço numa corporificação singular” (ibid. 101), que funciona enquanto “uma atualização de um legi-signo” (ibid.). Última categoria sêmica da primeira tricotomia exposta na *Figura 1*, o legi-signo se refere a uma lei, um propriedade geral que rege seu funcionamento (ibid.); “o que o faz agir como

tal é a sua tendencialidade, isto é, tende a gerar o mesmo interpretante ou interpretantes semanticamente correlatos” (ibid.: 105).

Na segunda tricotomia⁸, os signos são tipificados por Peirce como *predominantemente* icônicos, indiciais ou simbólicos. O termo *predominantemente* aponta para o fato de que, conforme noticia Fisch (apud Santaella, 1992: 83-84), não há três tipos segregados de signos - ícones, índices e símbolos - mas a presença desses três aspectos em toda semiose, cuja importância varia conforme o caso.

Os ícones, como se pode observar na *Figura 1*, estão alocados no domínio da primeiridade. Isso significa que eles têm uma propriedade monádica, ou seja, não relacional – lembre-se que a mônada opera como unidade, fechada em si mesma. Em função disso, a única forma através da qual um ícone pode fazer referência ao seu objeto é por analogia, usando da semelhança com uma qualidade do mesmo. Mas é preciso estabelecer uma diferença: de um lado, há o que Peirce chamou de “ícone puro⁹”, mera possibilidade, e, do outro, o “signo icônico”, também denominado *hipoícone* – nesse segundo caso, já existe semiose: ao mimetizar o objeto, o signo consegue acessar uma mente, adentrando em suas fronteiras sob três formas:

1º) As imagens propriamente ditas, que pela comparação com qualidades como a cor, forma ou textura, constroem uma similaridade por aparência com o objeto;

⁸ Peirce (apud Nöth, 1990: 44) aponta a tricotomia ícone-índice-símbolo como “a mais fundamental divisão dos signos”.

⁹ Santaella sistematiza seis graus de iconicidade; para mais, ver Santaella, 2004b: 109-119.

esta categoria, todavia, não é sinônimo de um signo visual, incluindo, por exemplo, os sons.

2º) Já os diagramas, segundo nível dos signos icônicos, estabelecem paralelos entre o signo e uma ou mais das características presentes nas relações internas do objeto. “Não são mais as aparências que estão em jogo aqui, mas as relações internas de algo que se assemelha às relações internas de uma outra coisa” (Santaella, 2004b: 120). São, por exemplo, os gráficos e mapas.

3º) As metáforas, último entre os hipoícones, operam estabelecendo semelhanças entre o caráter representativo do signo – *significado* - e o caráter representativo de um suposto objeto.

Quanto aos índices, eles não operam por similaridade. São signos diretamente afetados pelo objeto que representam, com o qual passam a partilhar alguma qualidade. Estando sob a dimensão da secundidade, assinalam “algo como existente ‘aqui e agora’” (Walther-Bense, 2000: 16), pois envolvem uma *reação*, produzida, exatamente, pelo contato do signo com o *objeto dinâmico*. Em virtude disso, “sua função característica é chamar a atenção do intérprete para o objeto, exercendo sobre o receptor uma influência compulsiva” (Peirce apud Santaella, 2004b: 123), ao direcionar o seu olhar “a se virar para o objeto, compelindo o intérprete a ter uma experiência” (ibid.), pois “o índice forçosamente se introduz na mente, independentemente de ser interpretado ou não como signo” (ibid.), ou seja, de se tornar um símbolo.

Último item da tricotomia que examina as relações entre o signo e o objeto dinâmico, o símbolo pertence à terceira, possuindo a capacidade de atuar sem semelhanças ou vinculações diretas com o objeto, constituindo-se como semiose “simplesmente ou principalmente pelo fato de ser usado e compreendido como tal, (...) sem se levar em consideração os motivos que originariamente orientaram sua seleção” (Peirce, 2005: 76). É “um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais, que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto” (ibid.: 52-53). Assim, ao invés de se prender a uma qualidade do objeto ou precisar estar em conexão factual com ele, o símbolo funciona porque carrega dentro de si uma lei, segundo a qual ele tem o poder de representar. Por essa razão, o símbolo *depende do intérprete para significar*, e “perderia o seu caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante” (Peirce, 2005: 74).

E aqui, na definição do símbolo, termina o rápido percurso deste primeiro capítulo na obra de Peirce, obra essa que, a partir de alguns dos conceitos abordados, continuará presente na próxima seção, quando o corpo, distante de ser visto como um conjunto apenas anatômico ou biológico, será exposto na acepção de semiose, um devir em expansão, encadeamento da linguagem.

2. Um corpo reencarnado (e em fase de crescimento!)

Resguardada no corpo encontra-se toda a gênese da civilização. Os deuses criadores são réplicas fidedignas - ou aperfeiçoadas - de seus filhos (Cascudo, 2004: 239); a própria mulher, na tradição cristã, é uma projeção da costela adâmica (Prod'Hom, 2004: 82). O cosmos foi antropomorficizado (O'Neil apud Csordas, 1996:5-6). Desde sempre, o mundo está organizado tomando-se como referência a corporeidade: cidades, estradas, pontes... A dimensão é a escala humana. Das mãos e pés retiram-se, até hoje, a medida das coisas - altura dos aviões, abismos do mar, tamanho das telas... -, pois a abstração do sistema métrico francês não se tornou uma categoria universal, nem mesmo na Europa, onde os ingleses, por exemplo, continuam a usar seus *inches* (Cascudo, 2004: 239-240).

Só há sentido através do corpo: nada pode ser compreendido sem passar por ele e nele circunscrever-se (Villaça e Góes, 1998: 23); uma ferramenta original, com a qual o homem molda seu mundo e, ao mesmo tempo, a substância primeira onde esse mundo é esculpido (Mauss apud Csordas, 1996: 6). “Chave-mestra”, “um modelo universal e polivalente” (Gil, 1997: 45), é *media*-gênese completa¹⁰ – todas as outras são suas extensões segmentadas -, suporte dos complexos aparatos visual, sonoro, gustativo, olfativo e tátil; entremeio, e ao mesmo tempo epicentro dos fluxos perceptivos com o sistema nervoso, numa sobreposição de sensações inter-relacionadas (Gibson apud Santaella, 2004a:

¹⁰ A palavra *media* é aqui entendida como *medium*, “um aparato técnico e sociossemiótico de transmissão de mensagens” (Nöth, 1990: 175), por técnica compreendendo-se a tradução de uma linguagem em outra. Dessa forma, o *medium* é a “forma de expressão” do signo. Nesse sentido, os canais de comunicação referidos ao se falar no corpo como “media-gênese” seriam o óptico, tátil, acústico, palatável e olfativo, na classificação de Sebeok (apud Nöth, 1990: 175), subtipos dos canais energéticos (químicos ou físicos).

38). Na corporeidade, movimentos, expressões faciais, sons, o toque, os cheiros são apenas alguns dos textos possíveis - textos esses em que o corpo não é objeto, mas sujeito; um emissor-canal-receptor de signos - sem distinções óbvias entre essas categorias (Villaça e Góes, 1998:101) -, devir em retroalimentação, no qual códigos¹¹ são gerados e decodificados a todo o momento, síntese – ou metáfora - do *esquema canônico da comunicação*¹². “Viver, nesse sentido, é assumir a condição carnal de um organismo cujas estruturas, funções e poderes nos dão acesso ao mundo, nos abrem à presença corporal do outro” (Villaça e Góes, 1998: 23).

Mas a condição carnal não é natureza; ao contrário: é cultura. Na verdade, há uma “mistura crescente entre o vivo e o não vivo, o natural e o artificial, permitida pelas tecnologias, (...) que faz explodir a própria ontologia do vivo” (Santaella, 2004a: 31). Desde os tempos primitivos, orelhas, lábios, órgãos sexuais... Tudo é objeto de modelagem – praticamente, nada escapa ao desejo de aperfeiçoar o corpo (Villaça e Góes, 1998: 176-177). Parece confirmar-se a tese freudiana do homem deficiente, transfigurado em “Deus protético” no processo civilizatório (Pantellini e Stohler, 2004: 6; Shade, 2004:58-62). Tal “deficiência”, diz Lacan (apud Villaça e Góes, 1998: 37), irrompe do fato da humanidade ser acometida por “um desequilíbrio existencial com sua natureza biológica” (ibid.),

¹¹ Códigos são instruções para troca de sentidos entre sistemas sógnicos (Nöth, 1990: 206). O conceito de sistema será desenvolvido no *capítulo 6*, mas pode ser aqui resumido, para o caso especificado, como um conjunto de signos e as relações que os conectam.

¹² No final da década de 1940, Abraham Moles designa por “esquema canônico da comunicação” a estrutura emissor-canal-receptor, que sofreu constantes aperfeiçoamentos no decorrer da história, como a introdução do *feedback* (Miège, 2000: 25-27).

*estádio do espelho*¹³, instabilidade veículo de uma relação problemática com a auto-imagem, sempre aquém do ideal (Fink, 1998: 57).

Talvez, esse impulso de autoplasmar-se tenha sua origem na biologia. O homem nasce prematuramente com a pele muito frágil, necessitando de proteção artificial física e, mais ainda, simbólica, pois é simbolicamente que se processa sua passagem à identidade individual e comunitária. O homem está permanentemente exposto nas duas acepções do termo: aos perigos e aos olhares. (Villaça e Góes, 1998: 37).

E o poder dos olhares é avassalador. Se, conforme propõe uma das definições mais recorrentes de sujeito – “aquilo que um significante¹⁴ representa para outro significante” - na obra de Lacan (apud Fink, 1998: 9), é no mundo do simbólico que se constrói a alteridade, a necessidade social da remanufatura sônica do corpo parece, de fato, explicar-se pelo desejo de encarnar uma *persona* livre das fragilidades da natureza e, portanto, “forte” ao julgo do outro. No mesmo sentido, o redesenho corporal pode ser compreendido como uma tentativa de enquadrar a natureza dentro de um determinado sistema conceitual. Isso porque o corpo *é uma redação escrita com significantes* (Fink, 1998: 29). Lacan (apud Fink, 1998: 43-44) fala de um *real*, anterior à linguagem, traduzido, por exemplo, no corpo infantil, semanticamente virgem¹⁵. Na socialização, essa página em branco

¹³ A partir dos seis meses, a criança passa a identificar-se no reflexo do espelho, assumindo a imagem refletida como sua, seu *eu*. Essa imagem lhe parece “falha”, pois não goza de perfectibilidade motora e depende dos outros, por exemplo, para alimentar-se (Lacan, 1977: 22). O infante, então, começa a adotar como modelo as figuras parentais, assim como qualquer imagem que eles valorem: outras pessoas, fotos, filmes... (Fink, 1998: 56-57). Internalizadas, essas representações serão reagrupadas na formação da auto-imagem, um processo contínuo ao qual novos elementos são sempre adicionados (ibid.).

¹⁴ Dentro da terminologia peirceana, o que Lacan chama de *significante* seria o *objeto dinâmico*. Nesse sentido, sempre que se falar em *significante* nesta dissertação, é a esse conceito elaborado por Peirce que se estará referindo.

¹⁵ Da mônada inicial, uma zona erógena contínua sem divisões e espaços privilegiados (Lacan apud Fink, 1998: 43-44), o corpo do recém-nascido é progressivamente conduzido ao domínio da terceiridade: o prazer passa a ser localizado, numa relação de *secundidade* prazer/não prazer, e a primeira zona simbolizada é a boca, seguida pelo anus e pelos órgãos sexuais, ou as fases oral, anal-sádica e fálica (Freud, s/d).

é violentada com toda sorte de textos¹⁶; são regras, costumes, símbolos genitores de uma *realidade*, nomeada exatamente pelo que pode ser racionalizado e semanticizado. Fora desse universo, nada é compreendido e, portanto, *não existe*. Mesmo as funções tidas como “naturais”, a exemplo de comer, cuspir e assoar o nariz, são fruto de enquadramento por forças histórico-culturais, produtoras de sentimentos de culpa, vergonha... (Elias apud Lyons e Barbalet, 1996: 49). Para tornar-se um “ator social”, logo, deve-se *ser* um ente corporal dentro do sistema simbólico, e não apenas *ter* um corpo¹⁷ (ibid: 50, 57-58) – ou os autistas se socializariam sem maiores problemas; “de certa maneira, a fisiologia dá lugar ao significante” (Fink, 1998: 30). Quem sabe, ao definir a alma, Aristóteles a categorizou como a “forma do corpo” (Chebabi, 1999:77) pensando exatamente nisso: a carne moldada pelo universo simbólico.

Em tempos de capitalismo, essa vontade de aperfeiçoar - ou enquadrar - o orgânico foi convertida em indústria, um mercado mundial de *design do corpo*. Prometem-se melhorias instantâneas e quase ilimitadas: o que a genética não foi capaz de conceber na perfeição dos padrões estéticos, e a natureza faz decair ao avançar dos anos, pode, agora, ser redesenhado na mesa de cirurgiões, ou através de dietas, moda, exercícios, pílulas, máquinas miraculosas e mirabolantes, uma feira das vaidades para todos os gostos – e bolsos! O desejo é um só: “sempre mais” (Pantellini e Stohler, 2004: 6-8). Das roupas com enchimentos ao

¹⁶ No mesmo sentido, Foucault traz a noção de corpo como texto, no qual o *poder social* é inscrito (Lyons e Barbalet, 1996: 49).

¹⁷ No original, Lyons e Barbalet trabalham o conceito de “emoção” enquanto base do “agente incorporado”, cujo corpo não é um mero ente físico subjugado a forças externas, mas também um veículo da ação subjetiva – que é, segundo os autores, emocional.

rímel alongador de cílios, passando pelos esteroides anabolizantes e os implantes de silicone, indo até as próteses técnicas sensoriais: a fase de crescimento passa a ter a duração da vida. E crescer, nesse sentido, não significa apenas aumentar; quer dizer, acima de tudo, o *crescimento das possibilidades de manipulação do corpo, mais recursos* para dar vazão aos devaneios masoquistas culturais, incluindo-se aí intervenções como dietas e as cirurgias de emagrecimento ou diminuição de partes corpóreas, além de procedimentos mais radicais, como as operações para mudança de sexo: num extremo, vaginas substituem falos; no outro, próteses penianas e testiculares surgem onde antes havia o complexo de castração; hormônios modulam a voz, criam seios ou fabricam pelos faciais. Deseja-se, no fundo, ser como os heróis dos quadrinhos, capazes de voar, enxergar através das paredes (ibid.: 8), mudar de forma instantaneamente, sem nunca subjugar-se aos desígnios de Cronos.

Química do orgânico com o inorgânico, missibilidade entre carbono e o infinito dos elementos, o corpo, diz Santaella, agora é “biocibernético”¹⁸: uma “hibridização do biológico e do cibernético”, na qual se dissolvem as fronteiras entre ambos (Santaella, 2004b:54); corporeidade virtual, “atualização temporária de um enorme hipercorpo”, interface entre o social, o técnico e o biológico (Levy apud Villaça, 1999:19). Sistemáticamente, tal processo pode ser tipificado em três categorias: o movimento de dentro para fora, onde próteses expandem as capacidades físicas, sensórias e cognitivas do corpo; a superfície entre o fora e o

¹⁸ Santaella adota o termo “biocibernético” numa acepção similar ao de “ciborgue”; a autora defende, entretanto, que o último encontra-se desgastado por sua vulgarização no imaginário fílmico e televisivo; além disso, advoga que “biocibernético” deixa a hibridização entre biológico e cibernético mais clara que “ciborgue” (Santaella, 2004a: 54).

dentro, ou seja, sua aparência, criada e recriada pelo *body building* e pelo *body modification*; finalmente, o movimento de fora para dentro, através do uso de “implantes e próteses que pretendem corrigir funções orgânicas variadas, ou ampliá-las, transformá-las ou mesmo criar novas funções” - e com o “código da vida decifrado”, o homem tem em suas mãos, doravante, o substrato para uma modelagem ainda mais profunda (Santaella, 2004a: 57- 64), não dimensionada, um hiato.

Nesse vazio dos horizontes, o medo às vezes apossa-se do imaginário: caminha-se para uma terra de Frankensteins? Ou, como é perturbadoramente sugerido na fábula “A Ilha do Doutor Moreau”, para uma biosfera habitada por

(...) criaturas sem identidade, dada a mistura de espécies com que cada uma é formada (...). Inclassificáveis, fora do sistema simbólico e, portanto, da inteligibilidade que define as fronteiras entre as categorias de pensamento, (...) ambíguas, intratáveis e [que] provocam uma mistura de repulsa e medo (...) (Le Breton, 1995: 52).

Nas possibilidades do biocibernético, dos transplantes de órgãos e tecidos e da inseminação artificial – conforme será ilustrado mais a frente -, o *eu* tem subtraída hiperbolicamente a certeza da carne sobre si mesma, da forma também conteúdo *individual*. O sonho modelador primitivo, vontade de ser o Deus das próteses, vislumbra possibilidades antes restritas à imaginação; há, entretanto, um preço - esmigalha-se o rigor segregativo entre os sujeitos, e a noção de identidade:

(...) o corpo de um homem não poderia se misturar estruturalmente ao de um outro. O corpo é o vetor da individualização, ele estabelece a fronteira da identidade pessoal; confundir essa ordem simbólica que fixa a posição precisa de cada indivíduo no tecido social significa apagar os limites identificadores do fora e do dentro, do eu e do outro; essa confusão coloca radicalmente em questão a afirmação de si e faz duvidar sobre a natureza do outro. A igualdade do homem consigo mesmo, a identidade de si, implica a igualdade com o seu corpo. A condição do homem é corporal (Le Breton, 1995: 64).

Hoje, o corpo do homem mistura-se não só ao de outros homens¹⁹, como também ao de animais, máquinas e produtos sintéticos. Se, de um lado, no movimento biocibernético, ocorre a hibridização entre o humano e artificial, de outro, as técnicas de transplantes²⁰ de órgãos e tecidos criaram seres cujo interior é povoado por excertos de cadáveres humanos – homotransplante do cadáver - ou animais – xenotransplantes -, ou mesmo por pessoas e criaturas que ainda estão vivas – homotransplante e xenotransplante entre vivos (Leite, 2000: 119); são tempos de homens que podem intercambiar as partes do próprio corpo, mudando-as de lugar – autotransplante (ibid.).

O sistema simbólico da carne teve todos os seus cânones subvertidos; há algo de tétrico e perturbador, e também de fascinante. Corações de babuínos pulsam dentro de peitos humanos (Haraway, 2000: 72); córneas de alguém que morreu, e cujo corpo, talvez, já tenha se desintegrado, proporcionam a visão de um vivente; dois homens partilham a mesma medula óssea e, possivelmente, nem se conheçam; órgãos essenciais são carregados dentro do bolso, como as bombas de insulina portáteis (Keller, 2004: 24). Mesmo o rosto, pretensamente tão particular e individual, não saiu ileso: em 27 de novembro de 2005, uma mulher foi submetida ao primeiro transplante de face do mundo. “Nós passamos do imaginário ao possível, da ficção à realidade”, afirmou o cirurgião responsável pelo

¹⁹ Se é que sempre não foi assim, vide o estádio do espelho.

²⁰ Os transplantes de órgãos e tecidos permeiam o imaginário há séculos. Entre lendas que relatam a troca de órgãos entre irmãos 300 anos a.C., evidências apontam, por exemplo, o intercâmbio de dentes na Antigüidade Clássica e América pré-colombiana. Nos os séculos XV e XVI, documentos descrevem experimentos com o objetivo de usar tecidos de pessoas e animais em transplantes; técnicas que serão aperfeiçoadas entre o final do século XIX e início do XX, com o refinamento instrumental, a anestesia, a antisepsia, a antibioticoterapia e, recentemente, o combate à rejeição (Leite, 2000: 103-104).

procedimento à imprensa (Folha Online: 2006). E o que falar dos filhos concebidos *in vitro*, com a sexagem definida dentro de um tubo de ensaio, *seleção artificial*, fusão de gametas às vezes comprados em bancos, gestados em ventres de aluguel, sem pai nem mãe conhecidos, ao mesmo tempo em que esses podem desconhecer já ter contribuído para a multiplicação da espécie – um Édipo pós-moderno se anuncia?

Há uma área da Lei intitulada “Direito da Personalidade”, que propõe, juridicamente, a proteção da personalidade humana, entendida como o *singular*, calcado na “figura humana” (Leite, 2000: 10-11); seriam “os direitos personalíssimos e os direitos sobre o próprio corpo” (Gomes apud Leite, 200:12), “as permissões dadas pela norma jurídica, a cada pessoa, de defender um bem que a natureza lhe deu” (Telles Júnior apud Leite, 2000: 16). Quando o fora, a superfície e o dentro, o eu e o outro, o homem, a máquina e o animal tornam-se intercambiáveis, miscíveis, esse “Direito da Personalidade” perde o seu sentido – e o conceito de identidade também.

Ocorre que, conforme propõe Hall (1997), hoje é preciso falar em identidades flutuantes²¹, fragmentadas, suspensas e transitórias entre diferentes posições, em alguns momentos concomitantes e sobrepostas. Da mesma forma, o

²¹ Para Kellner (2001: 295), o noção de identidade definida, com uma trajetória de vida fixada de antemão nas sociedades tradicionais, é “folclore antropológico e sociológico”. Segundo o autor, o que muda na contemporaneidade é a possibilidade de “refletir continuamente sobre os papéis e as possibilidades sociais disponíveis e distanciar-se da tradição (...)”. Podemos escolher e criar – e recriar – a nossa identidade (...)” (ibid.: 296). Inclusive, é bom atentar para o fato da psicanálise, há mais de um século, já trabalhar com o paradigma de identidade ambígua, indefinida: para Freud, por exemplo, os conceitos de masculino e feminino, longe de serem determinados pela biologia e estarem a salvo de confusão, envolvem uma série de complexas questões psicossociais, um universo de incertezas, de indeterminação, baseado nas relações objetais. Lacan chega a afirmar que tais conceitos – masculino e feminino – são, inteiramente, produtos da linguagem, e passíveis de mutação como qualquer discurso, pois não haveria “essência” de masculinidade ou feminilidade (Breen, 1998: 11-26).

conceito de *corpo humano* também deve ser repensado, sobretudo quando ele for entendido enquanto *sistema de representação e criação* dessa identidade fracionada: um corpo, logo, que não é fixo, estável, espaço natural, mas sim uma representação móvel, multifacetada; um sintagma em aberto, volátil, combinação instantânea e indetermina, na qual paradigmas podem ser introduzidos a todo o momento, produzindo novos sentidos, criando novos corpos. Como sentenciou Haraway (2000: 42), um mundo “pós-gênero” se anuncia.

Qual imagem é agora a representação do homem, quando o signo da corporeidade traduz-se como uma dinâmica da instabilidade, da mistura entre as casas genéricas? A matriz simbólica do *imago*²² foi, mais que retalhada pelo mosaico da auto-imagem (Lacan, 1977: 24-25), reencarnada no infinito, e a sua função de conectar o organismo à realidade, deixada ao amargo sabor da incerteza: o corpo não é mais um substantivo masculino concreto – se é que ele já o foi; sua sintaxe é a da ação, de um verbo transitivo, sem gênero. Como todo signo, o seu destino é crescer, misturando-se despidoradamente em outras semioses.

²² O termo *imago* é aqui empregado para referir-se ao momento em que o sujeito assume uma imagem como sua auto-identificação (Lacan, 1977: 22).

2.1 Examinando os movimentos do biocibernético

2.1.1 De fora para dentro

Nas mudanças estruturadas de fora para dentro do corpo, a cartografia das vísceras, músculos, ossos, fluidos, tecidos de toda natureza, é redesenhada pela invasão dos colonos artificiais, significantes que tentam impor às funções do *bios* novos significados. Uma perna mecânica, por exemplo, objetiva informar ao corpo sobre a restituição do membro amputado; implantado no coração, o marca passo corrige seu ritmo, desregulado se deixado ao comando do organismo.

O início desse processo encontra-se atrelado ao desenvolvimento das ciências cirúrgicas: o que inicialmente deveria ser uma simples “reparação” dos órgãos feridos em guerra, permitiu à medicina “completar artificialmente o corpo” (Villaça e Góes, 1998: 181). Foi esse o embrião dos ciborgues, que há mais de meio século, migraram da ficção para habitar o “mundo real” (Kunzru 2000: 133). Desde os anos de 1950, órgãos artificiais auxiliam operações, e se iniciaram as primeiras experiências com aparatos técnicos objetivando corrigir as imperfeições do funcionamento corporal (ibid.: 135).

Cunhada em 1960 por Clynes e Nathan Kline, a palavra *cyborg* traduzia-se, segundo seus criadores, como “homem ampliado”, cujo corpo, melhorado por uma série de aparatos técnicos, seria mais adaptado às viagens espaciais (ibid.:133). Doze anos mais tarde, em 1972, o escritor Martin Caidin usa o termo para batizar sua ficção científica, cujo enredo gira em torno de Steve Austin, piloto de testes da Força Aérea dos Estados Unidos que, após sofrer um grave acidente, é reconstruído com partes biônicas (Kim, 2004). Não demorou muito para a estória chegar à televisão: em 1974, a rede norte-americana “ABC” lança a série *The Six*

Million Dollar Man - O Homem de Seis Milhões de Dólares -, baseada no livro de Caidin; na trama da adaptação televisiva, um astronauta morto durante um vôo experimental é ressuscitado em laboratório, e tem seu corpo fundido a aparatos maquínicos (ibid.). A abertura do programa trazia o seguinte texto:

Steve Austin, astronauta. Um homem à beira da morte. Senhores, nós podemos reconstruí-lo. Temos a tecnologia. Nós temos os recursos para fazer o primeiro homem biônico do mundo. Steve Austin será esse homem; muito melhor do que era antes. Melhor, mais forte, mais rápido. (Tradução livre a partir do vídeo original).

Mas a palavra ciborgue só passa a ser usada amplamente, de fato, em 1985, quando Donna Haraway publica o seu “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista ao final do século XX” (Santaella, 2004a: 62). O objetivo da autora era “abrir as portas para as feministas questionarem as dicotomias ocidentais entre mente/corpo, organismo/máquina (...), antinomias estas que também davam suporte ao patriarcado” (ibid.). E Haraway (2000: 42; 45-46) sentencia: “Longe de assinalar uma barreira entre as pessoas e os outros seres vivos, os ciborgues assinalam um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento entre eles”.

Os ciborgues de Haraway, no entanto, precisam ser diferenciados dos seus ancestrais mecânicos: eles “são máquinas de informação” (Haraway apud Kunzru, 2000:135-136), uma idéia que remonta à cibernética (ou teoria geral dos sistemas) do matemático Norbert Wiener. No seu “Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos”, Wiener (1978: 16) fala de “mensagens” e “facilidades de comunicação”, compreendendo como objeto de análise a troca de sentidos entre os homens e seus iguais, os homens e as máquinas, e as máquinas com elas

mesmas; para o autor, não há diferença quando se dá uma ordem a uma pessoa ou a uma aparelho maquínico (ibid.): o corpo seria um “computador de carne” (Kunzuru,2000:137).

Na verdade, a cibernética vai trazer uma compreensão do corpo enquanto sistema comunicacional, que funciona através da “realimentação (*feedback*), ou seja, a capacidade de poder ajustar a conduta futura em função do desempenho pretérito” (Wiener, 1978:33). Para Wiener, a máquina automática e o sistema nervoso humano seriam fundamentalmente semelhantes: “a sinapse, no organismo vivo, corresponde ao dispositivo comutador da máquina”, afirma o autor (ibid.: 34).

Ainda sobre o movimento biocibernético de fora pra dentro do corpo, deve-se lembrar das tecnologias biomédicas de diagnóstico ditas “não invasivas”; são aparelhos de ultra-som, máquinas de ressonância magnética, raios “X”, que, apesar do nome, penetram nas regiões mais abissais do organismo, mapeando cada mínimo espaço, tecido, célula, gene (Santaella, 2004a:63). Não há cortes, sangue, ou muito menos dor; há, isto sim, a invasão invisível e imperceptível de cada detalhe anatômico, transfigurado em imagens precisas, exatas (ibid.), como possivelmente nem o estudo mais apurado em retalhos de cadáver seria capaz de revelar.

E a química do corpo também é objeto dessa remanufatura exógena ao que está dentro. Por mais estranha que soe a expressão “modular a sensibilidade”, é esse um dos trabalhos das neurociências, a partir do uso de poderosas substâncias sintéticas: pílulas, injeções, comprimidos – está controlado o comportamento (Santaella, 2004a:64); ou, espera-se, pelo menos os

comportamentos ditos indesejáveis... Para um futuro próximo, as nanotecnologias prometem a superestimulação de “faculdades mentais que não estarão mais limitadas ao corpo orgânico e químico” (ibid.): tomarão os homens pastilhas tão inteligentes quanto eles? Talvez nem seja preciso, pois a engenharia genética permitirá “intervir, manipular e modificar a própria informação biológica que constitui sua memória” (ibid.).

2.1.2 Na superfície

Tão importante quanto o dentro é a superfície; e, talvez, numa época de sociedade do espetáculo (Santaella, 2004a: 60), a aparência seja ainda mais valorada que a constituição. “Ser fotogênico ou não ser” (Sant’Anna, 2001: 66): esse seria o grande dilema do homem contemporâneo, fotografado e filmado desde o ventre materno, através dos exames – não invasivos (?) - de ultrassonografia; ainda sem consciência, nome, ou mesmo sexo, o feto tem sua imagem roubada e apresentada ao público. Um ser que, mesmo antes de nascer, já está incorporado pelo narcisismo e hedonismo característicos do mundo consumista (Castro, 2003: 19). Na verdade, a

atual preocupação com a forma e o volume dos corpos está relacionada à importância que a dimensão estética e a questão da imagem ocupam, que se reflete nos impressionantes números da indústria de cosméticos e cirurgias plásticas²³ realizadas, bem como na proliferação das academias de ginástica por todos os centros urbanos (...) (Castro, 2003:24).

Hoje “a percepção do corpo é dominada pela existência de uma vasta gama de imagens que propõem padrões de representação corporal” (Villaça, 1999:26);

²³ As referidas cirurgias estéticas poderiam estar localizadas no “movimento de fora para dentro” do corpo; como, porém, seu objetivo é produzir uma mudança superficial, elas foram aqui incluídas, conforme, inclusive, propõe Santaella (2004a:60).

são *top* – ou *über* - *models*, *pop stars*, atores e atrizes, ou melhor, a visão de seus corpos perfeitos, moldados a exaustivas seções de *photoshop* – definitivamente, os espelhos foram substituídos pelos outdoors, capas de revista e pelas telas de cinema, computadores e TV. Uma nova forma de manter a diferença entre as classes sociais pela aparência (Eagleton apud Villaça, 1999: 58), restringindo o acesso a certos tipos de moldagem do corpo a determinados grupos econômicos.

Isso porque, apesar do culto ao corpo ser generalizado em todos os nichos sociais, apoiado não só no discurso da perfeição estética, como também no da busca pela saúde, ele se dá de maneira diversificada, adentrando no campo da construção de identidades - inclusive a econômica -, formando *estilos de vida*²⁴ (Castro, 2003:28). Academias de ginástica, receitas de emagrecimento, salões de beleza, terapias de todo tipo, revistas de aconselhamento estético: tudo apresentado como novos espaços simbólicos para construção do “corpo perfeito”.

Nesse contexto insere-se a moda, que funciona como afirmação da identidade (Villaça, 1999: 60-61). As roupas, mesmo nas sociedades arcaicas, sempre extrapolaram a mera funcionalidade, construindo “‘*habitus*’ pessoais que articulam as relações entre o corpo particular e seu meio, constituem formas de negociação que dependem de técnicas corporais e modos de auto-apresentação”, marcando mais que o “corpo natural” (ibid.: 59; Villaça e Góes, 1998:108-109). O vestuário é “a primeira e mais visível forma denotativa de aculturação, expondo códigos de conduta e construindo uma cara” (Villaça, 1999:60). No que se refere ao século XX, pode-se perceber uma mudança da moda como *proposta*, até os

²⁴ Segundo informa Castro (2003: 27), o conceito de “estilo de vida” foi elaborado por Simmel, e pode ser compreendido como a relação entre a cultura objetiva e subjetiva, a experiência individual diante do efêmero polissêmico, num determinado espaço-tempo da vivência cultural.

anos 50, para a adoção da moda como *prótese*, desde os anos 60 desse mesmo século, quando o vestuário passa a ser uma “auto-expressão” (ibid.: 61):

(...) a moda se produz como arquivo e vitrine do ser/parecer, sugerindo comportamentos e atitudes, fabricando *selfs* performáticos por meio de sutis recriações dos conceitos de verdade, de bem e de belo. (Villaça e Góes, 1998: 107).

Ou seja, apesar de a moda ter nascido dentro do processo de industrialização do sistema capitalista, como uma mercadoria fetiche (Benjamin apud Santaella, 2004a:116), ela hoje vai além: trata de um corpo volátil pós-moderno, que longe de individual, é socializado pelas roupas que usa (Santaella, 2004a:121-122).

Quanto ao “embelezamento” propriamente dito, deve-se elucidar que, historicamente, ele foi um conceito associado à feminilidade, enquanto ao masculino cabia a força ou inteligência, qualidades consideradas indesejáveis numa mulher (Sant’Anna, 1995: 121; Sontag, 2005: 309-322). A partir de 1900, a publicidade passou a combater os defeitos da aparência feminina, anunciando produtos para afinar a cintura, escurecer cabelos brancos, tudo vendido sob o título de “remédio” (ibid.: 122-123) – seria a feiúra uma doença? Buscava-se uma “naturalidade”, baseada numa moral que pregava: “a mulher de mais má pinta é a que mais a cara pinta”, pois a “verdadeira beleza” era um presente de Deus (ibid.:124-125). Logo, a beleza não poderia estar associada ao trabalho da mulher sobre o seu corpo, o que só mudará na segunda metade do século XX (ibid.:126): a partir de então, além de embelezar, segundo a publicidade, os cosméticos passam a “influenciar diretamente o psiquismo de cada mulher, tornando-a não somente mais bela como também mais feliz e satisfeita com ela mesma”; são

cremes capazes de revelar uma natureza supostamente escondida, a essência feminina (ibid.:128, 136); ser bela vira *um direito* – ou um dever - de toda mulher: só é feia quem assim o deseja (ibid.:129). Cada vez mais, todavia, os homens também passam a submeter-se a rituais de beleza, chegando até a procurar, numa frequência crescente, procedimentos como cirurgias para o emagrecimento ou reposição dos cabelos: em 2004, o público masculino já era responsável por 31% das mais de 600 mil cirurgias plásticas realizadas por ano no Brasil, conforme dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (Agência Estado: 2007).

Ainda localizado no movimento de superfície do biocibernético está o chamado *body building* (Santaella, 2004a:60). Segundo Villaça e Góes (1998:60), o “corpo construído” está ligado à modernidade, quando de objeto privado, ele passa à esfera pública. Entre os anos de 1870 e 1880, o visual do homem com músculos hipertrofiados começa extrapolar os *freak shows*, e se instalar no cotidiano norte-americano – posteriormente, invadindo o resto do mundo (ibid.: 60-63). No ano de 1920, quando o levantamento de peso torna-se um esporte olímpico, a imagem do corpo hipertrofiado ganha de vez outra conotação, distante do seu significado aberrante inicial (Góes, 1999: 35). Essa nova perspectiva será reforçada com a crescente necessidade se moldar corpos para “posar” em fotografias, representações nas quais os modelos masculinos geralmente são musculosos; na década de 1940, o concurso de “Mister América” apenas cristaliza a preocupação com a “perfeição corporal” (ibid.: 35-36), acentuada ao longo dos anos. A prova seria a já referida multiplicação de academias, revistas especializadas e spas (ibid.).

No *body modification*, por sua vez, as mudanças são ainda mais profundas, traduzindo

tanto a prática baseada na tecnologia da cirurgia plástica, quanto as técnicas do *piercing* e da tatuagem, passando pela química dos esteróides, numa alucinante mistura de técnica, arte e denúncia que desestabiliza a compreensão. (...) O *body modification* problematiza as fronteiras entre o feminino e o masculino, confunde as identidades éticas e provoca verdadeiras revoluções nos conceitos de natureza e cultura. A cada modificação é como se houvesse uma revolta contra a natureza (...) (Villaça e Góes, 1998: 63).

O fato é que, cada vez mais, fica difícil estabelecer fronteiras entre o fora e o dentro do corpo, pois a corporeidade parece se restringir ao superficial, como se a pele fosse um mapa exterior, no qual se projetam as intensidades interiormente experienciadas (Góes apud Santaella, 2004a:61); uma forma-conteúdo do ser.

2.1.3 De dentro para fora

Para discutir as mudanças imprimidas de dentro para fora do corpo biocibernético, é fundamental examinar o processo de virtualização das funções corporais (Moreno apud Santaella, 2004b:58), onde aparelhos como o rádio, por exemplo, virtualizam a audição. Santaella (2004a: 58) data os primórdios desse movimento ao processo de industrialização, quando da criação da câmara fotográfica, uma prótese técnica da visão, que a amplifica.

Ainda no século XIX, Ernst Kaap, no seu *Organprojektion* (projeção dos órgãos), teceu relações entre a tecnologia da época e a fisiologia humana, falando do “somatismo tecnológico, o ser humano ‘corporalizado’” (Capistrano, 2003:1). McLuhan (1979) levará essa idéia ao extremo, analisando os meios de comunicação enquanto extensões das funções do corpo humano, chegando a afirmar que os aparatos elétricos amplificam o sistema nervoso central (ibid.:100);

ainda segundo o autor, a tecnologia deve ser compreendida como uma tradução de um conhecimento a outro (Bryson apud McLuhan, 1979: 76), e a chamada “mecanização” seria, portanto, a natureza humana traduzida “para formas ampliadas e especializadas” (MacLuhan, 1979: 76).

Santaella (1997:33-44) organiza em três categorias as máquinas que expandem de dentro para fora as funções humanas: 1) as *máquinas musculares*, originadas na Revolução Industrial, que usando vapor e posteriormente eletricidade, passaram a fazer o trabalho braçal nas fábricas, e hoje se apresentam nas mais distintas formas do cotidiano: elevadores, carros, eletrodomésticos; 2) ainda dentro da revolução industrial, as chamadas *máquinas sensoriais*, extensões dos órgãos perceptivos humanos, como a já citada câmera fotográfica; 3) finalmente, as *máquinas cerebrais*, computadores capazes de ampliar a capacidade mental humana, especialmente a memória e o processamento de dados.

Progressivamente, essas próteses são miniaturizadas, no intento de aumentar sua capacidade de fusão ao interior; na verdade, elas estariam se tornando imateriais, “cada vez mais sofisticadas e sutis, as máquinas estão aptas a estender os músculos, as ondas cerebrais e descargas elétricas do corpo por meio de sensores, eletrodos, dispositivos robóticos” (Santaella, 2004a: 59), com o uso de matérias-primas biocompatíveis, cuja atuação se dá nos moldes de uma segunda pele, imperceptível, interface sutil entre homem e máquina (Rosnay apud Santaella, 2004a: 59).

No seio dos processos biocibernéticos de ampliação de dentro para fora, inegavelmente, a visão tem se constituído como o órgão perceptivo que sofreu

mais extensões através de máquinas sensoriais, uma hipertrofia não verificada na mesma proporção nos demais sentidos. Essa será uma questão chave na estruturação da discussão que se pretende fazer neste estudo; antes, porém, de se debruçar sobre ela, será apresentado um resumido comentário sobre o importante papel desempenhado pelo aparato visual nos processos cognitivos e psíquicos, percurso fundamental ao entendimento da argumentação que será proposta ao final desta *Parte I*, no *Capítulo 6*.

3. Breve comentário sobre a importância da visão no processo cognitivo

O primeiro sentido despertado pela criança em seu processo de aprendizagem é a consciência tátil. O mundo, nessa fase inicial, é também percebido por meio do olfato, audição, paladar, através de uma múltipla e fecunda interação com o ambiente. Esses sentidos²⁵, todavia, são logo superados pelo “plano icônico”, ou seja, a capacidade de ver e, sobretudo, compreender através de termos imagéticos a realidade (Dondis, 2000:5), afinal, o espaço constitui-se como a “primeira fronteira” (Kellnan apud Hoffman, 2000:12). É verdade que os sistemas visuais do recém-nascido e do adulto apresentam diferenças anatômicas e neurofisiológicas: entre o nascimento e a maturidade, o olho quase duplica de tamanho e peso; tal constatação, por sua vez, não implica necessariamente a existência de disparidades funcionais qualitativas entre a visão inicial e a das fases mais avançadas do desenvolvimento humano (Carmichael, 1975a: 111-112).

Mas, apesar do aparato para conhecer o “mundo das imagens” vir pronto para ser usado, ele é apenas um *potencial*, e é exatamente o seu uso que o fará desenvolver-se ou atrofiar-se. Isso parece confirmado em pesquisas realizadas com primatas e gatos: quando um dos olhos desses mamíferos é vendado durante as primeiras semanas de vida, mesmo por um curto período, as fibras nervosas

²⁵ A clássica lista de cinco sentidos elaborada por Aristóteles foi superada; junto com os órgãos exteroceptores (olho, ouvido, pele, nariz e boca), há os proprioceptores (nos músculos, nas juntas e ouvido interno) e interoceptores (terminações nervosas nos órgãos viscerais) (Gibson apud Santaella, 2004a: 38). Para esta abordagem, só se consideraram os primeiros, que captam as sensações de origem externa ao organismo humano.

responsáveis por conectar os olhos ao córtex²⁶ passam a apresentar falhas na transmissão das informações; tais estudos sugerem, também, a possível repetição desses resultados em humanos (Blakemore, 1994: 142). Essa hipótese parece ser comprovada num antigo relato, do famoso médico inglês da era pré-anestésica Willian Cheselden (1688-1752), pioneiro em vários procedimentos cirúrgicos e entre cujos pacientes figurou Sir Isaac Newton (Hoffman, 2000: 17). Um estudo de Cheselden, publicado nas *"Philosophical Transactions of the Royal Society"*, noticiava a operação de catarata num jovem cego desde muito cedo, sem lembranças de já ter enxergado, e então com treze ou quatorze anos; a cirurgia teve êxito, mas não o efeito esperado, conforme descreve o próprio Cheselden (ibid.: 17-18):

Quando enxergou pela primeira vez, [o jovem] estava tão longe de fazer qualquer julgamento sobre distâncias, que julgava que todos os objetos, quaisquer que fossem eles, tocavam seus olhos (como ele próprio expressou), da mesma forma que o que sentia pelo tato tocava sua pele. (...) Pensávamos que ele logo saberia o que as figuras que lhe eram mostradas representavam, mas descobrimos, depois, que estávamos enganados; pois cerca de dois meses depois de ter sido operado, descobriu, repentinamente, que elas representavam corpos sólidos, uma vez que, até aquele momento, as considerava apenas como planos parcialmente coloridos, ou superfícies diversificadas, como variedade de pintura; mas mesmo nesse momento ele não ficou menos surpreso, com a expectativa de que as figuras fossem, ao tato, às coisas que representavam e ficou espantado quando descobriu aquelas partes, que por sua luz e sombra pareciam agora redondas e desiguais, fossem apenas, ao tato, planas, como o resto; e perguntava qual era o sentido que falseava a realidade, o tato ou a visão? (Cheselden apud Hoffman, 2000: 18)²⁷.

²⁶ O córtex cerebral pode ser compreendido como um "processador executivo", ou o "cérebro social" (Pribram, 1991:239- 242); é responsável por tarefas como linguagem, capacidade de reconhecer e identificar objetos, abstração, organização, planejamento e seqüenciamento (Almeida, Osvaldo P., 1998: 2), de modo que hoje é senso comum atribuir ao córtex, no homem, as funções de percepção e consciência (Blakemore, 1994: 137).

²⁷ Antes do famoso procedimento de Cheselden, o "filósofo do século XVII Willian Moleyneux, cuja mulher era cega, colocou a seguinte questão ao seu Amigo John Locke: 'Suponhamos que um homem nascido cego, e agora adulto, a quem é ensinado distinguir o cubo da esfera pelo tato, vote a ver: [será que poderia agora, pela visão, antes de tocá-los (...) distinguir e dizer qual é o globo e qual é o cubo?'. Locke (...) decidiu que a resposta era não. Em 1709, examinando mais detalhadamente o problema e toda a relação entre a visão e o tato, George Berkeley concluiu que

Logo, para completar o desenvolvimento do aparato visual, é fundamental que a criança “veja” desde cedo e, se não tratados rapidamente, os obstáculos à formação de uma imagem nítida nos olhos, como a catarata ou o estrabismo, poderão deixar seqüelas indeléveis (Graziano e Leone, 2005). Quando, porém, em condições favoráveis desde o início da vida, a inteligência visual se aprimora rápida e continuamente: em torno do primeiro mês, os bebês pestanejam quando algo se aproxima em direção aos seus olhos num curso de colisão; aos três meses, eles já constroem fronteiras de objetos a partir da noção visual; perto do sétimo mês, atingem a sofisticação de usar o sombreamento, a perspectiva, a interposição (reconhecimento de um objeto parcialmente escondido por outro) e a sua familiaridade anterior com imagens para elaborar profundidade e forma; finalmente, “por volta de um ano, são gênios visuais e prosseguem aprendendo nomes para os objetos, ações e relações que constroem” (Hoffman, 2000: 12).

As crianças não são ensinadas a ver (ibid.: 13), e como esse processo acontece por mecanismos automáticos do sistema nervoso, elas, quase sem fazer esforço, recebem uma enorme quantidade de informação a partir de um *output* mínimo (Dondis, 2000:6):

(...) a visão é veloz, de grande alcance, simultaneamente analítica e sintética. Requer tão pouca energia para funcionar, como funciona, à velocidade da luz, que nos permite receber e conservar um número infinito de unidades de informação numa fração de segundos. (Gattegno *apud* Dondis, 2000:6).

Dessa forma, não fica difícil compreender porque, ainda muito cedo, se passa a organizar o pensamento *em função do que é visto* (ibid.: 6). O ato de ver, entretanto, *não é algo natural* - apesar de assim o parecer (Hoffman, 2000: IX-X);

não havia necessariamente conexão entre o mundo tátil e o da visão” (Sacks, 1995: 124-125), o que foi confirmado no relato de Cheselden e nos demais feitos desde então (ibid.: 125).

na realidade, ele envolve uma complexa relação entre o aparato visual e a mente: a imagem da retina²⁸ não é contínua; para que ela tome forma, se faz necessário um elaborado processo de construção pela atividade cerebral²⁹ (ibid.: 70-71), inclusive, após a captação imagética. Ao ver outra pessoa, por exemplo, a representação que surge na mente do intérprete como um objeto físico único e integrado é, na realidade, a junção de um quebra cabeças produzido e solucionado pelo cérebro: o contorno do corpo e do rosto são analisados por uma área, a cor da roupa e da pele, por outra, a forma tridimensional sólida em uma região específica, assim como os movimentos faciais e do corpo; seria algo como “dividir para conquistar” e, supondo que estudos realizados com macacos revelaram ao menos trinta áreas distintas no córtex visual desses animais, pode-se esperar que a complexidade em humanos seja ainda maior (Blakemore, 1994: 144; Solso, 1994:4-5; Ungerleider e Haxby, 2000:3-8). Hoffman (2000: 193) chega a lançar a indagação de que a inteligência visual ocupa quase metade do córtex cerebral humano, e que se a percentagem de córtex for medida de algo, “então a inteligência visual³⁰ é uma faceta principal de quem somos como espécie, e sua compreensão é a chave para o que podemos nos tornar” (ibid.).

Na verdade, a inteligência visual deve ser compreendida como o grande diferencial da percepção imagética do homem: além de ser equipado para detectar

²⁸ A retina é uma das partes do olho, onde acontece o primeiro estágio da “sensação visual”: na sua superfície, células especializadas convertem luz em impulsos elétricos – a linguagem do sistema nervoso (Gregory, 1998:52).

²⁹ Bateson (1986: 38) afirma que o homem não tem consciência das imagens que vê conscientemente, as quais seriam, de fato, construídas pelo cérebro ou pela mente, através dos processos imperceptíveis da percepção.

³⁰ O termo inteligência visual é empregado para se referir a capacidade de receber e produzir informação/conhecimento a partir da visão; ver e entender (Hoffman, 2000).

a luz – assim como milhares de outros animais inferiores – (Blakemore, 1994: 134), ele é capaz de interpretá-la de um modo único: a mente vê coisas que o olho, sozinho, jamais poderia (Solso, 1994: 75) e, às vezes, até enxerga coisas que os olhos não conseguem. Isso pode ser elucidado no seguinte exemplo, elaborado por Johnson-Laird e Philip N. (1988: 99): se um homem for vendado na cozinha de sua casa, é possível que ele consiga locomover-se sem esbarrar em nada, pois será capaz de criar em sua mente um mapa tridimensional desse ambiente, análogo ao concreto, e assim se movimentar livremente no “mundo físico”; se, porém, os móveis forem mudados de posição, ele terá problemas, a não ser que alguém o avise: “a mesa agora está no centro da cozinha” – e o mesmo homem, então, conseguirá andar com relativa desenvoltura. Ele produzirá mentalmente a imagem da mesa em seu novo local, visualizando a nova configuração espacial, mesmo sem enxergar.

Dessa maneira, a percepção visual humana vai além da mera tradução da luz refletida pelos objetos realizada na mente: ela envolve um arcabouço de experiências, algo como uma “biblioteca cognitiva”, cujo papel será exatamente conferir significado ao que é visto – ou seja, apesar dos homens partilharem basicamente a mesma fisiologia do aparato visual, em função de nuances culturais e repertórios imagéticos heterogêneos, eles terão distintas compreensões das imagens captadas por esse sistema (Solso, 1994: 3-4). Como postulou Peirce (apud Santaella 1998: 98-99), “nós só percebemos o que estamos equipados para interpretar”.

Tal afirmação pode ser constada comparando-se grupos humanos que vivem no “mundo ocidental”, repleto de linhas paralelas, como as das estradas, ou

ângulos retos, como os das esquinas de edifícios e quinas de móveis, com populações “isoladas” desse universo (Gregory, 1998: 150-151). Os zulus, por exemplo, são uma tribo africana que habita um “mundo circular”: suas cabanas são redondas, e suas plantações dispostas em formas circulares; além disso, quase nenhum de seus objetos de uso pessoal apresenta linhas retas (ibid.). Testados com a ilusão de ótica das setas Muller-Lyer (Figura 02), eles quase não foram afetados, ao contrário do que é habitualmente observado (ibid.): apesar das linhas terem a mesma dimensão, elas tendem a ser identificadas como possuindo tamanhos distintos:

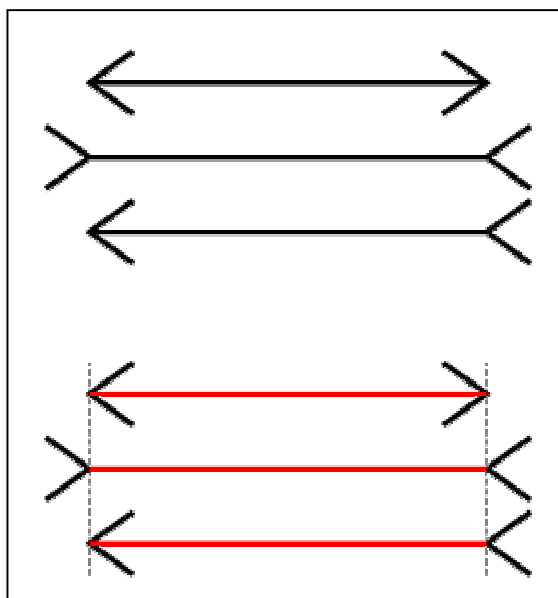


Figura 2

Em estudos desenvolvidos com habitantes de florestas densas também se observou características peculiares. Por viverem em ambientes compactados, eles não têm muito contato com imagens distantes; levados para fora de seu habitat e

postos diante de objetos situados longe deles, os identificaram como pequenos, chegando a compará-los a insetos, e não como pontos longínquos (ibid.: 150-151).

Quando se fala, pois, da visão enquanto processo cognitivo, ou seja, *ver e compreender*, torna-se fundamental considerar o repertório existente no “banco de imagens” mental. É essa a capacidade que fornece as ferramentas para, entre outras coisas, ler e entender a literatura, classificar diferentes tipos de arte, perceber e compreender o movimento dos planetas, ou, ainda, se locomover num mundo em terceira dimensão – legítima criação mental - sem sofrer acidentes (Solso, 1994: 3-4).

Assim, “ver” é um processo de extrema complexidade, envolto por relações que perpassam desde as propriedades físicas da luz até a atividade cerebral propriamente dita. Uma das formas de tentar compreender o fenômeno é através da divisão proposta pelo *paradigma de processamento da informação* (PROINFO)³¹ – o modelo teórico mais importante na psicologia cognitiva - (Solso, 1994: 5), conforme as seguintes fases: detecção da energia luminosa pelo olho³², transmissão desse sinal até o córtex visual, no cérebro, e, finalmente, a interpretação cognitiva na mente (ibid.); ou, esquematicamente:

energia física → olho → córtex visual → córtex associativo
--

³¹ No original: “The information processing (INFOPRO) paradigm (or model)”.

³² É importante referir que o olho humano só capta uma das formas da radiação eletromagnética (ondas produzidas por partículas elétricas carregadas) presentes no ambiente. As abelhas, por exemplo, percebem raios ultravioletas invisíveis para os humanos; os peixes dourados têm quatro receptores de cores, comparados com os três dos humanos, e podem, por conta disso, continuar a enxergar a cor de um objeto mesmo que a luz ambiente seja mudada (Hoffman, 2000: 7-8; Solso, 1999: 8-9).

Cada um desses estágios registra a informação de seu predecessor e a transmite para o subsequente, no que é às vezes chamado modelo do “cinturão de conversão”. É nas duas últimas etapas do referido sistema - já no cérebro - que as mensagens recebidas pelos transmissores visuais ganham sentido, são organizadas em modelos, e assim o objeto visualizado no primeiro momento passa a ter significado, é interpretado (Solso, 1994: 5-8).

Gibson (1986:205) traz uma abordagem ainda mais complexa ao aparato visual humano, e atenta para o fato da visão não ser um “mero canal”, e sim um sistema perceptivo completo que articula outros sistemas: “olhos-na-cabeça-sobre-o-corpo-em-cima-do-chão³³” – o homem precisa “girar a cabeça” para olhar em volta de seu corpo, já que o seu campo de visão é frontal, e não lateral; além disso, deve se locomover para explorar visualmente um determinado local. A anatomia do sistema visual seria composta, assim, além dos olhos – fotossensores -, pelo corpo – locomoção, *olhar em volta* - e a cabeça – orientação pelo giro, *olhar para* -, todos atuando conjuntamente e conectados ao sistema nervoso (ibid.: 203-204, 218-219).

Se, num primeiro momento, talvez a abordagem da visão enquanto processo cognitivo-informacional, conforme até aqui exposto, já fosse suficiente para explicar a importância desse sentido na espécie humana, é fundamental atentar para a necessidade de se avançar a outra dimensão: a da psique – afinal, conforme revela Quinet (2004: 18), o olhar não pode ser entendido apenas “como apanágio do sujeito da consciência e do conhecimento, mas [também precisa ser

³³ No original: “eyes-in-the-head-on-the-body-resting-on-the-ground”.

visto] como objeto de pulsão”; o homem é um ser pulsional, embevecido pela necessidade do gozo.

4. Ver não é olhar

Os olhos, dizem os dicionários ou os cognitivistas, constituem-se de uma complexa trama perceptiva, formada pelos globos oculares e seus anexos, fonte de visão, da informação visual. A psicanálise, por sua vez, eleva o que seriam simples lentes a uma outra condição: a de manancial da libido³⁴, uma zona erógena; com os olhos, é possível tocar, acariciar, despir, ver e ser visto, desejar e ser desejado (Quinet, 2004:11, 74; Scheinkman, 1995: 38-40). Antes, todavia, de se debruçar sobre a *pulsão escópica* e o olhar como objeto a, temas a serem abordados nesta seção, é preciso referir que tal assunto será tratado dentro dos limites de uma pesquisa de mestrado em comunicação, por um autor ainda iniciante no estudo da literatura psicanalítica, o que, infelizmente, repercutirá na simplificação de algumas formulações, não só para facilitar a leitura e pelos fins aqui almejados, mas, sobretudo, porque foi até onde se conseguiu avançar.

Nasio (1995b: 14-15) inaugura o seu seminário “O olhar em psicanálise” com a diferença entre *ver* e *olhar*, e esse será, também neste texto, o ponto de partida. Para o senso comum, a teoria fisiológica ou mesmo para a oftalmologia, sempre existiu uma distinção entre a visão – observar o que se apresenta diante dos olhos – e o olhar – fixar a vista num ponto específico do que se vê – (ibid.). Na abordagem psicanalítica, contudo, essa separação assume uma forma paradoxal: a visão precisa ser excluída para possibilitar o surgimento do olhar.

Tomado enquanto ato, ou melhor, na qualidade de ação pulsional, o olhar foi assunto da metapsicologia freudiana em “As pulsões e suas vicissitudes” (ibid.:

³⁴ O conceito de libido é entendido aqui como o de “energia das pulsões sexuais” (Fulgencio, 2002: 102). Ver a definição de pulsão na página subsequente.

16). Originada do latim *pulsio*, a palavra pulsão foi empregada pela primeira vez na França do século XVII para se referir ao “ato de impulsionar”, e depois utilizada nos textos freudianos³⁵ significando “a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico do homem” (Roudinesco e Plon, 1998: 628). Para Rudge (1998:11), a “pulsão é um dos conceitos mais embaraçosos da psicanálise, pela ambigüidade com que foi tratado no texto de Freud”; a autora indaga: “Como entender seu estatuto de conceito-limite entre o psíquico e o somático, referência chave para a sua delimitação?” (ibid.). Quando se está preso nos grilhões de uma ciência baseada no dualismo cartesiano, de fato, o “entre” proposto por Freud pode soar confuso, parecendo designar um lugar perdido, indefinível (ibid.40). Mas a noção de conceito-limite – *Grenzbegriff* - não se refere a uma “posição” fronteira entre somático e psíquico, e sim “à incognoscibilidade da pulsão enquanto tal” (ibid.: 139).

Dentro da abordagem freudiana, a pulsão seria composta por quatro elementos: 1) a *pressão*, uma força constante; 2) o *alvo*, ou a satisfação; 3) a *fonte*, local das zonas erógenas; e, por fim, 4) o *objeto*³⁶, “aquilo no qual ou através do qual a pulsão pode atingir seu alvo”, uma variável constante (Scheinkman, 1995: 24-25). Com seus “Três ensaios sobre a teoria da

³⁵ Antes de elaborar o conceito de pulsão, Freud (apud Scheinkman, 1995:23) fala de “estímulos endógenos” para se referir aos estímulos provenientes dos próprios elementos somáticos, dos quais, em oposição aos estímulos exógenos, o organismo não tem como escapar.

³⁶ “O postulado fundamental da psicanálise sobre o objeto perdido do desejo conjuga-se à impossibilidade de satisfação completa da pulsão. Esta não pode atingir o objeto que poderia satisfazê-la pois ele está, por definição, estruturalmente perdido. Os objetos que ela encontra para se satisfazer, como por exemplo o seio (...) para a pulsão oral, são sempre substitutos, *Ersatz*, desse objeto que deveria, um dia (...) ter trazido uma primeira satisfação” (Quinet, 2004: 81).

sexualidade”, Freud conseguiu demonstrar não só a variabilidade do objeto pulsional, como também a parcialidade dos seus alvos, ou seja, da sua satisfação (ibid.:26-27). Isso posto, no sentido de ação pulsional, o olho, (3) zona erógena, deve ser entendido como lugar do olhar (1), uma “curva de movimento que tem um início e um fim”, (Nasio, 1995b: 16), com a qual o *objeto* (4) é agarrado, atingindo-se parcialmente o *alvo* (2).

No referente ao olhar enquanto satisfação do ato, Nasio (1995b: 16-17) fala de uma “energia”, a tensão envolta na ação de olhar. Seria o que Lacan chamaria de gozo, isto é, a transgressão da lei, do Simbólico³⁷, ou, mais precisamente, o gozo-objeto, o objeto *a*³⁸, termo usado para indicar o objeto desejado e, ao mesmo tempo, impossível de ser representado, traduzido em linguagem – ou em imagem; por isso, a afirmação de que a visão precisa ser excluída para o surgimento do olhar: adentra-se no mundo do inconsciente, do desejo, daquilo que move o interesse libidinal – uma “energia”.

³⁷O termo Simbólico (S) aparece na obra de Lacan conectado a outros dois, Real (R) e Imaginário (I). Essa tríade, ou melhor, seu entrelaçamento, constitui as formas de representação dos registros psíquicos, uma estrutura ordenada do seguinte modo pelo psicanalista ao final de seus estudos, após a década de 1970: R.S.I.; até então, Lacan adotava como padrão a disposição S.I.R., que enfatizava o Simbólico. Considerando a complexidade de tais registros, será feita, agora, uma tentativa de simplificação de suas conceituações, apenas para situar o leitor. Pelo Real, pode-se entender o universo do desejo inconsciente, assim como tudo aquilo localizado para além do pensamento subjetivo, da razão; no Imaginário, território da imagem, situam-se todos os fenômenos imbricados na construção do eu, como o Estádio do Espelho; por fim, na esfera do Simbólico, termo extraído da antropologia, Lacan posiciona o sistema de representações baseado na linguagem, que determina o sujeito independentemente de sua vontade (Roudinesco e Plon, 1998).

³⁸ O conceito de objeto *a* é um dos mais complexos na obra lacaniana, e envolve formulações algébricas, topológicas e lógicas, não possuindo nenhuma referência na ontologia. Para o fim aqui proposto, tal definição foi simplificada ao máximo. Deve-se indicar que o *a* designa um outro - *autre* em francês – e está em itálico por se reportar a um elemento do imaginário, conforme as convenções tipográficas adotadas por Lacan em sua sistematização (Fink, 1998: 109; Nasio, 1995b: 75).

A noção de pulsão escópica – *Schautrieb*³⁹ - vai, portanto, aparecer conectada à de pulsão sexual, à libido. Freud (apud Scheinkman, 1995: 27) afirma que a “impressão óptica é a via pela qual a excitação libidinal é despertada com mais frequência, e a seleção natural conta com a praticidade dessa via (...) quando favorece a evolução do objeto sexual para a beleza”. Apesar de não haver fase escópica no desenvolvimento libidinal, como ocorre, por exemplo, com as pulsões oral e anal, o “escopismo é constituinte da libido, do próprio desejo – eis porque a pulsão escópica é paradigmática da pulsão sexual” (Quinet, 2004: 11): o campo visual, ótico, transmuta-se em háptico, tátil (ibid.), e já aparece “na criança, como manifestação sexual espontânea” (Freud apud Scheinkman, 1995:87).

Em razão dessa submissão à libido, para a psique, ver não consiste em enxergar objetos, mas sim *imagens* (Nasio 1995b: 18-19), representações selecionadas pelo eu através de uma escala de valores, de modo que um determinado indivíduo só percebe aquelas imagens nas quais é capaz de se espelhar, se reconhecer, encontrar sentido; e como em psicanálise sentido é o sentido sexual, o reconhecimento do eu nessas representações imagéticas “vem a ser, em última instância, um reconhecimento enquanto eu como ser sexual” (ibid.: 22).

Uma característica que se sobressai na dimensão imaginária é o fato dela constituir-se como *extensão*, a continuidade entre o eu e o mundo das imagens (ibid.), pois

³⁹ Em alemão, o radical *Schau* tem duplo sentido: olhar e mostrar; essa dualidade será explorada por Freud na compreensão do jogo psíquico de atividade e passividade presente na pulsão escópica.

(...) não somos a imagem do espelho, isso é absolutamente certo, mas, do ponto de vista do eu, a imagem é o eu. Do ponto de vista do eu, (...) o eu é aquele que está carregado de imagens, que é imagem. Do ponto de vista imaginário, a imagem é o eu. (...). Na dimensão imaginária, não há alteridade especular, porque o eu é tão imagem quanto qualquer imagem percebida. (Nasio, 1995b:19).

Por conta disso, o eu, ser imaginário, encontra-se alienado dentro do universo imagético que o constitui (ibid.: 21), através de uma visão triplamente falsa: 1) o eu desconhece que é imagem, 2) não sabe da posição central do falo imaginário⁴⁰ nesse universo imagético e, 3) tampouco, desconfia da existência do gozo, da libido por trás da sustentação das imagens internalizadas (ibid.: 31; Roudinesco e Plon, 1998: 371): “Portanto, a perspectiva imaginária traz conseqüências na conceituação do eu. Ela recoloca o fato de que a idéia de um ego racional, consciente, dono de si e agente do seu querer não passa de mera ilusão” (Cukiert e Prizskulnik, 2002: 147).

Quanto ao desenvolvimento propriamente dito da pulsão escópica⁴¹, Freud (apud Scheinkman, 1995: 32) sugere as seguintes etapas:

- a) *Olhar, como atividade dirigida a um objeto estranho (Objekt).*
- b) *Abandono do objeto, reversão da pulsão de olhar para uma parte do próprio corpo; ao mesmo tempo, inversão em passividade e instauração de um novo alvo: ser olhado.*
- c) *Introdução de um novo sujeito (ein neues Subjekt) a quem a sujeito se mostra para ser olhado por ele.*

⁴⁰ É preciso lembrar que o pênis enquanto formação anatômica está excluído da abordagem psicanalítica. Isso posto, deve-se esclarecer que o *falo imaginário* resulta de três fatores: anatômico, libidinal e fantasístico, constituindo-se como um objeto ausente ou presente, do qual apenas alguns seres seriam providos. Com a sua passagem ao universo do simbólico, ele passa a ser “permutável”, podendo ser trocado por outros objetos, no momento em que é destacável do corpo. Na sua acepção simbólica, o falo “é o limite que separa o mundo da sexualidade sempre insatisfeita do mundo do gozo supostamente absoluto”, lembrando que todo desejo sexual – mais uma vez, não confundir com genital – é insatisfeito (Nasio, 1995a: 33-36).

⁴¹ Freud (apud Scheinkman, 1995: 34-35) afirma existir um estado anterior ao da pulsão escópica, por ele denominado auto-erótico, onde não existe diferenciação entre sujeito e objeto, pois os processos de inversão e reversão são reflexivos, como na “boca que beija a si mesma” – ver nota 26, na página seguinte.

Isso implica em um jogo de atividade – observador, voyeurista – e passividade – observado, exibicionista; de um lado, o prazer de olhar; do outro, o de mostrar-se. “O que podemos extrair disso é que o objeto em questão é o objeto narcísico⁴²: o próprio corpo” (Scheinkman, 1995: 88), a capacidade de amar a si mesmo através das imagens onde o eu se projeta para construir-se (Nasio, 1995: 25,31). Mas enquanto Freud deixa-se dominar por esse dualismo – sujeito e objeto do olhar -, Lacan subverte a gramática e trabalha no plano da “montagem” pulsional, enfatizando seu terceiro tempo, a introdução do “novo sujeito”, quando “o olhar passa a ter um outro estatuto de objeto, assim inaugurando o nascimento do sujeito” (ibid.: 89). Ou seja,

(...) ali, onde falta a visão, advém o olhar, ali onde falta o objeto, advém o sujeito, com a entrada de um ‘novo sujeito’ que estava presente e que é subjetivado a partir de um Outro⁴³ que decai como objeto. (Scheinkman, 1995: 91).

Essa atividade circular, com a reorganização dos três tempos, das vozes ativa (ver), reflexiva (ver-se) e passiva (ser visto), faz Lacan (apud Quinet, 2004: 82) afirmar “que a atividade da pulsão se encontra no ‘se fazer’: ‘se fazer chupar’ para a pulsão oral (...) e ‘se fazer olhar’ para a pulsão escópica”, que estaria

⁴² Na psicanálise, o conceito de narcisismo se refere a “um modo particular da relação com a sexualidade” (Lê Poulichet, 1995: 47). Na fase do narcisismo primário, de acordo com as postulações freudianas, os órgãos retiram prazer de si próprios (auto-erotismo), ou seja, o corpo busca prazer na própria corporeidade. Com o passar do tempo, inserida num mundo em que não é o epicentro, a ferida narcísica da criança é aberta, e ela passa a se empenhar em ser amada pelo outro – narcisismo secundário (ibid.: 48-51). Lacan, por sua vez, traz uma nova perspectiva no conceito de narcisismo a partir do estádio do espelho como formador do eu, da auto-imagem paranóica, que se reconhece fora, no outro (ibid.: 59).

⁴³ “Outro” foi um termo utilizado por Lacan para “designar um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente (...) – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo”, que é a realização de um anseio do inconsciente (Roudinesco e Plon, 1998: 146,558).

relacionada, pois, ao surgimento do “novo sujeito” no centro dessa montagem, quando o “sujeito inicial”, ativo, transmuta-se em objeto (ibid.: 83; Scheinkman: 91). A explicação de Quinet (2004:84) sobre o voyeurismo ajuda a entender essa intrincada articulação:

Para o *voyer*, o circuito da pulsão escópica só se arremata quando ele é pego em flagrante pelo olhar de outrem, isto é, quando ele, por sua vez, é olhado. Nesse *se fazer olhar*, ele se torna puro olhar. Ao se completar a volta da pulsão produz-se uma dessubjetivação na medida em que o sujeito desaparece e seu status de objeto comparece.

Percebe-se, então, que o olhar não é gerado no eu, ele surpreende o eu, quase como um *mise-en-abîme*, pegando-o desprevenido quando é refletido pelo Outro, - sem, entretanto, ser a imagem desta ou daquela coisa visível. Essa luz emanada produz uma cegueira: o eu deixa de enxergar, e o inconsciente encontra uma porta de saída. Surge, nesse ponto, a visão além do imaginário, fechada em si, traçada “nas dimensões simbólicas e reais das pulsões inconscientes, e não mais no imaginário do eu” (Nasio, 1995b: 32-33): quando se está cego na consciência, é possível *olhar* o inconsciente, que se comunica não apenas pelos lapsos de linguagem, como, também, através das *falhas da visão*, a chamada *fascinação* (ibid.: 33-34).

O que se pode apreender desse rápido percurso é que, indubitavelmente, o olho extrapola sua dimensão de aparato perceptivo – sem, evidentemente, negá-la-, funcionando como um órgão sexual, fonte de prazer e, ademais, como uma porta de acesso aos desejos mais íntimos, guardados nos labirintos do inconsciente. Resta saber, agora, o que acontece quando próteses técnicas ampliam a visão, redimensionando, conseqüentemente, seu status para os sistemas cognitivo e psíquico. Esse será o assunto da última seção a ser

introduzida na Parte I desta dissertação. Antes de apresentá-la, faz-se, todavia, necessário retomar o movimento biocibernético de amplificação dos olhos, que será detalhado a seguir; movimento esse que, não por acaso, irá coincidir com a passagem da Era Moderna ao que se tem convencionado chamar de “Pós-Modernidade”, conforme será elucidado.

5. A técnica da imagem – ou uma imagem da técnica? Capitalismo, produção seriada de imagens e tecnovisão.

De acordo com Boaventura de Souza Santos (1995:78), a Modernidade foi constituída como um *projeto sociocultural* entre o século XVI e finais do século XVIII, fundamentada em dois princípios: o da Regulação (Estado, Mercado e Comunidade) e o da Emancipação, esse último sustentado por três lógicas racionais: a estética expressiva da arte e da literatura – comunidade -, a moral prática da ética e do direito – Estado - e a racionalidade instrumental da ciência e da técnica – individualidade, concorrência, mercado. A Era Moderna poderia ser dividida em três grandes períodos (ibid.: 79).

No primeiro deles, século XIX, o projeto moderno atinge seu apogeu, sustentado por valores bem definidos e pelo capitalismo liberal. A esfera pública (Sociedade Civil) e a privada (indivíduo juridicamente livre e igual) são separadas, e a racionalidade *Estético-expressiva* traz uma cisão fundamental: arte e cotidiano em campos distintos, com a definição de uma cultura elitizada e, por conseguinte, da “Cultura de Massa” (ibid.: 80-82) – ou *para* massa. As tensões entre a subjetividade individual e coletiva e a subjetividade contextual e a universal constituem-se como a base da teoria social e política (ibid.: 137). A subjetividade individual glorifica-se pelo princípio do mercado e da propriedade individual, que de acordo com Locke e Adam Smith (apud Santos, 1995: 138) implica a existência de um “super-sujeito” – o Estado - para regular e autorizar a vida. O início desse processo se dá na “Idade do Ouro” dos sistemas representativos burgueses (Baudrillard, 1995: 20), que corresponde às revoluções burguesas nos Estados Unidos e na Europa.

O segundo período da Modernidade inicia-se no fim do século XIX, e tem seu auge entre as duas Guerras Mundiais (Santos, 1995: 79). O positivismo⁴⁴ de Comte é levado ao extremo, quando se distinguem no projeto social as idealizações das possibilidades concretas de realização numa sociedade capitalista em constante processo de expansão. O Estado surge como principal ator das transformações no mercado e na comunidade, com a regulação imperialista da economia, e a mediação do conflito entre o capital e o trabalho (Santos, 1995: 83-85). As formas de consumo coletivas também são organizadas pelo aparelho estatal, que passa a controlar a saúde, a educação, gerir os serviços de transporte, habitação, abastecimento de água e energia, ou seja, acontece a criação do “Estado-Providência” (ibid.: 85). Por isso a modernidade conduz ao surgimento da indústria cultural⁴⁵. Ela fomenta o desenvolvimento do capitalismo sustentado no Estado centralizador, que começa a fazer uso dos meios de comunicação para estimular o consumo e propagar seus ideais (Rüdiger, 2002: 25-55, 57, 61), onde a expansão das relações de troca, somada a divisão de trabalho, modifica profundamente a constituição das idéias, passando a mediar a relação homem-cultura (ibid.: 55). A exigência do indivíduo, exposto às mensagens dessas mídias, torna-se tão problemática quanto o direito à liberdade de escolha, de forma que o homem não mais consegue viver empiricamente, segundo suas experiências (Adorno, 1999:66); a cultura, convertida em

⁴⁴ O positivismo é uma “teoria da ciência”, que admite exclusivamente os fatos e as relações factuais. A aversão da metafísica é o traço definitivo de sua proposta: a filosofia deve ser limitada à análise dos resultados cientificamente comprovados. (Masip, 2001: 282-283).

⁴⁵ O conceito de indústria cultural é aqui compreendido enquanto o processo de transformação da cultura em mercadoria, ocorrido na baixa modernidade (Rüdiger, 2002:18).

mercadoria, passa então a ser consumida como um produto ordinário (Rüdiger, 2002: 18; Harvey, 1998: 65).

Mais a frente, será exposta a abordagem de Santos referente ao terceiro período da sociedade Moderna, que coincide com o seu declínio. Isso porque, agora, interessa discutir as relações das duas primeiras fases da modernidade expostas acima com a quebra de paradigmas na *produção de imagens seriadas*, cujo marco é o advento da fotografia.

Machado (1997: 227) informa que o ideal das imagens miméticas e objetivas do mundo remonta à produção iconográfica renascentista, tempo onde os artistas se esforçavam para “espelhar a realidade”; a fotografia surgiria, assim, como herdeira desse modelo. Apesar do seu princípio – a câmara escura⁴⁶ – ser conhecido desde a antiguidade, o aprimoramento técnico do processo fotográfico só acontece ao longo do século XIX, quando o francês J. N. Niépce inicia estudos sobre a gravação de imagens, trabalho continuado pelo também francês L. J. M. Daguerre – segundo informa Barthes (1984: 53), o segundo “usurpou” um pouco o lugar do primeiro, apossando-se de sua invenção. Controvérsias à parte, em 1839, eles conseguem fixar imagens permanentes em placas de prata polida, batizadas como “daguerreótipos”. No mesmo ano, o inglês William Fox Talbot aparece com um processo que ao invés da prata, usa papel sensibilizado (Bond, 1959: 253). Há

⁴⁶ “O princípio da câmara escura é simples: se fizermos um pequeno orifício na parede ou na janela de uma sala mergulhada na escuridão, a paisagem ou qualquer objeto exterior serão projetados no interior da sala, na parede oposta ao orifício” (Mannoni, 2003:31). O filósofo Aristóteles, ainda na Grécia antiga, chegou a observar tal fenômeno; no século XIII, a câmara escura era usada com um fim bem específico: a observação de eclipses e do Sol, evitando danos aos olhos dos astrônomos. Os primeiros relatos sobre as suas utilidades para “captação” imagética de objetos exteriores só irá acontecer entre os séculos XV e XVI, por Leonardo da Vinci. Entre 1521 e 1550, lentes biconvexas (arredondadas dos dois lados) passam a ser postas nas aberturas das câmeras escuras, melhorando consideravelmente a qualidade das imagens obtidas (ibid.: 32-34).

alguns aspectos “obscuros” sobre essas primeiras experiências: muitos “pesquisadores” mantêm segredo sobre suas descobertas, e várias das inovações acontecem simultaneamente em diversas partes do mundo (W.M. Ivins, 1975:175). Por não apresentar uma nitidez tão boa quando a dos daguerreótipos, o processo de Talbot fica em segundo plano pelo menos até os anos cinqüenta, quando a fotografia sobre papel é então aperfeiçoada (Fabris, 1991:14 -16). No ano de 1844, é impresso o primeiro livro ilustrado com fotos, “The Pencil of Nature”, publicado por Fox Talbot; três anos mais tarde, em 1847, Willian Sitirlung “apresenta” aos ingleses El Greco e Goya, no seu “Annals of the Artists of Spain”, que reproduz obras dos pintores espanhóis (W.M. Ivins, 1975: 175-176). Estavam postas para humanidade as primeiras imagens gráficas que iam além de uma “mera interpretação⁴⁷”: já não há mais sentido em depender das observações e perícia dos desenhistas e gravadores (ibid.: 176). Ocorre uma ruptura fundamental no campo das mídias: parte-se do *paradigma pré-fotográfico*, em que “na visibilidade da pincelada, é o gesto que gerou que fica visível como marca do seu agente” (Santella e Nöth, 2005:164), para o *paradigma fotográfico*, ou o uso de “técnicas óticas de formação da imagem a partir de uma emanção luminosa” manejadas “mais com os olhos do que com as mãos”, através de *próteses óticas* (ibid.: 163,165). Como explica Machado (2001:121), a fotografia servirá de base “conceitual e ideológica de todas as mídias contemporâneas”; seu entendimento,

⁴⁷ Deve-se observar, entretanto, que “as imagens técnicas, ou seja, as representações icônicas mediadas por aparelhos, não podem corresponder a qualquer duplicação inocente do mundo, porque entre elas e o mundo se interpõe transdutores abstratos, isto é, conceitos formalizados cientificamente que informam o funcionamento de máquinas semióticas tais como a câmera fotográfica e o computador” Machado (2001:38-39). São máquinas previamente programadas para produzir um tipo específico de imagem, uma realidade particular; mas essa não é a discussão que se pretende fazer aqui.

dessa maneira, é também uma compreensão das “estratégias semióticas, os modelos de construção e percepção e as estruturas de sustentação da produção contemporânea de signos visuais e auditivos, sobretudo daquela que se faz através de mediação técnica” (ibid.).

Um ponto fundamental é perceber que o advento do paradigma fotográfico tem relações íntimas com a lógica capitalista oitocentista: a foto apresenta-se, sobretudo, na qualidade de uma “imagem de consumo” (Fabris, 1991: 11). No século XV, a Europa já conhecia a estamperia seriada de imagens e diagramas. Pouco comentada, essa também foi uma importante “revolução”: pela primeira vez, era possível que manifestações gráficas fossem reproduzidas com precisão enquanto durasse a vida útil de sua superfície impressora. (W.M. Ivins, 1975: 14). Pensadas desde esse período inicial, as imagens de consumo poderiam ser divididas em

idade da madeira (século XIII), idade do metal (século XV), idade da pedra (século XIX), correspondentes respectivamente às técnicas da xilogravura, água-forte e da litografia (...) (Fabris, 1991:11-12).

Apesar de cada um desses momentos ter desempenhado um papel significativo, é na chamada “idade da pedra” que está a gênese do consumo fotográfico, pois as imagens obtidas pela litografia - descoberta em 1797 por Alois Senefelder – preservam quase intocadas as características do desenho primário, e vão atender exigências específicas da Revolução Industrial (Fabris, 1991: 12), como a produção em larga escala facilmente executável. De fato, a fotografia enquanto técnica pode ser compreendida como um híbrido da utilização da câmara escura – negativo –, do processo litográfico – reprodução mecânica e uso

de fluidos na revelação - e das lentes de lunetas e microscópios galileicos (Santella e Nöth, 2005:176), ou seja, um cruzamento de processos químicos – ação da luz sobre certas substâncias - e físicos – a formação da imagem por um dispositivo ótico (Barthes, 1984:21).

Sabendo-se que o número de analfabetos era imenso entre a população europeia do século XIX, a informação visual torna-se fundamental: ela é acessível aos não letrados⁴⁸, e passa a ser um importante instrumento de propaganda comercial e Estatal (Fabris, 1991: 12). As descobertas de artistas-cientistas como Niépce e Daguerre não acontecem por acaso: existe uma demanda social de imagens que não consegue ser suprida pelos modos tradicionais de produção. O daguerreótipos já trazem, ainda que primariamente, uma “lógica industrial” (ibid.:12-14), pois o

(...) procedimento permite a decomposição e a racionalização das imagens numa série de operações técnicas ordenadas, sucessivas, obrigatórias e simples. O ato quase místico e totalizador da criação manual da imagem cede lugar a uma sucessão de gestos mecânicos e químicos parcelados. O fotógrafo não é o autor de um trabalho minucioso, e sim o espectador da ‘aparição autônoma e mágica de uma imagem química’. (Rouillé apud Fabris, 1991:13-14).

Fabris (1991: 17) classifica em três os momentos em que se constroem as complexas relações da foto e da sociedade do século XIX: 1º) de 1839 a meados desse século, quando o “interesse pela fotografia se restringe a um pequeno número de amadores, provenientes das classes abastadas, que podem pagar os altos preços cobrados pelos artistas fotográficos”; 2º) o advento do cartão

⁴⁸ Por volta do ano de 600, o arcebispo de Marseille, na França, manda destruir todas as imagens da cidade episcopal – logo é repreendido pelo papa Gregório I, que o adverte explicando que a pintura fornecia aos não letrados as informações que os livros davam aos que liam (Machado, 2001: 15). Isso explica porque os afrescos de Michelangelo que adornam a Capela Sistina têm um caráter funcional: foram o meio encontrado pela Igreja de explicar a “Gênese” aos analfabetos do século XVI (Dondis, 2000: 11). A eficácia da informação visual já era há muito conhecida; a fotografia amplia, pois, a sua difusão à velocidade da manufatura industrial.

fotográfico de visita, por Disdéri, responsável pelo barateamento e o conseqüente acesso das camadas menos favorecidas à fotografia; 3º) finalmente, por volta de 1880, quando se distinguem conceitualmente a fotografia comercial e artística (ibid.: 17).

Disdéri pode ser compreendido como o primeiro industrial da fotografia. Ele mecaniza a relação do fotógrafo-fotografado, acabando com a intimidade do vínculo artista-objeto que existia nas artes (ibid.:20); além disso, encontra um formato de produção onde se reduz sensivelmente o custo da foto: ao diminuir o tamanho da imagem, consegue colocar oito reproduções numa chapa onde antes havia uma; ao invés de pagar cinqüenta francos por uma fotografia, paga-se vinte por uma dúzia de “cartões de visita” – como eram chamados. Rapidamente Disdéri patenteia seu invento, abre o maior estúdio fotográfico do continente Europeu e começa a lançar séries fotográficas usando, inclusive, reproduções de outros fotógrafos renomados (ibid.).

Outra inovação é criada por Disdéri: um novo enquadramento. Os primeiros fotógrafos se concentravam nos rostos, quando ele tem a idéia de reproduzir o corpo inteiro dos clientes nas imagens (ibid.: 20), cercando-os

de artifícios teatrais que definem seu *status*, longe do indivíduo perto da máscara social, numa paródia da auto-representação em que se fundem o realismo essencial da fotografia e a idealização intelectual do modelo.(...) O agradável, ameaçado pela exatidão da fotografia, torna-se o grande trunfo do fotógrafo industrial, que pode fornecer à clientela sua imagem ‘num espelho’... complacente. (Fabris, 1991:20-21).

A fórmula é imitada rapidamente por vários ateliês fotográficos. Cria-se, todavia, um grande pastiche (ibid.:21):

O pobre travestido de rico não se caracteriza apenas por uma pose demasiado rígida. Trai seu acanhamento na timidez com que se localiza

num ambiente estranho e nas roupas que não lhe servem (...) (Fabris, 1991:21).

A isso se seguem o uso de “truques” ou retoques para agradar a clientela, do lápis à coloração com óleo (ibid.:20). Lúcido das transformações que vive, Disdéri aponta as relações entre o poder informativo da imagem fotográfica e as inovações técnicas, pois, segundo ele, a foto permite a modernização de máquinas, processos industriais e equipamentos – como propagadora confiável das inovações –, gerando assim uma otimização da produção (ibid.: 23-24).

Na década de 1890, outro marco: Toulouse-Lautrec cobre as ruas de Paris com seus cartazes publicitários impressos em litogravura. A lógica do paradigma fotográfico é de certa forma mantida, pois existe o nível industrial de (re)produção mecânica : se até o século XVIII as cópias eram um luxo para poucos, agora, pessoas que nunca haviam visto um quadro se deparavam com imagens fidedignas de “obras de arte” a cada esquina, “libertando-se visualmente” (Barthes, 1894: 25; W.M. Ivins, 1975: 209, 226-227). Com o passar do tempo, vários procedimentos fotográficos são introduzidos no dia-a-dia do homem moderno (W.M. Ivins, 1975: 195) que se torna, ele também, um fotógrafo: em 1895, é criada a primeira câmara portátil, carregável e descarregável à luz (Fabris, 1991:17).

Pouco antes disso, na Paris de 1871, a polícia inaugura o uso da foto como ferramenta auxiliar na perseguição aos *communards* (Sontag, 2004 :16). Surgem a fotografia criminal e o foto-retrato, um tipo de identificação social que é uma ampliação do conceito de fotografia judiciária, essa última organizada em catálogos de suspeitos, cujas cópias das imagens podem ser reproduzidas com a finalidade de sua captura; também é dessa época o uso das imagens ampliadas

das impressões digitais na criminalística (Fabris, 1991: 28-29): no início do século XX, a fotografia já é considerada um documento pela Justiça. A foto seria uma prova indubitável de um fato, pois mesmo admitindo-se a possibilidade de manipulação, há sempre “o pressuposto de que algo existe, ou existiu, era semelhante ao que está na imagem” (Sontag, 2004: 16). Nadar⁴⁹ (apud Fabris: 25-26) narra o caso da “fotografia homicida”. Um marido traído e outros comparsas haviam matado o amante de sua mulher - a absolvição era dada como certa, até o jornal *Le Figaro* exibir a foto do cadáver,

um afogado em estado de putrefação avançada, reduzido de modo tão abominável que a forma humana é, a princípio, irreconhecível. Os membros foram apertados e amarrados com violência no corpo. Faixas de chumbo os comprimem com turgores lívidos; a massa informe parece o ventre pálido de um sapo. A pele das mãos e dos pés, toda encarquilhada, é cruamente branca, enquanto o rosto é da cor acinzentada. (...) Entre os lábios inchados, da grande boca aberta, pende a língua intumescida, meio comida pelos peixes... (...) Nunca a putrefação chegou a um estágio mais horrível do que este montão anônimo, no que esta informe carcaça destripada e mole que faria desmaiar um coveiro (Nadar apud Fabris, 1991:25).

Diante do horror que “saltava aos olhos”, a opinião pública exige a condenação dos acusados pelo assassinato, no que é prontamente atendida pelo poder judiciário:

A foto pronunciou a *sentença* de morte, e é uma sentença sem recurso. À MORTE!!!!... (...) é tamanha a perturbação da própria justiça – pois assim é chamada – diante da imagem maldita do delito que aquela prova fotográfica acaba substancialmente por tomar o lugar de tudo e arrastar tudo (Nadar apud Fabris, 1991:26).

O uso da fotografia pelo Estado propriamente dito também não tarda a acontecer. A foto ganha destaque em reportagens militares, advogada como uma testemunha “fiel” da história. Fabris (1991: 24-25) mostra a fragilidade de tal argumento: na Guerra da Criméia, relatos de horror contrastam com fotos quase

⁴⁹ In Nadar, Quando ero Fotografo, Roma: Riuniti, 1982.

idílicas - planos gerais posados dão a idéia de um conflito “limpo”, que nunca existiu senão nessas representações.

Gradativamente, a imagem fotográfica invade mundos além do continente europeu: levadas de fotógrafos viajam a lugares “exóticos”, que durante séculos permearam o imaginário ocidental:

Terra Santa, Egito, pirâmides, o cenário das cruzadas, ruínas greco-romanas. Os fotógrafos não buscam em suas expedições lugares inéditos ou desconhecidos. Procuram, ao contrário, reconhecer os ‘lugares já existentes, como visões imaginárias, nas fantasias inconscientes das massas’, criando arquétipos-estereótipos que confirmariam uma visão já existente e conformariam a visão das gerações futuras. (Fabris, 1991:29).

O registro inicial reside sobre monumentos e paisagens, mas logo passam a ser fotografados usos e costumes, fornecendo-se ao europeu a visão dos “bárbaros estrangeiros”: as imagens mostram o consumo de drogas, torturas e execuções públicas – visualmente, demonstra-se a necessidade de uma intervenção direta para “civilizar” esses povos. A foto é transformada em aliada do imperialismo (ibid.:32-33). Noutro sentido, Barthes (1984:57) observa que se inicialmente a fotografia busca o notável – ou o exótico - para surpreender, num segundo momento, “ela decreta notável aquilo que ela fotografa”: há uma inversão de valores. A imagem, de coadjuvante, torna-se a protagonista da vida social.

Percebe-se, assim, como a evolução da técnica fotográfica se desenvolve em conjunto com os fundamentos da primeira e segunda fases da modernidade apontados por Boaventura de Souza Santos. No que toca à racionalidade expressiva da arte e da literatura (comunidade), acontece a definição de uma “cultura de massa”, pois a foto torna-se acessível a todos e acaba com o princípio da unicidade que a obra artística tinha até aquele momento, além de “mecanizar”

o gesto da criação e funcionar como fetiche – fotos de proletários travestidos de burgueses. O princípio do mercado pode ser associado à transformação da fotografia numa racionalidade técnica, capaz aperfeiçoar os processos produtivos e de se converter, ela própria, numa mercadoria das mais desejáveis, adaptável ao gosto de cada cliente e de ser usada na publicidade de outros produtos; Ribeiro (1993:1) chega situar o próprio desenvolvimento da filosofia positivista como depende do advento fotográfico, já que esse “impulsiona o conhecimento exato do mundo sensível”. Quanto ao Estado, pode-se observar o uso da foto como sua propaganda e instrumento para difusão e legitimação do Imperialismo e do controle social - Justiça. Conforme reflete Disdéri, a fotografia

parece aplainar qualquer conflito entre capital e trabalho: dos protótipos por ela divulgados poderiam advir ‘utilidade moral’ e ‘utilidade material’ para os dois protagonistas do processo produtivo (apud Fabris, 1991:24).

Outra leitura possível do paradigma fotográfico enquanto síntese do modelo capitalista moderno pode ser feita através de Flusser (2005). Em seu “Filosofia da caixa preta”, o autor expõe como o fotógrafo – ou “funcionário”, em suas palavras - perde o controle sobre todas as fases do processo produtivo: o mecanismo gerador de imagens, ou o que acontece dentro “caixa preta”, é um mistério – e pouco importa. O conhecimento fica restrito a fases específicas, como o “clique” e a seleção de filtros pré-determinados, a exemplo da velocidade de obturação e da abertura do diafragma – quando essas opções são dadas. Há uma conexão direta com a divisão do trabalho apontada por Marx (1975: 389-392): o operário, ao executar por toda sua vida uma única tarefa, fração de uma linha de montagem, perde o domínio sobre a sua produção. A relação talvez fique melhor ilustrada se o fotógrafo for contraposto a um pintor, capaz de gerir cada pincelada na

plasmação de sua obra, lenta e meticulosamente. Por isso, o ato fotográfico pode ser visto como uma replicação da lógica industrial manufatureira, onde existe o imperativo do conhecimento e execução parcial de uma determinada tarefa, sem que isso interfira na finalização da mesma.

Ainda envoltas nessas relações entre o paradigma fotográfico e as primeiras fases da modernidade estão relacionadas duas outras mídias: o cinema e a televisão, essa última, embora eletrônica, é ainda composta de imagens projetadas, geradas pela captação a partir de um objeto real (Santella e Nöth, 2005:176). Tanto a produção cinematográfica quanto a televisiva, para o fim aqui proposto, podem ser analogamente entendidas tomando-se por base as considerações feitas até o momento sobre a fotografia.

A imagem digital e o vídeo também surgiram dentro do processo da construção de extensões ou próteses técnicas do olho, mas se ligam à fase contemporânea – ou pós-moderna - do capitalismo descrita por Boaventura de Sousa Santos, que se estende da segunda metade do século XX à atualidade. Segundo o autor (Santos, 1995: 79-81; 87-92), nos anos 60 os valores modernos são sistematicamente dilapidados, dando lugar a um período de *incertezas e contradições*. É a época do capital financeiro, desorganizado, em que o Estado perde a capacidade de gerir a vida do cidadão, a economia e as relações sociais. O mercado extravasa o econômico: são tempos de *neoliberalismo*. Segundo Jameson (1996: 14), acaba de vez a crítica à mercadoria de consumo, cuja produção se torna um processo social. As mídias, em função desse modelo de capitalismo desorganizado, passam a articular a sociedade: a imprensa convoca para si as grandes campanhas populares, servindo como fonte de legitimação do

poder político e financeiro, tornando-se um “superego geral da sociedade” (Marcondes Filho, 2000:119). Como explica Muniz Sodré (2002:26), a linguagem *produz realidade*, e os *media*, tal qual a retórica clássica, são uma técnica política de comunicação, potencializadas ao “modo de uma antropotécnica”, capazes de intervir no mundo para transformá-lo “em função da tecnologia e do mercado”. Noutro sentido, Harvey (1998:49) decreta: o mundo pós-moderno é uma “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”, o que fica patente nas imagens técnicas produzidas nesse período.

E as evidências começam na cronologia: Santos afirma que a pós-modernidade tem início dos mesmos anos de 1960 nos quais Machado (1997: 230) localiza a emergência do vídeo⁵⁰, mídia que segundo o semioticista irá ampliar ao infinito as possibilidades de *manipulação* artísticas e, por conseguinte, de desconstrução e reconstrução das formas; talvez, uma síntese direta dos conceitos “pós-modernos” elaborados por Hassan (apud Harvey, 1998: 48-50): só para citar alguns, “parafísica”, “antimorfa”, “combinação”, “mutante”, “indeterminação”.

Desde seu advento, o vídeo conta com “problemas de identidade”, pois parece menos uma mídia e mais uma mediação entre o cinema e a imagem digital, um “parêntese frágil, transitório e marginal entre dois universos de imagens fortes e decisivos” (Dubois, 2004: 69); ou seja, ele é tão fragmentado quanto o homem pós-moderno, sujeito fractal, sem identidade fixa (Hall, 1997). Seu próprio nome, observa Dubois (2004: 70-71), serve mais como prefixo e sufixo, em

⁵⁰ Tal qual a televisão, o vídeo é uma imagem projetada, formada a partir de um objeto real (Santella e Nöth, 2005:176); diferentemente dela, contudo, apresenta uma estética subversiva que está mais conectada com as artes contemporâneas.

expressões como “videocassete” e “tela de vídeo”, de modo que nunca é empregado como o “fixo”, a raiz. Ao mesmo tempo, porém, etimologicamente, *video*, assim sem acento, é um verbo proveniente do latim *videre*, “eu vejo”, e, dessa maneira, o verbo genérico de todas as artes visuais (ibid.).

Mesmo se pensado enquanto meio de representação, o vídeo não tem uma identidade definida: “Quando falamos em vídeo, sabemos exatamente do que estamos falando? De uma técnica ou de uma linguagem? De um processo ou de uma obra? De um meio de comunicação ou de uma arte? De uma imagem ou de um dispositivo?” (ibid.: 73). Não há uma imagem videográfica única, mas sim uma sobreposição de variados espaços, pontos de vista e tempos, pela “sobreimpressão (de múltiplas camadas), os jogos de janelas (sob inúmeras configurações) e, sobretudo, a incrustação (ou *chroma key*)” (ibid.: 78; 86). Definitivamente, trata-se de uma nova forma de criar imagens técnicas e, sobretudo, de pensá-las, como um processo contraditório, frágil, múltiplo, talvez indefinível, e por isso mesmo *pós-moderno*.

Já na imagem digital, o rompimento com a modernidade é ainda mais profundo, pois implica a criação de um novo modelo de produção de imagens: o “paradigma pós-fotográfico” (Santella e Nöth, 2005: 166). Numa interação entre monitor e computador, mediada através da abstração de complexos cálculos, plasma-se uma imagem que não deriva da captação de objetos “factuais”: um programa articula pixels, sem a existência da “presença do real empírico em nenhum momento do processo” (ibid.: 166-167). Machado (1997: 231-232) aponta para o fato dessas imagens geradas e processadas por computadores conduzirem a dois extremos: de um lado, a exacerbação máxima do ideal renascentista de

objetividade, evidenciado na simulação do realismo fotográfico; do outro, a possibilidade de “criar mundos absolutamente irreais, mundos regidos por leis arbitrárias, até o limite da abstração total”.

Sejam esses universos construídos pelas imagens digitais miméticos ou subversivos em relação ao mundo factual, cabe a eles o surgimento do chamado *ciberespaço*. Aqui, um breve parêntese a fim de lembrar que o uso civil dos computadores ocorre na década de 1960 (Lévy, 1999: 31); parece, de fato, tratar-se de um período emblemático no rompimento com o moderno. A utilização da multimídia em larga escala, entretanto, só acontecerá nos anos de 1980, quando a digitalização invade o mercado fonográfico, surgem os videogames e uma informática de interface “amigável” (ibid.: 32). Entre finais dos anos 80 e início da década de 1990, as redes de computadores formatadas desde os anos 70⁵¹ começam a se interconectar, e aparecem as tecnologias digitais necessárias à infra-estrutura do ciberespaço, um novo meio de socialização (ibid.). No seio desse processo, emerge a chamada “realidade virtual”, na qual o navegador tem a sensação física de estar num mundo criado por imagens digitais (ibid.: 70): fazendo o uso de acessórios especiais, como um capacete com telas localizadas a poucos milímetros dos olhos, a ilusão de estar “dentro” do mundo virtual⁵² é

⁵¹ Castells (1999: 44) lembra que a internet teve origem numa ousada empreitada da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, realizada na década de 1960, cuja função era impedir, em havendo uma guerra nuclear, a tomada do sistema norte-americano de comunicação pelos soviéticos. “O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão (...). Essa rede foi apropriada por indivíduos e grupos do mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos (...)” (ibid.).

⁵² Santaella (2004a: 36-37) observa que o corpo “imerso” na realidade virtual não fica inativo; ocorre, ao contrário, “uma exuberância de instantâneas reações perceptivas em sincronia com operações mentais”.

fabricada (ibid.: 70-71). Sem dúvidas, a arquitetura do virtual eleva ao máximo a premissa pós-moderna de “construir para as pessoas, e não para o homem” (Harvey, 1998:45), um marco da sociedade pós-industrial, que trocou o modelo fordista da produção seriada pelo capitalismo cognitivo (Braga, 2005: 133-134), época dos bens customizados, feitos para atender às necessidades individuais; nesse novo cenário, o conhecimento, tão *imaterial* quanto os universos criados nos computadores, passa a ser o ativo financeiro mais importante (Braga, 2005:133-135; Gorz, 2005:15-17).

Evidencia-se, assim, como a partir do advento fotográfico, diversas próteses óticas foram criadas com fins intimamente ligados ao modo – ou aos modos - de produção capitalista, quase como um *sintoma* dos modelos econômicos desenvolvidos desde o século XIX: da produção seriada à customizada; da certeza factual à subversão das formas; do material ao imaterial. E vale relatar que todo esse processo no qual extensões artificiais do olho passaram a ser tecnologias cognitivas, isso é, fontes de conhecimento, iniciou-se ainda nos séculos XVI, com a invenção do microscópio, e XVII, quando se criou o telescópio (Ribeiro, 1993:1; Bassalo, 1986:48). Foram esses os primeiros instrumentos condutores da ampliação visual – quem sabe, confirmando a tese macluhiana dos meios enquanto extensões do homem (McLuhan: 1979) - aos mundos do micro e do macro. Agora, pode-se enxergar dos átomos ao cosmos, novos universos não apenas visíveis, mas também registráveis e transmissíveis (pela fotografia, televisão...), ou mesmo passíveis de serem inventados (vídeo, imagens digitais). Criou-se uma *tecnovisão*, junção dos substantivos femininos *tecnologia* e *visão*,

cujo significado pode ser definido exatamente pelas próteses óticas que funcionam como prolongamento do olhar.

Talvez, o complexo sistema visual pensado por Gibson (citado no *Capítulo 3*), no qual se articulam os “olhos-na-cabeça-sobre-o-corpo-em-cima-do-chão”, tenha se sofisticado ainda mais: hoje, não seria absurdo compreender a visão como uma união de processos envolvendo os “olhos (ampliados por próteses óticas) – na - cabeça (ou em qualquer outro suporte dessas próteses, humano ou não) – sobre – o - corpo (humano, maquínico, biocibernético) – no - espaço (real, virtual, ou um misto de ambos)”. As possibilidades são infinitas; as conseqüências de tamanha hipertrofia visual, ainda não delimitadas, mas, certamente, já refletidas sobre o homem e, especialmente, sobre o seu corpo, assunto a ser trabalhado a seguir, no capítulo que encerra esta *Parte I*.

6. Hipertrofia da visão - inflação no Imaginário: a superfície como espaço privilegiado da semiose na sociedade contemporânea

No seguinte depoimento, datado de 1954, McLuhan (1973: 568-569) talvez já constataste na sociedade norte-americana alguns efeitos do processo de amplificação da visão através de aparatos técnicos:

Um grupo nosso realizou recentemente uma experiência com um grande grupo de estudantes. Dividimo-los em quatro seções e atribuímos a cada seção um canal separado de comunicação. Cada seção recebeu a mesma palestra simultaneamente, mas uma leu-a, outra ouviu-a como palestra normal num estúdio, a terceira ouviu-a pelo rádio e a última ouviu-a e viu-a numa transmissão de TV. Imediatamente depois, procedemos a um exame oral para determinar o grau de apreensão e compreensão do novo e difícil material. A seção de TV obteve primeiro lugar, seguida da seção de rádio; em terceiro chegou a seção do estúdio e, por último, a seção de leitura. O resultado foi inteiramente inesperado para nós, mas ainda é muito cedo para generalizar; uma coisa, porém, é certa: os chamados meios de comunicação de massa não se destinam necessariamente a ser apenas canais de entretenimento popular.

Muito ao contrário, tais meios, especialmente os visuais, parecem caminhar para tornarem-se, de fato, fontes de conhecimento – o único meio imagético na referida experiência de McLuhan foi o de maior eficácia da transmissão da informação -, se é que já não o são, principalmente quando se pensa que, de acordo com estudos empíricos, a visão seria responsável, hoje em dia, por algo em torno de 75% a 80% de tudo percebido pelo homem (Amiralian, 1997: 23; Santaella, 1998:11-12).

A primeira e imediata conclusão a que se costuma chegar diante disso, é que tal dominância por um sentido sobre os outros deve ter sido e estar sendo devida ao fato de que poderosos meios ou extensões do sentido visual foram historicamente criados, tais como telescópios, microscópios, radares, todos os aparelhos da mesma família da fotografia [...] (Santaella, 1998:11-12).

Isso resulta em admitir que as amplificações técnicas da visão, cujo papel seria o de imprimir mudanças de dentro para fora do corpo, estariam, ao mesmo tempo, atuando no sentido inverso – de fora para dentro -, isto é, reconfigurando o

funcionamento do aparato perceptivo do homem, e ao considerar-se o fato do olho extrapolar sua função de órgão sensorial, cabe pensar que os efeitos desse processo repercutam até o universo da organização psíquica. Assim, a cultura, além de dotar o ser humano de um equipamento *extra-orgânico* de adaptação, ampliando a sua força, velocidade, capacidade visual, auditiva..., garantindo a sua sobrevivência no processo evolutivo (Laraia, 2001: 39-40), agiria, também, de forma oposta: como advoga Morin (2003: 17), “produzimos a sociedade que nos produz” - há uma relação circular entre o homem e o seu meio⁵³.

Essa circularidade pode ser compreendida através da abordagem sistêmica⁵⁴, que ganhou espaço nos últimos anos ao postular que todos os problemas são interconectados e interdependentes, trazendo como novo paradigma a compreensão ecológica⁵⁵ do mundo, ao concebê-lo não como um conjunto de partes isoladas, mas sim inter-relacionadas (Capra, 1996: 3-6). Tal perspectiva não separa o homem, ou qualquer outra coisa, do meio-ambiente; possivelmente em função disso, ela tenha emergido no epicentro do estudo de organismos vivos como conjuntos integrados pela Biologia, e depois migrado para outras ciências, como a Psicologia e a Física (ibid. : 7,17-18). Dentro da Semiótica, é quase um consenso que os chamados sistemas sýgnicos têm se

⁵³ O homem, apregoa Morin (2003:17), distante de apresentar-se como unidade contextual, seria uma composição trinitária, articulação do *indivíduo*, do *animal* e do *ser social*, as esferas que se conjugam na criação do seu “meio”.

⁵⁴ Um sistema pode ser definido por um grupo de objetos e as reações entres eles e seus atributos (Nöth,1990: 198). Nessa perspectiva, não pode haver separação entre o “todo” e as “partes”, que precisam ser analisados em conjunto (Morin, 2003:14).

⁵⁵ A palavra ecologia, cunhada em 1866 pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, origina-se do grego *oikos* (lar), para designar, exatamente, o estudo da Terra como “lar”, ou, segundo seu criador, as relações entre o organismo e seu habitat (Capra, 1996: 32-33).

constituído, historicamente, como o mais importante objeto de estudo dessa área do conhecimento (Nöth, 1990: 198).

E será a partir da abordagem sistêmica dentro do campo semiótico que, ao se tentar costurar relações entre os assuntos até aqui abordados – a recordar: semiótica peirceana, corpo, os movimentos do biocibernético, visão, pulsão escópica e tecnovisão –, será esboçada uma tese: a de que entre olhos progressivamente hipertrofiados e a crescente demanda por imagens, impõe-se o plano da superfície, lócus da imagem corpórea, a qual teria se convertido, quem sabe, no mais importante código⁵⁶ de interação social.

6.1 Para falar aos olhos, uma imagem

Segundo explica a teoria do *Umwelt* desenvolvida por Jakob von Uexküll, cada organismo estrutura subjetivamente seu mundo, através das informações recebidas por sensores como o olho, tato e ouvido – *Merkwelt*, o campo perceptual; tais informações são processadas neurologicamente e traduzidas em movimentos, gestos, sons, efeitos pelos quais se dá a interação com esse ambiente – *Wirkwelt* (Nöth, 1990: 158). Assim, existe uma conexão direta entre o *perceber* e o *agir*⁵⁷, movimentos que ocorrem simultaneamente, indissolutos.

⁵⁶ A definição de código foi anteriormente explicada na *nota 11* do *Capítulo 2* – ver pg. 18. Dentro da abordagem peirceana, o código apresenta-se, evidentemente, enquanto um ou mais signos que promovem a mediação entre distintos sistemas sígnicos.

⁵⁷ O conceito de *Umwelt* relaciona-se profundamente com o pensamento peirceano: esse último postula exatamente que “os elementos de todo conceito entram no pensamento lógico pelos portões da percepção e deles saem pelos portões da ação deliberada; e tudo aquilo que não puder exibir seu passaporte em ambos esses portões deve ser apreendido pela razão como elemento não autorizado” (Peirce apud Santaella, 2001: 55). A aproximação entre “portões de percepção” e *Merkwelt* e “portões da ação deliberada” com o *Wirkwelt* parece inevitável. Vale reportar que essa perspectiva também está presente na Teoria da Percepção Direta de Gibson (apud. Gonzales e Morais, 2007: 94 -95), segundo a qual não existem representações mentais dadas *a priori*, mas sim

Oras, se esse *Umwelt* apontado por Uexküll se constrói, de um lado, pelo que é *percebido*, transmitido ao cérebro através dos órgãos sensoriais, cabe considerar o impacto de invenções como a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo, monitores, radares, microscópios e telescópios enquanto extensões do olho; esses adventos, assim como uma infinidade de outros, que não param de ser inventados, ampliaram a percepção – e conseqüentemente a construção - da realidade⁵⁸ ao visual, produzindo um novo tipo de ambiente.

Para se compreender tal cenário, sugere-se, inicialmente, pensar numa situação ideal hipotética, um modelo, no qual se teria os cinco sentidos responsáveis por captar as sensações de origem externa ao organismo humano atuando com a mesma eficiência, ou seja, cada um deles, audição, olfato, paladar, tato e visão, respondendo por 20% da capacidade perceptual. A biblioteca cognitiva de uma pessoa apresentaria, dessa forma, possibilidades de ter em igual proporção arquivados sentidos⁵⁹ auditivos, olfativos, gustativos, táteis e visuais, e esses chances proporcionais de se hibridizarem e criarem novos sentidos,

uma co-evolução entre os elementos do meio e o agente perceptivo, constituindo-se um único sistema dinâmico, diferente do mundo “puramente físico”.

⁵⁸ A palavra realidade é aqui compreendida como o que pode ser racionalizado e semanticizado pelo homem, como propõe Lacan (apud Fink, 1998: 43-44). Dessa maneira, em sendo o universo da linguagem, na semiótica peirceana, tal registro seria o equivalente ao domínio da terceiridade. Para mais, ver Santaella (1999).

⁵⁹ O conceito de sentido não é tomado como sinônimo de linguagem. Santaella (2001: 70-75) explica que enquanto o olho goza de “intimidade” com o cérebro, podendo ser considerado uma de suas partes, por transmitir informações à velocidade de 300 mil km/seg., a audição, segundo sentido na hierarquia perceptual, transmite dados a 331 metros/seg., sendo um órgão mecânico, tal qual o tato – apesar de ser mais importante que o último. Na verdade, visão, audição e tato reagem a estímulos mecânicos, e o paladar e olfato a processos químicos, que não deixam rastros na memória. Só se poderia, por isso, falar em linguagem visual e auditiva, mas não tátil, palatável ou olfativa, pois nos últimos casos existem apenas quase-linguagens, que precisam do anteparo visual e auditivo para serem alçados à categoria de linguagem, atingindo o nível de complexidade exigido por uma sintaxe.

combinando-se entre si, desde todos com todos os demais até todos com apenas mais um, não importando se os elementos apareçam repetidos a cada grupo constituído :

1 sentido => 5 casos
 2 sentidos => $5 \times 4 = 20$ casos
 3 sentidos => $5 \times 4 \times 3 = 60$ casos
 4 sentidos => $5 \times 4 \times 3 \times 2 = 120$ casos
 5 sentidos => $5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$ casos

Total: 325 casos⁶⁰

Logo, seriam 325 os tipos de “arquivos” possíveis⁶¹ de serem encontrados na biblioteca cognitiva humana, admitindo-se a condição modelar proposta, na qual, por se tratar apenas de uma ilustração, permitiu-se ignorar os sentidos advindos dos órgãos proprioceptores – localizados nos músculos, nas juntas e ouvido interno - e interoceptores - terminações nervosas nos órgãos viscerais - (ver *nota 25 na página 36*). Mas, mesmo restringindo a abordagem aos órgãos exteroceptores - olho, ouvido, pele, nariz e boca -, é preciso levar em conta o dado informado um pouco atrás, aquele que dizia que, agora, até 80% de tudo percebido pelo homem é visual.

Considerando-se tal número, implica-se em, dentro do modelo cognitivo sugerido, aceitar uma quantidade de informações visuais no cérebro muito maior

⁶⁰ Este cálculo foi gentilmente revisado pela Profa. Dra. Claudia Monteiro Peixoto, do Instituto de Matemática e Estatística da USP.

⁶¹ Admite-se como pressuposto que uma combinação audição-paladar não seja necessariamente igual a uma combinação paladar-audição, e assim com as demais possibilidades de agrupamento de sentidos. Isso porque, na abordagem sistêmica, o todo não é igual à soma das partes, pois além dos elementos é preciso atentar para as relações entre eles; longe de serem somativas (Bertalanffy, 1973: 82-83), as características do sistema formado serão constitutivas, pois as propriedades dos elementos não se mantêm fora dos complexos por eles criados. É bom referir que tais sentidos captados não atuam necessariamente como linguagens (ver nota 58).

que as oriundas dos demais sentidos, e que apesar das 325 possibilidades de combinação continuarem a existir - dada a permanência da presença dos cinco elementos provenientes dos órgãos responsáveis por captar os estímulos externos ao organismo – elas passam a fruir segundo outros parâmetros: se de cada 100 componentes, 80 forem visuais, isso resulta no crescimento das chances dos demais elementos se combinarem com a visão e dela insurgir isolada como fonte de conhecimento e, na mesma proporção, decai a probabilidade deles se combinarem entre si e aparecem sós. O *merkwelt* humano, ou seja, seu campo perceptual, estaria, por conseguinte, quase que totalmente restrito à imagem. Graficamente, sugere-se pensar nas seguintes representações:

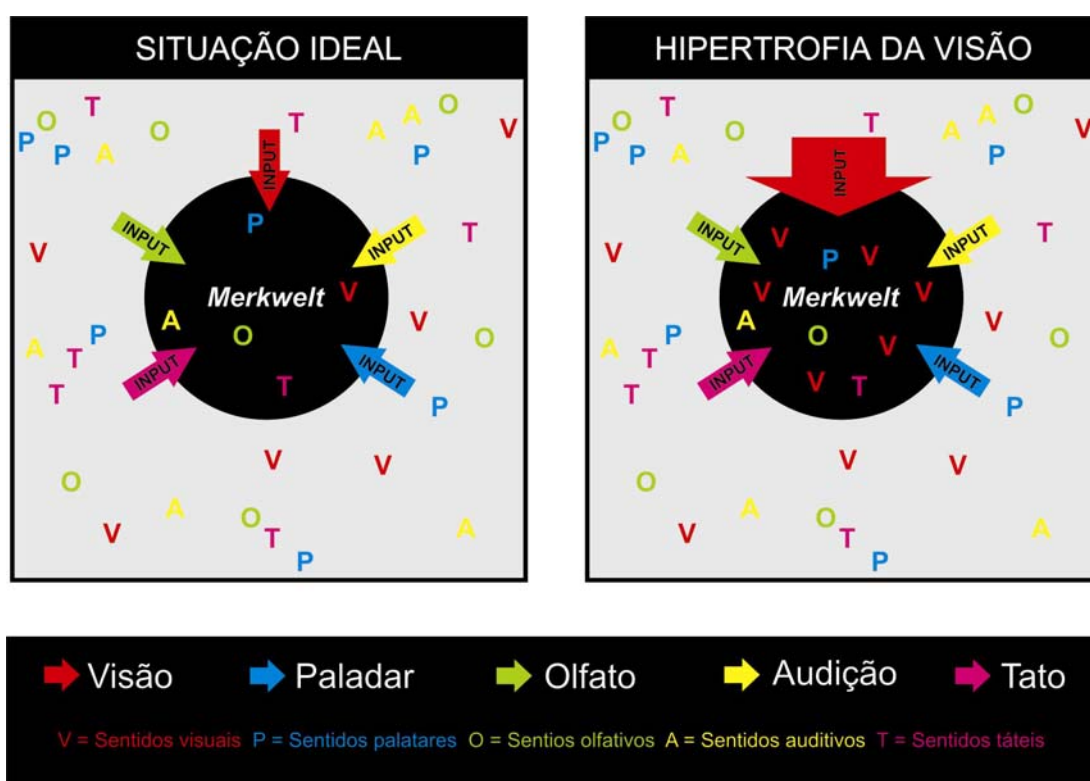


Figura 3

Não causa estranheza, pois, que alguns autores, a exemplo de Wenders (apud Quinet, 2004: 280-289), falem de uma sociedade escópica, baseada no *Vídeo ergo sum* - Vejo, logo existo-, ou que outros caminhem ainda mais longe, como Sartori (2001:7-8), para quem aconteceria, atualmente, a transformação do *homo sapiens*, produzido pela cultura oral e escrita, em um *homo videns*, um ser que substituiu o texto verbal, a palavra, pelo visual. Seria uma reorganização do sistema perceptivo, possibilitada pela sua dinamicidade, ou seja, a capacidade de alterar a sua estrutura, ou o conjunto das relações que conectam seus elementos. Recordando mais uma vez a fala de Peirce (apud Santaella 1998: 98-99), segundo a qual “nós só percebemos o que estamos equipados para interpretar”, quando se está equipado predominantemente com signos visuais, a percepção, logicamente, deve tornar-se mais habilitada a interpretar imagens.

E como os olhos também são fonte de libido, e a psique não se encontra inerte, ao se falar da hipertrofia da visão na espécie humana, fala-se, inevitavelmente, em uma “inflação” do registro do Imaginário⁶² (Quinet, 2004: 281). Nesse sentido, aliam-se os sistemas perceptivo e psíquico numa mesma busca: a por imagens; um procurando informação, o outro, prazer. Em razão disso, sugere-se aceitar que os signos visuais atuem, agora, como o *fator atrativo*⁶³ para as dimensões psíquica e cognitiva do homem.

⁶² Considerando que o Imaginário seja o registro do engodo, será que seu crescimento é, também, um aumento da alienação pela qual ele é caracterizado? Uma pergunta inevitável, mas cuja resposta não se objetiva fornecer nesta pesquisa.

⁶³ Refere-se ao comportamento característico de mutação em um sistema dinâmico. Alguns sistemas têm atrativos fixos, ou seja, quando atingem um determinado ponto de equilíbrio, estacionam; outros têm atrativos sazonais, e ficam presos dentro de um modelo cíclico de oscilações em estados pré-determinados; finalmente, alguns sistemas apresentam os chamados

Dados impressionantes, como o de que a TV era, na década de 1990, “mais importante do que geladeira para o brasileiro” (Penhalver e Júnior, 2002: 21), pois “segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1999), o país (...) [tinha] 87,5% de casas com televisão e só 82,5% com outro eletrodoméstico” (ibid.), tornam-se, assim, compreensíveis, sem deixar, por certo, de causar espanto: “Uma novela vale o ônus de ver a comida estragando na cozinha. Soa até como termômetro da glória popular do veículo”, diz Júnior (2002: 57). No presídio do Carandiru⁶⁴, a televisão era “o produto de troca de maior valor” entre os presos, afirmava o médico Drauzio Varella (apud Penhalver, 2002a: 23), autor do livro *Estação Carandiru*. Nas celas que abrigavam mais de 7 mil detentos, havia 4 mil televisores, o “bem mais precioso, útil para o espetáculo da realidade de lá de fora” (Penhalver, 2002a: 23), ao qual extensões técnicas do olho permitiam a visão. Mesmo os cegos não dispensam dar uma “olhada” na programação televisiva: “Todos eles vêm (...), mesmo que só ouvindo, seja para acompanhar a novela, seja para informar-se – garante Antonio Menescal, chefe do gabinete do Instituto Benjamin Constant, do Rio” (Ibid.: 29), centro de referência nacional na pesquisa com deficientes visuais (Instituto Benjamin Constant, s/d).

O que McLuhan propôs no seu experimento descrito na abertura deste capítulo – a televisão indo além do divertir – parece comprovar-se em casos como o das irmãs Isabella e Raphaella, dez e seis anos, respectivamente, quando o texto subsequente foi publicado:

atrativos desconhecidos, localizados fora de um ciclo delimitado, e além de uma dinâmica estabelecida (Goertzel, 1997:4-5).

⁶⁴ O Carandiru era localizado na Zona Norte de São Paulo. Desativado em 15 de setembro de 2002, a unidade prisional funcionou durante mais de 45 anos (Folha Online: 2002).

É na TV que as meninas aprendem coisas que nunca viram na escola, como o que é teste de DNA.

- É o exame para saber se a pessoa é pai ou mãe da criança – dizem Isabella e Raphaella, com empolgação.

Foi nos debates do Programa do Ratinho⁶⁵ que [as meninas] aprenderam a palavra, para surpresa da mãe, Roseli. (Penhalver, 2002b: 43).

Certamente, aí também se poderiam pensar nos casais apaixonados que descubrem como viver um grande romance assistindo aos filmes *hollywoodianos*, ou naqueles que, apenas vendo uma foto, entendem a notícia, num jornalismo impresso progressivamente pictórico (Bond, 1952: 252). É a *vidosfera* sugerida por Debray (apud Boutaud, 1994: 3), ou o imperativo do discurso imagético frente às outras linguagens.

Mas o *Umwelt* não se constitui num movimento unilateral de entradas, ele também implica em saídas, *outputs*, modos pelos quais o organismo interage com o exterior – *Wirkwelt* - e cria o seu próprio universo. Pensando-se na valoração que o visual adquiriu no mundo humano, especialmente a partir do século XIX com o advento da fotografia, não fica difícil supor que, hoje, as informações – sobretudo visuais – processadas psíquica e neurologicamente sejam convertidas em modos de interação também imagéticos: na qualidade de signo, de *mediadora*, a imagem será o *código* mais inteligível quando contraposta aos demais.

De um lado, o exibicionismo é estimulado, “ordenando ao sujeito fazer de tudo para roubar a cena”, transformar-se em celebridade (Quinet, 2004: 284), ou

⁶⁵ O “Programa do Ratinho” estreou em 1998 no canal de brasileiro televisão “SBT”, e manteve-se no ar até o ano de 2006 (O Globo Online: 2006). Apesar de ser visto por várias crianças, a atração abordava assuntos impróprios para menores de idade (Istoé Online: s/d), como os chamados “testes de paternidade”, quadros em que participantes eram convidados a realizar testes de DNA e assim comprovar ou não a paternidade acerca de uma dada criança (Dionísio, 2002).

seja, o “se fazer” – olhar - da atividade pulsional escópica; na outra ponta, está o *Panóptico*⁶⁶, a transparência recíproca, “que a psicanálise desvela como o olhar do supereu⁶⁷ na tentativa de promover a interiorização do olhar para controlar os atos e até mesmo o pensamento dos que ele vigia” (ibid.: 288). É a possibilidade de tudo ver e de ser visto por todos. Assim, o

espetáculo da imagem tem o seu lado belo, faz suspirar o sujeito do desejo devido à pulsão escópica e brilho, que encobre a falta que lhe é constitutiva. Mas o espetáculo é também sede do mal-estar na cultura ao presentificar o supereu com suas imagens impregnadas pelo real impossível de suportar que provocam o sentimento de culpa do sujeito (ibid.: 281)

Cria-se um ciclo de retroalimentação: mais informações visuais são absorvidas e geradas – pois o *Wirkwelt*, para interagir com outros sistemas predominantemente visuais, terá que fabricar informações imagéticas, as mais permeáveis ao *Merkwelt* humano - e, dessa maneira, mais informações visuais são absorvidas porque mais informações visuais foram geradas. A imagem corporal, o plano da superfície – registro do imaginário -, começa, então, a

⁶⁶ O *Panóptico* é “uma figura arquitetônica usada no final do século XVIII para vigiar os prisioneiros (...). Trata-se de uma construção composta de uma torre central e de um edifício que a circunda. O vigilante permanece na torre sem que se possa ser visto enquanto os prisioneiros estão no edifício circular em celas transparentes (...). Na verdade, o vigilante nem precisa estar lá, basta uma veneziana ou um vidro escuro para fazer existir o olhar (...). Com este artifício, o panóptico torna o olhar ao mesmo tempo totalizador (e totalitário) e particularizado para cada um. O olhar é, para todos, universal, e para cada um, singular” (Quinet, 2004: 285-286). Essa alegoria é retomada por Foucault em “Vigiar e Punir” (2005) para sintetizar o modelo de sociedade disciplinar, baseado em estratégias de confinamento, locais onde se pudesse vigiar e moldar o comportamento.

⁶⁷ O supereu – *Über-Ich* – foi um conceito desenvolvido por Freud para designar uma espécie de “autoridade censora” do eu, um tipo de “auto-observação, o depositário da consciência moral, tornando-se, enfim, ‘o portador do ideal do eu, com o qual o eu se compara, ao qual ele aspira e do qual se esforça por atender a reivindicação de um aperfeiçoamento cada vez mais avançado’” (Roudinesco e Plon, 1998:744-745). Esse ideal do eu ou do ego – *Ichdeal* – responde por um passado idealizado, que é projetado no futuro na forma de um eu ideal – *Idealich* -, a ser atingido (ibid.: 362-363).

funcionar como um signo fundamental na mediação das representações sociais⁶⁸, atuando como um “órgão operacional” na construção do *Umwelt*.

Evidentemente, as representações visuais feitas a partir do corpo sempre ocuparam um papel de destaque no funcionamento das mais distintas culturas, mas o que se fala aqui é da possível hipertrofia dessa função na contemporaneidade: existir num mundo imagético, inclusive enquanto ser social, é existir enquanto imagem! Nesse contexto, recorre-se a perspectiva teatral da interação social formulada por Goffman (apud Johnson, 1997: 166; Marshal, 1998: 171) para sistematização do fenômeno. Segundo essa abordagem, a interação simbólica se dá no mundo entendido como um grande “palco”, habitado por “atores sociais” em um determinado momento, e as várias audiências - platéias- que esses requerem. Se o palco se transfigurou em telas, fotos, passarelas, e a platéia está, quase que totalmente, resumida aos olhos, os atores não podem ser outra coisas senão representações imagéticas, ou passariam despercebidos, incógnitas.

Diante disso, para atuarem como signos, muitos dos textos sociais são inscritos na forma de imagem através da corporeidade, de um corpo pensado para adiante de sua condição carnal, como uma constituição imaginária, pois

da parte mais sólida e interior, os ossos, à parte mais fluida e exterior, os cabelos, tudo no corpo se desenvolve a partir da imagem que uma cultura dele faz. Falanges de pés atrofiados; crânios deformados de várias maneiras; deformações da coluna vertebral; dentes serrados, mutilações; escarificações;

⁶⁸ A Teoria das Representações Sociais foi construída a partir da interface entre as ciências psicológicas e sociais, e envolve uma série de perspectivas e conceitos (Moscovici, 1995: 8). Aqui, ela se refere ao conjunto de fatores cognitivos e psicológicos, através dos quais as pessoas tentam entender e dar sentido ao mundo, assumindo papéis na sociedade, sem que exista uma segregação do individual e do social (Ibid.: 11; Guareschi e Jovchelovitch, 1995: 20): “As representações estão presentes tanto ‘no mundo’, como ‘na mente’, e elas devem ser pesquisadas em ambos os contextos” (Farr, 1995: 46).

circuncisões; exceções; deformação de lábios, orelhas, pescoços; tatuagens; pinturas; penteados; roupas... inúmeras são as maneiras pelas quais cada cultura fabrica um corpo próprio (Pitta, 1996: 110).

Dessa maneira, cria-se o espetáculo midiático, através do qual imagens são ofertadas “como imperativos de ideais [do eu] a serem seguidos, modelos de identificação que são fabricados pela publicidade e pelo esporte” (Quinet, 2004: 282), ou pelo cinema, fotos publicitárias, televisão e, nos últimos anos, a internet.

Por exemplo, o filme *Uma linda mulher* (*Pretty Woman*) põe em cena o papel fundamental da imagem na construção da identidade nas sociedades contemporâneas. Uma prostituta saída da classe operária (interpretada por Julia Roberts) fica conhecendo um príncipe encantado executivo (interpretado por Richard Gere) e transforma-se: de deselegante mulher da rua passa a ser uma elegantíssima beldade. O filme ilustra o processo de autotransformação através da moda, dos cosméticos, da dicção e do modo de ser, bem como o grau de mediação da identidade pela imagem e pela aparência na cultura contemporânea. O resultado da transformação da personagem de Roberts é, portanto, uma nova personalidade, uma nova identidade, o que a capacita a prender seu homem e a tornar-se um sucesso no mercado da imagem como identidade. A mensagem do filme, portanto, é que quem quiser transformar-se em novo eu, transformar a própria identidade, ser bem sucedido, precisará dar atenção à imagem, à aparência, à moda (Kellner, 2001: 299-300).

Assim, entre uma alteração imprimida de dentro para fora – a hipertrofia da visão –, que desencadeou uma mudança de fora para dentro – a demanda por representações imagéticas – destaca-se a interface, a própria imagem, o plano da *superfície*⁶⁹. Se, conforme lembra Morin (2003: 25), *complexux* é aquilo que se tece junto, então a complexa tessitura da imagem enquanto espaço privilegiado da semiose na contemporaneidade, assim como se esboçou nesta *Parte I*, pode ser entendida por meio da relação entre uma visão hipertrofiada, o sistema cognitivo, a psique e um corpo em cuja superfície os signos, mais do que nunca, precisam ser encarnados para aturem como tal. São índices que apontam para uma

⁶⁹ Isso sugere pensar que os movimentos de alteração corporal feitos de dentro para fora, de fora pra dentro e na superfície funcionem como três processos interconectados, sistêmicos, de modo que uma mudança imprimida sobre um deles tenha sempre efeito nos demais.

importância exacerbada da imagem na estruturação do simbólico, da semiose imprimida pelo homem, agora, na produção e recepção de sentidos dentro da sociedade.

PARTE II. ANÁLISE

7. Introdução

A semiótica, lembra Nöth (1990:13), designa uma antiga ramificação da medicina, responsável por diagnosticar doenças através da observação dos seus sintomas, do grego *symptoma*, “aquilo que indica”. Tal prática inspirou a escritura da *Parte I* deste trabalho: debruçando-se sobre alguns *índices*, e deixando-se por eles guiar, foi possível classificar a sociedade contemporânea não como enferma, mas escopofílica, tomando por base variantes que apontaram para um mesmo objeto - a superavaliação da imagem nos últimos tempos.

Ao se debruçar sobre as conseqüências de tal fenômeno, sugeriu-se que a imagem corporal seja, hoje, um nó articulador na mediação das relações sociais, funcionando como fator atrativo dos sistemas cognitivo e psíquico e, conseqüentemente, da comunicação humana, dos fenômenos da linguagem. Nesse sentido, em havendo, de modo hipertrofiado, uma confusão entre a identidade e a representação imagética dessa, inclusive na esfera simbólica, recaí-se sobre um questionamento: O que acontece com as pessoas cegas, desprovidas da informação visual? Estariam elas, em função desse limitador, alheias aos sintomas desencadeados pela hipertrofia visual, ou, até, excluídas de um processo de socialização baseado na imagem? Na verdade, ao se colocar o elemento *portador de cegueira* dentro da sociedade escópica, podem-se questionar muitas coisas: até que ponto a visão, *pos si só*, deve ser tomada como elemento para explicar alguns dos fenômenos vivenciados na atualidade? Necessitando sobreviver socialmente, que estratégias um sistema desprovido do sentido visual encontra para se comunicar no ambiente escopofílico?

Partindo de tais questionamentos, na *Parte II* desta dissertação será feita uma tentativa de compreender como as mulheres cegas se comportam diante da supervalorização da imagem, através de uma análise - do grego *análisis*, decompor. A discussão será estruturada sobre a seguinte pergunta: de que modo elas percebem e produzem uma imagem corporal para se comunicar com os demais sujeitos – se é que elas façam isso -, e com quais objetivos? Optou-se pelas mulheres ao invés dos homens porque, tal qual referido no item “2.1.2 Na superfície”, historicamente, o conceito de beleza foi sempre associado ao feminino, categoria na qual, conforme será ilustrado no capítulo seguinte, predominam as mulheres.

8. Visitando o Feminino

Numa troca de correspondências com Catherine Clément, Julia Kristeva (2001: 24) propõe à amiga o “perfume” como metáfora da feminilidade, um “eu vaporoso”, possivelmente lembrando o *Verflüchtigen* – evaporação – usado por Freud (apud Breen, 1998: 14) ao se reportar aos conceitos de masculino e feminino. Catherine responde-lhe que

a palavra é poética. Polida demais para ser honesta. De resto, a fabricação dos perfumes depende apenas das essências das flores e do almíscar que é uma secreção animal de origem genital; tudo está ligado. Mais que ‘perfume’, proponho secreção, humores, odores (Clément, 2001: 29).

À lista de Catherine, talvez o próprio Freud adicionasse medo, sangue, tabu, inveja, ódio, insatisfação, todas as palavras que habitam o “continente negro”⁷⁰, entendido posteriormente por Lacan como linguagem, um universo simbólico da falta, do Outro. É exatamente sobre este discurso, o do *feminino*, que se falará nesta seção; o ponto de partida é uma tentativa de compreensão da feminilidade através da filosofia peirceana, com a proposição de uma nova categorização para o desenvolvimento sexual humano.

8.1 Semiose da diferenciação sexual: feminino e masculino como terceiridade⁷¹

Tradicionalmente, foi erguida pelas ciências biológicas a noção de caracteres sexuais primários e secundários para explicar o desenvolvimento sexual humano. Os primeiros são referentes aos órgãos reprodutivos - genitais e gonádicos -, enquanto os segundos dizem respeito às características advindas da

⁷⁰ A expressão, famosa, é utilizada por Freud em 1926, no texto “A questão da análise profana” (Brun, 1989: 100).

⁷¹ Este texto foi bastante influenciado pelo artigo “A feminilidade nas dimensões real, simbólica e imaginária”, de Teixeira (2007).

presença desses órgãos - mamas, pelos... -, que ajudam na segregação de exemplares pertencentes a gêneros sexualmente diferentes (Monteiro e Kawano, 1998). A seguir, será feita uma sugestão de revisão desses conceitos: à luz da filosofia peirceana, se tentará aplicar a tipologia de primeiridade, secundidade e terceiridade, bem como algumas das classes sígnicas elaboradas por Peirce, no entendimento do *processo* de desenvolvimento sexual humano, tomado como *semiose*, ou seja, um encadeamento de produção de sentidos.

A diferenciação sexual dos mamíferos - categoria na qual estão inclusos os seres humanos – começa, até onde se pôde avançar com a ciência, na fertilização (Jorge, 2000; Pinel, 2005; Wright, 1967: 775). Antes desse momento, existem apenas enquanto possibilidades os cromossomos “X” e “Y”, pura qualidade, ou *quali-signos*, ainda livres⁷². Combinados através do contato do óvulo com o espermatozóide, esses cromossomos são então corporificados em dois tipos diferenciados de zigotos⁷³: o par “XX” e o par “XY”. Não há mais pura liberdade: aqui, passa-se à esfera do *sin-signo*, acontecimento através do qual o que era potência se corporifica e ganha existência através de uma interação, da reação advinda dessa união cromossomática. A partir desse ponto, são produzidos dois programas biologicamente distintos para o desenvolvimento sexual humano, pela chamada *determinação do sexo genético*: a lei – *legi-signo* - é que o par “XX” produza os exemplares convencionados como fêmeas, e o par “XY” origine os

⁷² Apesar de estarem encarnados no óvulo e no espermatozóide, os cromossomos “X” e “Y” só ganham corpo no processo de diferenciação sexual humano ao entrarem em contato; antes disso, eles não fazem parte de tal semiose, constituindo-se apenas como informações presentes em células.

⁷³ O termo zigoto indica uma célula única formada pela união de dois gametas ou, no caso dos humanos, o óvulo fertilizado pelo espermatozóide.

machos. Como nenhuma lei é inflexível, às vezes, influências ambientais resultam em distúrbios ao desenvolvimento planejado, causando discordância entre o sexo aparente e o sexo genético (ibid.).

Ainda não se pode falar em “masculino” ou “feminino”, mas, apenas, em dois tipos sexualmente diferenciados de seres humanos que, já no ventre, exibem características anatômicas visíveis⁷⁴ por meio de exames como a ultra-sonografia: no par “XX”, observa-se a presença da vulva, enquanto no par “XY”, encontram-se pênis e testículos. É a presença desses órgãos, pós-nascimento, que vai possibilitar o reconhecimento das duas variáveis genéticas distintas: eles indicam, são *índices* do macho e da fêmea da espécie; os dois programas genéticos podem, então, ser localizados em um determinado espaço e tempo, virando signos singulares, ou *sin-signos*.

No decorrer do seu crescimento, todavia, as crianças são progressivamente confrontadas com as casas genéricas sexuais – e não as genéticas -, lugares *simbólicos* construídos para abrigar os corpos do macho e da fêmea. Suas diferenças anatômicas, secundidade, passam, então, ao domínio do discurso, da terceiridade, através do que a psicanálise revela como a simbolização do falo – o signo da falta - a partir do pênis – real, secundidade -, e a conseqüente construção das categorias de masculino e feminino, inconscientemente identificadas com o binômio fálico/castrado.

Evidentemente, conforme foi referido no segundo capítulo desta dissertação, hoje, a anatomia pode ser remodelada ao sabor dos devaneios

⁷⁴ É importante dizer que, nas primeiras semanas, todos os embriões são morfologicamente femininos (Breen, 1998: 22).

culturais, quase sem fronteiras, mas algo, um real, persiste – trata-se, exatamente, dos cromossomos sexuais: “o DNA ocupa na atualidade o lugar que anatomia ocupava no tempo de Freud – um elemento originário, não negociável, independente de toda simbolização ou imaginação” (Teixeira, 2007: 76). Por mais alterações que sejam imprimidas na corporeidade, até o momento, os genes permanecem, e não podem ser modificados⁷⁵.

A partir do exposto, pensou-se na seguinte categorização para o desenvolvimento sexual humano:

1. *Caracteres sexuais predominantemente primários*: dizem respeito às *qualidades* presentes nos cromossomos “X” e “Y” antes deles interagirem e formarem o zigoto, momento no qual
2. ocorre uma reação e constituem-se dois programas sexuais genéticos distintos: o do par “XX” e o do par “XY”. Adentra-se, nesse ponto, nos *caracteres sexuais predominantemente secundários*, que abarcam todas as formações anatômicas, produções hormonais e qualquer tipo de características advindas desse processo. O que antes era tipificado como caractere primário - órgãos genitais e gonádicos – e secundário – produção de óvulos ou espermatozóides, seios, timbre vocal... – aloca-se, então, nesse domínio, o da secundidade, por serem produtos do zigoto inicial e seu programa genético.
3. Com passar dos anos, todavia, esses indícios do pertencimento ao “destino” “XX” e “XY” são simbolizados nas categorias de masculino e feminino, sempre de modo instável e impreciso, tal qual se passa com todo discurso. Trata-se dos *caracteres sexuais predominantemente terciários*.

⁷⁵ Nesse sentido, por exemplo, o corpo de um transexual geneticamente macho, modificado através de indícios “fabricados”, como seios de silicone, a ausência de pelos e até construção de uma cavidade vaginal, pode assumir uma condição feminina, mas não a de “fêmea” da espécie. Um exame de DNA acusaria em sua constituição o par “XY” de cromossomos, contra os quais ele precisa lutar – tomando hormônios... – por toda vida, afim de que seu corpo de macho, o insuportável real recalcado, porém latente, não regresse e o empurre ao, no caso, indesejável masculino.

Essas relações, as dos *caracteres sexuais predominantemente terciários*, serão agora exploradas através de alguns conceitos psicanalíticos, especialmente dos presentes nas obras de Freud e Lacan, por meio de alguns de seus textos e, também, dos escritos de comentadores das obras de ambos.

8.2 Contribuições da psicanálise ao entendimento do feminino como terceiridade

Foram muitos os psicanalistas que se debruçaram sobre a delicada questão do feminino: Horney, Klein, Jones, Masters e Johnson, Sherfey. Tal problemática será trabalhada aqui – e muito superficialmente, pois esta não é uma pesquisa psicanalítica – apenas tomando por referências algumas concepções freudianas e lacanianas, procurando destacar os processos de construção da masculinidade e feminilidade como semióticos, da linguagem.

Freud (apud Breen, 1998: 11) dizia “que os conceitos de ‘feminino’ e ‘masculino’, cujos significados parecem tão livres de ambigüidade para as pessoas comuns, estão entre os mais confusos da ciência”. Sempre tratando da questão pela interface entre aspectos anatômicos e psicológicos, o médico austríaco defendia que essas categorias estavam diretamente ligadas à forma como cada indivíduo lida com seu corpo⁷⁶ (Breen, 1998: 13). “Para Freud, não há sexualidade natural; é sempre psicosexualidade, sempre uma construção relativamente independente da biologia” (ibid.). Tanto que o que psicanalista descreve como feminino não se encontra circunscrito, exclusivamente, ao corpo da mulher; é o

⁷⁶ Por isso, a confusão de alguns e perceber a teoria freudiana enquanto um modelo biologizante, quando ela enfoca sua abordagem na simbolização das diferenças anatômicas (Breen, 1998: 13).

caso da noção de “masoquismo feminino”, discutido especificamente em relação aos homens (ibid.).

O interesse de Freud pelas mulheres surge ao mesmo tempo em que ele desenvolve as bases do campo psicanalítico, através do estudo das histéricas do século XIX na sociedade burguesa vienense (Rocha, 2003:111). Esses distúrbios psíquicos seriam “uma forma de expressão possível da sexualidade reprimida (...) em direção a uma proposta, quem sabe, de subjetividade e singularidade feminina” (ibid.).

No “Tabu da Virgindade”, em 1917, Freud fala de uma mulher que é toda tabu, cuja vida sexual encontra-se atravessada pela virgindade, pelo sangue menstrual - signo da morte, da mordida de um espírito ancestral -, pela gravidez e pelo parto, simbolizando a angústia que, ademais do prazer, enevoa a sexualidade humana (Farias, 2005: 98). Desde os primeiros tempos, existiria um temor em relação às mulheres; talvez

este receio se baseie no fato de que a mulher é diferente do homem, eternamente incompreensível e misteriosa, estranha, e, portanto, aparentemente hostil. O homem teme ser enfraquecido pela mulher, contaminado por sua feminilidade e, então, mostra-se ele próprio incapaz. O efeito que tem o coito de descarregar tensões e causar flacidez pode ser o protótipo do que o homem teme; e a representação da influência que a mulher adquire sobre ele através do ato sexual, a consideração que ela em decorrência do mesmo lhe exige pode justificar a ampliação desse medo (Freud, s.d.).

Assim, o homem afasta-se da experiência feminina objetivando proteger-se, salvaguardar-se do *estranho*, os genitais da mulher, portal para um desconhecido – o interior materno - que antes lhe era familiar (Farias, 2005: 106). Em 1923, o texto “A Organização Genital Infantil” avança na compreensão da sexualidade: Freud (apud Farias, 2005: 98) defende a existência de uma similaridade entre a

conformação da sexualidade no adulto e na criança, estabelecendo, porém, uma diferença – na organização genital infantil apenas o órgão masculino desempenharia o seu papel; é o chamado “primado do falo”.

O menino acredita que todos os seres têm pênis, considerando o clitóris como um “pênis em miniatura”, a desenvolver-se; posteriormente, ele conclui que, na verdade, o pênis havia estado naquele lugar e teria sido cortado: a possibilidade de castração é descoberta (ibid.: 98-99). Para não ser punido com tamanha pena, “o menino abandona ou reprime seu desejo de tomar o lugar do pai junto à mãe” (Blos, 1998: 51).

A menina, por sua vez, que também acreditava ser um menino, ao descobrir não possuir pênis, torna-se raivosa e invejosa, “no sentido de que ela também tinha a mãe como objeto de amor, e com anseios fálicos em relação a ela vindos de seu clitóris” (ibid.). A partir da progressiva – porém nunca total - aceitação da “castração”, a menina transfere seu desejo do objeto-mãe para o objeto-pai e os bebês que ele possa lhe dar como substitutos para o pênis (ibid.: 51-52).

Esse seria um grande complicador da sexualidade da menina: enquanto, para o menino, a aceitação da diferença sexual e o medo da castração conduzem à dissolução do complexo de Édipo, “para a menina o reconhecimento da diferença sexual inicia o complexo de Édipo, ocasião em que ela abandona seu desejo de um pênis e o substitui pelo desejo de um filho” (ibid.), tomando o pai como signo de amor e a mãe como objeto de ciúmes.

O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto para a menina, até o ponto em que ele não se restrinja aos restos da ligação pré-edipiana com a mãe, que foi superada. Por esta mudança para o pai ser

realizada com a ajuda das tendências passivas, uma atitude masoquista será importante na sexualidade feminina, enquanto a ferida narcísica da descoberta da diferença sexual a conduzirá a identificar seu corpo inteiro como falo (ibid.: 52).

O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis; o feminino, o objeto e a passividade. A vagina é apreciada agora como albergue do pênis, recebe a herança do ventre materno (Freud apud Farias, 2005: 99).

A “castração” torna-se, pois, um signo para o menino e a menina: passa a ser a representação “do incompleto, das limitações humanas, do abandono da crença na própria onipotência e na posse de todos os atributos, inclusive na posse única do amor da mãe” (Breen, 1998: 41). Signo esse, como falará Lacan anos depois, com o poder de lei, um legi-signo; “refere-se, então, a uma proibição do incesto que vai além da experiência individual e que pertence à espécie humana” (ibid.: 40).

Evidentemente, considerando, como já se indicou, que na teoria freudiana o importante é a forma através da qual as pessoas lidam com sua anatomia, há um porém: o menino e a menina podem, também, assumir as identidades masculina ou feminina independentemente de serem macho ou fêmea da espécie: se a garota não supera a fase do primado do falo e continua a acreditar na fantasia de possuir um pênis, “seu desenvolvimento será masculino (...). O desenvolvimento do menino será feminino se seu medo da castração for tão grande a ponto de ele ‘renunciar’ a seu pênis, na fantasia” (ibid.: 13).

Na “Sexualidade Feminina”, de 1931, Freud se esforça em entender o complicado processo no qual a menina é conduzida a trocar a mãe pelo pai como objeto de amor. Assim o autor abre o texto:

Durante a fase do complexo de Édipo normal, encontramos a criança ternamente ligada ao genitor do sexo oposto, ao passo que seu relacionamento com o do seu próprio sexo é predominantemente hostil. No caso do menino,

isso não é difícil de explicar. Seu primeiro objeto amoroso foi a mãe. Continua sendo, e, com a intensificação de seus desejos eróticos e sua compreensão interna mais profunda das relações entre o pai e a mãe, o primeiro está fadado a se tornar seu rival. Com a menina, é diferente. Também seu primeiro objeto foi a mãe. Como encontra o caminho para o pai? Como, quando e por que se desliga da mãe? Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pelo fato de a menina ter a tarefa de abandonar o que originalmente constituiu sua principal zona genital — o clitóris [pretenso falo] — em favor de outra, nova, a vagina (Freud, s.d.).

Dessa forma, ainda nas palavras de Freud (s.d), a vida sexual da mulher “é regularmente dividida em duas fases, a primeira das quais possui um caráter masculino, ao passo que apenas a segunda é especificamente feminina”. Logo, apesar da bissexualidade estar presente tanto para os homens quanto para as mulheres, no caso delas, tal condição

vem para o primeiro plano muito mais claramente (...) do que nos homens. Um homem, afinal de contas, possui apenas uma zona sexual principal, um só órgão sexual, ao passo que a mulher tem duas: a vagina, ou seja, o órgão genital propriamente dito, e o clitóris, análogo ao órgão masculino (ibid.).

No seu “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” – 1925 -, todavia, Freud (s.d.) escreve

que mesmo em meninos o complexo de Édipo possui uma orientação dupla, ativa e passiva, de acordo com sua constituição bissexual; o menino também deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu pai — fato que descrevemos como sendo a atitude feminina.

Finalmente, em 1932, Freud (s.d.) afirma categoricamente na conferência “A Feminilidade” “que aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia”. A sexualidade e, em especial, o feminino, são tidos por enigmas, longe de concepções simplistas e fechadas.

De meados dos anos de 1930 em diante, a sexualidade feminina cai em um ostracismo, voltando a despertar interesse apenas na década de 1960, tempo de

difusão do movimento feminista (Breen, 1998: 17). Nessa época, Lacan e seus seguidores propõem uma inovação: a compreensão da sexualidade por meio da lingüística estrutural, considerando a sexualidade como discurso (ibid.: 20). Nesse sentido, é assumido que o “feminino não existe como uma entidade por si só, mas apenas como uma divisão na linguagem; o feminino está sempre em oposição ao masculino, e, no sistema lingüístico, ‘feminino’ se refere ao pólo negativo, à ‘falta’ e ao ‘Outro’” (ibid.: 21).

Lacan afirma essa posição em diversos momentos, como na seguinte fala: “É claro que uma mulher não tem pênis, mas, se vocês não simbolizarem o pênis como elemento essencial para se ter ou não ter, ela não saberá dessa privação” (Lacan apud Teixeira, 2007: 78). O psicanalista francês defende, também, a inexistência de uma feminilidade antes do complexo de castração, pois se “não há realidade pré-discursiva, não há feminino fora da linguagem” (Breen, 1998: 29). Dessa forma, como observa Safouan (apud Breen, 1998: 30), “‘a anatomia não é o destino’, embora determine a forma do complexo de castração”.

Um problema específico da sexualidade feminina seria o fato de não existir um elemento específico que simbolize a feminilidade, já que esse é, como propõe Lacan, o pólo da falta (Teixeira, 2007: 79). Enquanto os homens podem se reunir em torno do pênis, as mulheres ficariam sem referência simbólica, tornando-se, em graus variados, dependentes do imaginário (ibid.: 80). “Uma das conseqüências de tal dependência é que, por ser um registro que não oferece outra garantia senão a boa imagem, o sujeito é lançado na busca incessante de tal imagem, tão idealizada quanto inatingível” (ibid.).

Sabendo-se que são tempos de inflação do imaginário, é de se esperar, portanto, que o esforço em se obter a “boa imagem”, especialmente nas mulheres, seja maior do que nunca; mas quando uma mulher é privada da visão e, assim, relaciona-se diferentemente com o mundo das imagens, como se processa a sua busca pelo feminino? Essa questão será investigada no *Capítulo 10*, antes do qual, a seguir, serão feitas algumas considerações a respeito da cegueira.

9. A cegueira: alguns apontamentos

9.1 Idéias sobre o olho e a sua ausência

Em muitas culturas, a visão ou o olhar sempre foram identificados com a sabedoria (Cirlot, 1984: 427) e a libido. São termos como “evidente” ou “sem sombra de dúvidas”, a evocar que “o conhecimento verdadeiro equivale à visão perfeita” (Amiralian, 1997: 24).

Falamos em “visões de mundo” quando nos referimos às diferenças culturais, de pontos de vista e enfoque, ao nos referimos a uma estrutura conceitual de referência, ou em “revisão” quando queremos nos referir a mudanças ou correções de idéias.

Assim, em nossa mente, identificamos o não-ver com a incompreensão, incompetência, ou incapacidade de compreender e conhecer com perspicácia e profundidade as verdades do mundo. (ibid.).

Na mitologia germânica, especialmente a escandinava, um caso a parte: o paladar, e não a visão, foi o sentido associado ao saber. Para obter o conhecimento, diluído nas águas do poço do gigante Mimir, Odim⁷⁷ arranca um de seus olhos e o entrega ao guardião da fonte da sabedoria, obtendo o direito de beber o precioso líquido, degustando-o (Bishop, 2007:14). Essa relação – saber/saborear – foi também explicitada por Barthes (1989: 47); certamente, ademais de uma correção epistemológica, o semioticista francês fez uma crítica à sociedade escópica - e possivelmente ele estivesse certo: tal qual desvela a simbologia, multiplicidade, inclusive a da visão, é sinal de inferioridade – foi o “caso do pastor de Argos⁷⁸, que com seus múltiplos olhos não pôde evitar a morte” (Cirlot, 1984: 428).

⁷⁷ No panteão nórdico, Odin era o “pai universal, deus da inspiração poética, do mistério e da magia, patrono dos guerreiros” (Page, 1999: 7).

⁷⁸ Filho de Zeus e sua primeira amante mortal, Argos herdou uma parte do Peloponeso, batizando-a *Argólida*. Seu bisneto, homônimo, possuía, segundo algumas versões, “apenas um olho,

Quanto à ligação do olho com o desejo, encontra-se manifesta em palavras a exemplo de “vistosa”, ou expressões do tipo “ela (e) ‘limpa a vista’”, usadas para se referir à beleza de outrem. Na bíblia, o texto do Gêneses parece resumir essa dupla de significados – conhecimento e libido – imputada à visão:

1. É de saber que a serpente era o mais astuto de todos os animais da terra, que Deus tinha feito: e ela disse à mulher: Por que vos proibiu Deus que não comêsseis do fruto de todas as árvores do paraíso?
2. Respondeu-lhe a mulher: Nós comemos dos frutos das árvores que há no paraíso.
3. Mas o fruto da árvore que está no meio do paraíso, Deus nos proibiu não comêssemos, nem a tocarmos, sob a pena de morrermos.
4. Mas a serpente disse à mulher: Bem podeis estar seguro que não haveis de morrer:
5. porque Deus sabe que tanto que vós comerdes desse fruto, se abrirão vossos olhos; e vós sereis como uns deuses pelo conhecimento, que terei do bem e do mal.
6. A mulher, pois, vendo que o fruto daquela árvore era bom para se comer, e era formoso, e agradável à vista, tomou dele, e comeu, e deu a seu marido, que comeu do mesmo fruto com ela.
7. No mesmo ponto se lhes abriram os olhos, e ambos conheceram que estavam nus; (...) (Bíblia Sagrada, 1950: 38-39).

Assim aconteceu o pecado original: Adão e Eva *viram*, souberam, perceberam, contrariaram Deus, a lei. Foram seus olhos que os expulsaram do Éden, apresentando-os ao bem e ao mal, marcando, para todo sempre, a eles e seus descendentes com o fardo do conhecimento e do desejo. Saboreando a doce e proibitiva fruta – estaria Barthes certo? -, *viram-se* o primeiro homem e a primeira mulher nus; a libido de ambos foi despertada - ou encontrava-se ela, a libido, já presente antes do suposto sêmen transgressor, na pulsão escópica que

segundo outras, quatro: dois voltados para a frente e dois para trás. A tradição mais seguida, todavia, é a de que Argos era um verdadeiro gigante, dotado de cem olhos” (Brandão, 1991: 115). Encarregado por Era de vigiar Io, a bela filha de Ínaco e Mélia por quem Zeus se apaixona, Argos é derrotado por Hermes, que o faz dormir com a flauta mágica de Pã e corta sua cabeça (ibid.; ibid.: 610).

guiou os olhos de Eva à “formosa” e sedutora maçã, “agradável à vista”? O desejo vem antes do saber.

Atraída e traída, salvar-se-ia Eva fosse ela cega. E quem sabe por isso, até hoje, sejam os portadores de cegueira considerados, ademais de ignorantes, como seres puros, inocentes, incapazes de lançar o *mau-olhado*, assexuados, livres do pecado⁷⁹, do *olhar ardente de desejo* e, assim, “moralmente superiores aos videntes” (Amiralian, 1997: 24). Nasceriam os sem visão castrados, como o Édipo⁸⁰ que fura os olhos ao dar-se conta do incesto, crime enxergado por Tirésias, um cego cujo olhar ia além das sempre enganadoras aparências (Quinet, 2004: 113). Aí está uma outra representação dos cegos: a de possuidores de “de *insights* e poderes sobrenaturais”, um sexto sentido (Amiralian, 1997: 23), pois a “posse dos dois olhos expressa a normalidade física e seu equivalente espiritual; por isto o terceiro olho é símbolo de sobre-humanidade ou divindade” (Cirlot, 1984: 427), e era usado pelos faraós a fim de marcar a sua condição de deidade.

No antigo Egito, Hórus, o deus falcão, rebento de Ísis e Osíris, trazia nos olhos o Sol e a Lua (Hart, 1992: 33-34). Seu nome traduz-se como “Aquele das Grandes Alturas”, cujo destino seria o de reinar sobre o Nilo. Chegando à

⁷⁹ “Victor Hugo, em *O homem que ri*, refere-se à garota cega Déa como capaz de êxtase e profunda harmonia com Deus, como se estas qualidades fossem peculiares à cegueira” (Amiralian, 1997: 27).

⁸⁰ No mito de Édipo, o protagonista, sem saber, mata seu pai e casa-se com a Mãe-coisa proibida. Ao se darem conta do ocorrido, Jocasta, a mãe, mata-se, e Édipo fura seus olhos por não ter conseguido reconhecer a sua genitora, assim transgredindo a necessária lei (Quinet, 2004: 112-114). “Sófocles [autor da tragédia Édipo Rei] descreve a cegueira como uma condição pior que a morte, uma autopunição para o pecado do incesto. Por outro lado, quando a vista de Tirésias (...) é destruída pelos deuses, ele é recompensado com o dom da profecia” (Amiralian, 1997: 26). Na Idade Média, a significação da cegueira como punição, tal qual se passou em Édipo, tornou-se comum, associando-se a perda da visão, a lepra, a hidrocefalia e uma série de mazelas com o pecado próprio ou dos ascendentes; isso levou ao extermínio de muitos deficientes pela Inquisição (Caiado apud Dall’Acqua, 2002: 52-53).

maturidade, Hórus decide por reclamar o seu trono a um tribunal presidido pelo Deus Sol Rá de Heliópolis, escolhendo um auspicioso momento: Tot, deus da sabedoria, acabara de presentear o Deus Sol “com o ‘Olho Sagrado’, símbolo da ordem cósmica, justiça e realeza” (ibid.). A empreitada de Hórus foi, todavia, interrompida por Seti, com quem o deus falcão precisou lutar para ascender ao trono, perdendo um de seus olhos numa batalha,

o olho esquerdo, o olho lunar (...). Tot, o deus letrado, patrono dos escribas, voltou a colocar no seu lugar o olho ferido, restabelecido pela sua magia e que fica a ser conhecido como o ‘íntacto’, símbolo da vitória do bem sobre o mal. Sendo o símbolo divino do bem, também era associado à prosperidade. (...). A partir de finais do Império Antigo dois udjat [outro nome para o olho de Hórus] eram pintados à entrada dos túmulos, ladeando a porta os dois reconfortantes símbolos mágicos: o olho direito representando o Sol, e o olho esquerdo a lua. Também aparecem nos sarcófagos para garantir a segurança eterna do defunto contra o mau-olhado. O sepultado teria a possibilidade de ‘ver’, através deles, o que se passava no mundo exterior, quem ia à sua casa de eternidade levar as oferendas e proferir as invocações que o manteriam vivo pela eternidade. O udjat tornou-se o signo de protecção por excelência e ainda um dos mais poderosos signos da realeza (o faraó era o Hórus vivo reinando sobre a terra legada por Osíris). O olho divino era mesmo considerado uma entidade autônoma tão impregnado de divindade como o seu possuidor (Museus na escola, s/d).

Ver a luz seria ver deus, perceber a energia cósmica criadora (Cirlot, 1984: 357) e, assim, conhecer a “essência” do universo, num jogo onde o homem é alçado à condição divina; como profetizara a serpente no Paraíso: “se abrirão vossos olhos; e vós sereis como uns deuses pelo conhecimento”. O filósofo grego Plotino (apud. Cirlot, 1984: 427) defendia que o olho não poderia ver o Sol se não fosse um sol, *o fogo do olhar*, havendo, então, uma “relação de causalidade analógica em que somente o semelhante pode agir sobre o semelhante” (Quinet, 2004: 20): olhar é conversar com o sagrado e, assim, fazer parte dele. Mas adentrar no mundo do divino exige uma paga, às vezes, a própria vida. O horror

da Gorgó⁸¹ que, fitada nos olhos, transmuta o sujeito em objeto, pedra opaca. Nesse momento, o homem e o deus se miram frente a frente, e “o *voyeur* é arrancado a si mesmo, destituído de seu próprio olhar, investido e como que invadido pelo da figura que o encara e, pelo terror que seus traços e seu olho mobilizam, apodera-se dele e o possui⁸²” (Vernant, 1988: 103-104).

Imunes à Gorgó, mais uma vez, estão os cegos. Todavia, ao não poderem encarar o olhar de frente, ou saber que esse os persegue, eles se encontrariam, também, livres do vigia, do gozo barrado aos filhos do pai primitivo em *Totem e Tabu*⁸³ (Quinet, 2004: 113), e, desse modo, seriam “protótipos da maldade e imoralidade” (Amiralian, 1997: 23), impossibilitados de conhecer a lei. “Desde a antiguidade, a cultura grega identificava pela linguagem o ver e o pensar. *Eidos*, forma ou figura, é afim à *Idéia*. Sócrates, em Fédon, descreve a cegueira como a perda do olho da mente” (ibid.: 24). Sem globos oculares, adentra-se na mais profunda ignorância, impede-se o conhecimento do simbólico, guia da vida em sociedade, da humanização⁸⁴, permanecendo-se, logo, num estágio anímico.

⁸¹ Na mitologia grega, as três Górgonas, Medusa, Ésteno e Euríale (Brandão, 1991: 115), “pertencem à descendência de Fórcis e Ceto, cujo nome evoca ao mesmo tempo uma enormidade monstruosa e, no mais profundo do mar ou da terra, abismos cavernosos” (Vernant, 1988: 65-66). Elas vivem “para além das fronteiras do mundo, junto à Noite, no país das Hespérides de voz estridente (...). A Górgona mortal, cujo nome é Medusa” (ibid.), petrifica aqueles que cruzam sua face, à qual “nenhum humano pode olhar sem expirar imediatamente” (ibid.: 67).

⁸² Um dos llos citados na mitologia grega – no total são três heróis – perde a visão ao entrar no Paládio – templo de Palas Atena – em chamas para salvar a estatueta sagrada da deusa; como não era permitido ver o ídolo divino – a própria Atena – llo fica cego (Brandão, 1991: 606); essa é a mesma lógica da Górgona – um mortal só pode ver o sagrado na hora de sua morte. Depois, reconhecendo o mérito do sacrifício de seu adorador, Atena lhe restitui a visão (ibid.).

⁸³ Em *Totem e Tabu*, Freud (s.d.) sugere que nos tempos primitivos o pai chefe do grupo, que detinha o monopólio sobre todas as mulheres, teria sido assassinado e devorado por seus filhos, desejosos de ocupar seu lugar. Como esse pai era também objeto de admiração, sua morte o torna ainda mais forte: ele passa a simbolizar a culpa, o olho repressor, sempre vigilante.

Possivelmente em função disso, ao estudar os personagens cegos na literatura clássica, romântica e nas novelas ianques do século XX, a escritora norte-americana Débora Kent (apud Amiralian, 1997: 27-28) deparou-se, além de uma concepção da cegueira igualada ao castigo e à superioridade, com o seu entendimento enquanto encarnação da maldade, em vilões como o pirata “Pew”, na “Ilha do tesouro”, de Robert Lewis Stevenson, ou, em outros momentos, com a elevação dos cegos à categoria de “poderosos amantes” – afinal, eles não teriam pudores, tabus, e seriam dotados de uma sensibilidade especial. Frente à grande quantidade de significações descobertas por Kent, um denominador comum: “a descrença da sociedade com relação aos cegos, e a solução freqüente é uma miraculosa recuperação da visão” (ibid.: 28) e, conseqüentemente, da dita condição humana.

Nessa sintética incursão à dicotomia visão/cegueira, o que se consegue constatar é a simbolização dos cegos como pertencentes a um gênero específico dentre as criaturas, em alguns momentos, inferiores, em outros, superiores, nunca, porém, ordinariamente humanos. A seguir, será feito um breve percurso sobre a história de sua inclusão à sociedade, enfocando-se a esfera educacional.

9.2 Pequena história da educação para cegos

Dados históricos sugerem que primeira comunidade voltada para cegos tenha sido criada por São Lino, no século V, onde hoje se localiza a Síria (Hugonnier-Clayette apud Dall’Acqua, 2002: 53). Também se especula sobre um

⁸⁴ Rousseau (apud Massip, 2001: 207), ao tipificar os estágios de desenvolvimento da humanidade, destaca exatamente a importância do “contrato social”, a lei, na transformação do indivíduo em cidadão imprimida no estado social.

possível lar para deficientes visuais fundado no século VII, na cidade de Jerusalém, e de uma unidade existente na mesquita El Aghar, no Cairo do século X (ibid.).

No ocidente, no século XI, Guilherme, o Conquistador, criou quatro hospitais para cegos, a fim de expiar o pecado de ter se casado com sua parente. O célebre hospital dos Trezentos, em Paris, é obra de São Luis, mas não sabemos a data exata de sua fundação, que está situada nos meados do século XIII. A 'Casa dos trezentos cegos de Paris' não se destinava, como se diz com frequência, a receber os cruzados acometidos de cegueira no oriente, mas a trezentos cegos da cidade de Paris. (...) Trata-se de alojar, alimentar e aquecer os cegos, mas ninguém ainda tem a idéia de ensinar-lhes um ofício e reintegrá-los na vida social (ibid.: 53-54).

Isso só começa a acontecer quando o mercantilismo e, posteriormente, o capitalismo, imprimem do final século XV em diante modos de produção onde nenhuma força produtiva⁸⁵ poderia ser desprezada – inclusive a dos deficientes (Dall'Acqua, 2002: 54). Ademais, contribui para a integração do cego à sociedade ocidental a Revolução Francesa (1789) na Europa setecentista, proclamando ideais como o direito de todos à educação; é nesse contexto que o filósofo Voltaire (1694-1778) desarticula a explicação das pessoas portadoras de deficiências segundo uma ótica do sobrenatural, pautada em preceitos cristãos como a punição e os milagres (ibid.).

Assim, a partir do século XVIII, as ciências avançam e a compreensão sobre as discapacidades, inclusive as visuais, ganham as primeiras explicações anátomo-fisiológicas, primordiais no subsequente entendimento do funcionamento do olho e do cérebro (Sánchez apud Dall'Acqua, 2002: 55). Começam também a

⁸⁵ As *forças produtivas* são aquelas usadas pelo homem na produção e reprodução de sua vida social (Sandroni, 2005: 352), incluindo-se aí os próprios seres humanos, capazes de contribuir na divisão social do trabalho – *força de trabalho* (ibid.: 351-352).

serem feitas tentativas de formatações tutoriais⁸⁶ voltadas aos que não enxergavam, fundamentadas no indivíduo, e não em uma pedagogia abrangente, conforme se propõe hoje (Dall'Acqua, 2002: 56).

Uma figura se sobressai: a de Valentin Haüy⁸⁷ (1745-1822), fundador da primeira escola para pessoas cegas, o *Institut Nationale des Jeunes Aveugles* – Instituto Nacional dos Jovens Cegos –, criado em 1784 e onde, além da formação cultural – sobretudo a leitura –, preocupava-se em empregar os deficientes (Januzzi, 2004: 11; Mazzotta, 2005: 18; Silveira Bueno, 1993: 67-70). Para alfabetizar os alunos, Haüy desenvolve um sistema baseado em letras confeccionadas em relevo, método divulgado através do seu *Ensaio sobre a educação dos cegos*, publicado no ano de 1786 (Silveira Bueno, 1993: 68).

Com o passar dos anos seu sucesso foi tão grande que Haüy acabou convidado à comparecer à corte de Luiz XVI para fazer uma detalhada exposição quanto ao empreendimento, um pouco antes da eclosão da Revolução Francesa, que desacelerou ou eliminou muito do que se fizera antes na França com o apoio da nobreza.

Mas, logo após a regularização da vida no país, novas escolas para cegos foram abertas. E isso aconteceu também em diversos outros países da Europa, quase todas elas seguindo o novo modelo apregoado por Haüy. Os exemplos mais positivos dessas escolas foram as de Liverpool em 1791, de Londres no

⁸⁶ Perdurou até o final do século XIX o uso de múltiplas expressões para se referir à educação de portadores de deficiência: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emancipativa” (Mazzotta, 2005: 17).

⁸⁷ Nascido em Picardi, no ano de 1745, Valentin Haüy foi morar em Paris, onde ficou praticamente pelo resto de sua vida (Silveira Bueno 1993: 67). Conta-se que ele foi assistir a uma apresentação teatral de um grupo formado por cegos do hospital *Les Quinze-Vingts*; ridicularizados pelo público, os deficientes sensibilizaram Haüy, que decidiu fundar uma instituição para educá-los (The New York Institute for Special Education: s/d). Outros fatos parecem ter contribuído: o conhecimento do trabalho realizado pelo Abade de L'Épée – educador de surdos –, a leitura do estudo de Diderot intitulado *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient* – Carta sobre os cegos ao uso de os que vêem –, a revolta perante o grande número de cegos em estado de mendicância que povoavam as ruas da capital francesa “e, por fim, seu contato com a famosa concertista cega Maria Thereza von Paradis, que incentivou-o a tomar essa iniciativa” (French apud Silveira Bueno, 1993: 67-68). Para concretização da escola, foi fundamental a apresentação dos alunos que Haüy inicialmente orientava numa instituição filantrópica, realizada na Academia de Ciências, “conseguindo aprovação entusiástica” e, assim, a obtenção da pensão real, financiadora da primeira classe (Silveira Bueno, 1993:68).

ano de 1799⁸⁸ e, já no século XIX, de Viena em 1805 e Berlim em 1806 (Silva apud Mazzotta, 2005: 18-19).

Não demorou, contudo, a se perceberem alguns problemas: o reconhecimento do alfabeto pelo tato era dificultoso, e os custos de manutenção das formas de letra para cada aluno revelaram-se altos (Silveira Bueno, 1993: 73). Uma solução foi então sugerida pelo oficial do exército francês Charles Barbier, no ano de 1819, e logo arrebatou professores do Instituto Nacional dos Jovens Cegos: tratava-se de um modelo para a transmissão de mensagens no campo de batalha, por ele desenvolvido em 1808, a chamada *écriture nocturne* - escrita noturna -. A invenção consistia de pontos salientes correspondentes aos 36 sons básicos da língua francesa, os quais podiam ser lidos na guerra sem a utilização da luz, afim de não despertar a atenção dos inimigos (Jannuzzi, 2004: 29; Mazzotta, 2005: 19).

Vantajosa quando comparada ao sistema Haüy, a criação de Barbier era, todavia, ainda repleta de entraves aos portadores de cegueira: a cela era muito grande, assim como a quantidade de pontos – um total de 12-; ao reproduzir a fala, seu uso acabou por revelar-se como prejudicial ao ensino da ortografia, provocando uma corrida dos cegos parisienses em aperfeiçoar o sistema. Quem encontrou a melhor solução foi o jovem Louis Braille (Dall’Acqua, 2002: 58; Silveira Bueno, 1993: 73), responsável por imprimir “a maior modificação curricular

⁸⁸ No ano de 1845, William Moon (1818-1894) inventou na Inglaterra o chamado *sistema Moon*, que funcionava pela mesma lógica do desenvolvido por Haüy: o reconhecimento do contorno da letra pelo tato (Jannuzzi, 2004: 29). De fácil assimilação pelos que se tornavam cegos numa idade mais madura, o método Moon foi usado até a década de 1970, especialmente na Grã-Bretanha (ibid.).

isolada necessária à educação dos cegos” (Telford e Sawrey apud Dall’Acqua, 2002: 58).

Nascido em Coupvrai no ano de 1809, Braille era filho de um seleiro, e perdeu a visão aos três anos de idade, em um acidente ocorrido enquanto brincava na oficina de seu pai (Silveira Bueno, 1993: 73). Mesmo cego, o menino “foi aceito na escola de sua cidade, destacando-se como aluno dedicado e inteligente, onde permaneceu até os dez anos de idade, quando a escola foi fechada (...)” (ibid.). Impossibilitado de, assim como fizeram seus colegas, ir estudar na cidade vizinha, Braille foi conduzido ao Instituto dos Jovens Cegos, onde rapidamente se destacou como estudante, revelando dotes musicais no piano e órgão (ibid.).

Ao entrar em contato com a *écriture nocturne*, a qual Braille logo compreendeu como usar, ele tentou aperfeiçoá-la e, com apenas 15 anos, desenvolveu um sistema próprio e o apresentou no Instituto (ibid.: 74). Baseado em seis pontos salientes, o código, inicialmente batizado *sonografia*⁸⁹, mostrou-se infinitamente superior ao elaborado por Barbier, mas só foi adotado oficialmente em 1854, dois anos após a morte de Braille (Mazzota, 2005: 19).

Um dado curioso – e ao mesmo tempo triste - é o fato de Louis Braille, embora tendo se destacado no Collège de France e como músico, tornando-se renomado entre a elite parisiense, ter morado por toda a sua vida no Instituto dos Jovens Cegos, onde lecionou por mais de 15 anos. Como observa Silveira Bueno (1993: 75), o gênio portador de cegueira “seguiu a trajetória dos

⁸⁹ Existem “provas de que a intenção original de Louis Braille era fornecer um meio tátil de notação musical” (Ashcroft apud Mazzotta, 2005: 20). Até hoje, o braile permite representar padrões musicais para qualquer instrumento ou para a voz (ibid.).

institucionalizados: cada vez mais tornou-se dependente da instituição criada para tornar os cegos independentes”.

Até hoje, a escrita Braille é considerada a mais adequada ao uso dos deficientes visuais⁹⁰ (ibid.). Cada célula necessita de uma área de aproximadamente seis milímetros na linha, e com a adição de novas formulações ao código original, através, por exemplo, de abreviações e contrações, tem-se conseguido economizar ainda mais espaço (Mazzotta, 2005: 19-20). “Sistemas especiais de notação para apresentação da Matemática em braile tornaram possível à criança cega aprender Aritmética pela escrita braile” (ibid.), que, hoje, também conta com sistemas de notação para símbolos científicos (ibid.).

Nos Estados Unidos, os internatos para cegos começaram a ser implementados na década de 1830 (ibid.: 23). A primeira experiência foi realizada em 1832, no Estado de Massachusetts, com a criação do *New England Asylum for the Blind*, que tinha na inauguração seis alunos (ibid.). “Neste mesmo ano, em Nova Iorque, foi fundada uma escola para cegos, o *New York Institute for the Education of the Blind*. A primeira escola inteiramente subsidiada pelo Estado foi a *Ohio School for the Blind*, fundada em 1837” (ibid.). Aqui, uma informação conflitante: Dall’Acqua (2002: 60) noticia que até as primeiras décadas do século XX a educação norte-americana era integralmente gerida por grupos religiosos ou leigos, mantendo-se dominada por instituições particulares até os anos de 1940 e 1950.

⁹⁰ O que faz pensar se eles, os próprios cegos, não são os mais habilitados para criação de métodos que facilitem a sua educação e inclusão social.

Quanto ao Brasil, a educação das crianças portadoras de deficiências surge também no século XIX, como resultado da divulgação das idéias liberais (Jannuzzi, 2004: 6; Cury apud Kassar, 1999: 10). Evidentemente, tais pensamentos sofreram as censuras necessárias por uma elite que, entre outras coisas, almejava preservar a escravidão. A educação primária encontrou-se “discutida na Assembléia Constituinte, mas de fato foi relegada ao esquecimento” (ibid.); em 1878, apenas 2% dos habitantes eram escolarizados; para ser ter uma idéia, o “recenseamento de 1870 acusara um índice de 78% de analfabetos no país, nos grupos de idade de 15 anos ou mais” (Jannuzzi, 2004: 6-7), apesar da Constituição de 1824, a primeira da nação, prometer “‘instrução primária e gratuita para todos’, colocando-a como inerente ao direito civil e político do cidadão” (ibid.: 7).

Se a educação fundamental encontrava-se no abandono, a das crianças excepcionais⁹¹ estava numa situação ainda pior, inclusive porque “a sociedade de então já se protegera juridicamente do adulto deficiente na Constituição de 1824 (...), privando do direito político o incapacitado físico ou moral” (Barcelos apud Jannuzzi, 2004: 8). Supõe-se, assim, que diante da letargia estatal, o atendimento aos deficientes tenha se iniciado nas Câmaras Municipais ou em confrarias particulares, onde “as Santas Casas de Misericórdia, seguindo a tradição européia transmitida por Portugal, que atendiam pobres e doentes, deve ter exercido importante papel” (Jannuzzi, 2004: 8).

⁹¹ “O termo excepcional tem sido utilizado para designar o universo para o qual a educação especial se dirige” (Silveira Bueno, 1993: 27).

A primeira iniciativa governamental de educação para deficientes, por sua vez, ocorreu em 12 de setembro de 1854, pelo decreto nº. 1.428, que criou no município da Corte o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Jannuzzi, 2004: 11; Silveira Bueno, 1993: 73). Essa realização esteve fortemente ligada ao cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que havia se formado no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, regressando ao Brasil em 1851; perplexo diante do abandono dos portadores de cegueira no país, ele traduziu e publicou o livro de J. Dondet “*História do Instituto dos Meninos Cegos de Paris*” (Jannuzzi, 2004:11).

José Francisco Xavier Sigaud, francês médico do Paço, que tinha uma filha cega, Adèle Marie Louise, toma conhecimento da obra e entra em contato com José Álvares; ele passa a alfabetizar a menina, e Sigaud entusiasma-se com os resultados, encontrando meios – o Ministro do Império, Conselheiro Couto Ferraz - de fazer chegar a D. Pedro II o projeto que resultou no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (ibid: 11-12; Mazzotta, 2005: 28; Silveira Bueno, 1993: 85). No regime de internato, aulas do ensino primário e “alguns ramos do secundário, ensino de educação moral e religiosa, ofícios fabris e trabalhos manuais” eram oferecidas (Jannuzzi, 2004: 12).

Sigaud acabou sendo o primeiro diretor do Instituto, seguido pelo conselheiro Cláudio Luiz da Costa, cuja filha tornou-se esposa de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que lá ensinou matemática por oito anos (ibid.: 13).

Em 17 de maio de 1890, portanto, já no governo republicano, o Chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant (...), assinaram o Decreto nº. 408, mudando o nome do Instituto para *Instituto Nacional dos Cegos* e aprovando seu regulamento (Mazzota, 2005: 28).

Benjamin torna-se diretor da instituição, presidindo-a por 20 anos, e concentra os esforços no ensino de disciplinas científicas, da literatura e de práticas profissionais (Jannuzzi, 2004: 13, 25-26). Apesar dos esforços, era uma ação isolada e insuficiente: em 1874, atendiam-se “35 alunos cegos (...), numa população que em 1872 era de 15.848” deficientes visuais (ibid.: 14-15). A 24 de Janeiro de 1891, o decreto n°. 1.320 nomeia o Instituto Nacional dos Cegos pelo título que o designa até hoje: Instituto Benjamin Constant, homenagem ao seu então diretor (ibid.: 25).

De 1930 em diante, a sociedade civil começa a organizar-se, formando associações de pessoas preocupadas com as deficiências (ibid.: 68); no caso da deficiência visual, verificam-se ações privadas especialmente entre as décadas de 1930 e 1940 (Silveira Bueno, 1993: 89). Alguns empreendimentos, como a fundação do Instituto de Cegos Padre Chico, ocorrem um pouco antes: criada em 27 de maio de 1928, na cidade de São Paulo, a escola⁹² foi batizada em homenagem ao Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, e obteve a doação de uma grande área no Alto do Ipiranga pelo Conde José Vicente de Azevedo (Mazzotta, 2005: 33). Também foram implementados

os Institutos de Cegos do Recife (1935), da Bahia (1936), São Rafael (Taubaté/SP, 1940), Santa Luzia (Porto Alegre/ RS, 1941), do Ceará (Fortaleza, 1943), da Paraíba (João Pessoa, 1944), do Paraná (Curitiba, 1944), do Brasil Central (Uberaba/MG, 1948) e de Lins (SP, 1948). Além desses institutos, surgiram a Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização dos Cegos (São Paulo, 1942) e União Auxiliadora dos Cegos do Brasil (Rio de Janeiro, 1943) (Silveira Bueno, 1993: 90).

⁹² Desde 1930, a irmandade religiosa *Filhas da Caridade de São Vicente de Paula* dirige o Instituto, cujo corpo docente é mantido pelo Governo Estadual; a escola, que oferece até o 1º grau, opera em regime de internato, semi-internato e externato (Mazzotta, 2005: 34).

Um marco importante foi a criação, em 11 de março de 1946, da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (Mazzotta, 2005: 34; Silveira Bueno, 1993: 90). Contribuíram para essa realização os “esforços de *Dorina de Gouveia Nowill*, professora de deficientes visuais que ficara cega aos dezessete anos” (Mazzotta, 2005: 34). Ajudada por Adelaide Reis de Magalhães e autoridades públicas do Estado de São Paulo, além “da comunidade em geral, a Fundação Para o Livro do Cego no Brasil iniciou suas atividades com o objetivo de produzir e distribuir livros impressos em sistema braile” (ibid.), mas as ações foram ampliadas, e passaram a contemplar a “formação de pessoal docente e técnico por ela desenvolvidos” (Silveira Bueno, 1993: 90).

Conforme dispunham seus Estatutos, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil caracterizava-se como uma organização particular, sem fins lucrativos e, em coerência com sua denominação, de abrangência nacional. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 40.269 de 15 de fevereiro de 1957, obteve também declaração como entidade de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº. 4.644 de 25 de março de 1960 e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº. 8.059 de 13 de janeiro de 1967. (...) Em 1990, a Fundação passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos (Mazzotta, 2005: 34-35).

Finalmente, de meados dos anos de 1950⁹³ em diante, a educação de excepcionais é finalmente assumida pelo Estado brasileiro⁹⁴, acabando com o “período de negligência” (Mendes apud Dall’Acqua, 2002: 64; Mazzotta, 2005: 49).

⁹³ Nessa época, os países mais desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, já praticavam a integração de crianças deficientes nas escolas regulares; no referente à inclusão dos portadores de deficiência visual, foi fundamental o trabalho da professora do *Texas School for the Blind* Natalie Barraga, que defendeu a importância de se trabalhar com vários graus de perda visual, dentro de suas possibilidades. Para mais, ver Dall’Acqua, 2002: 67-81.

⁹⁴ No final dos anos de 1950, começam as chamadas *campanhas em favor da educação de deficientes*, parte das chamadas “Campanhas Nacionais que pretendiam dar encaminhamento às grandes questões sociais como a alfabetização” (Silveira Bueno, 1993: 97). Implementada no Instituto Benjamin Constant, no ano de 1958, a Campanha Nacional de Educação de Cegos foi dele desvinculada em 1960, passando a ser de responsabilidade da Fundação para o Livro do Cego no Brasil dois anos depois (Lemos apud Silveira Bueno, 1993: 97). É da década de 1950, também, a primeira leva de ações voltadas para orientação e mobilidade do cego, que até hoje deixam a desejar no Brasil (Felippe e Felippe, 1997: 108).

Em 1961, elabora-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº. 4.024/61 -, contemplando os deficientes com dois artigos – 88 e 89 do título X – (Jannuzzi, 2004: 68). Na década de 1970, um órgão específico é criado para cuidar dos portadores de necessidades especiais (ibid.), dando continuidade às “ações desenvolvidas pelas Campanhas e para ampliação da sua abrangência, de modo a incluir os deficientes físicos e os superdotados” (Lemos apud Silveira Bueno, 1993: 97).

O chamado Centro Nacional de Educação Especial – CENESP - foi então implantado em 1973 para agilizar a integração educacional (Jannuzzi, 2004: 147). Entre 1974 e 1978, o órgão se preocupou em desenvolver suporte técnico, e de 1979 em diante, deu atenção a um crescimento quantitativo, com o apoio do Ministério da Educação a instituições públicas e privadas (ibid.: 148). Em convênio com as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Minas Gerais (UFMG), o CENESP elaborou propostas curriculares específicas para diversas categorias de deficiência, inclusive a visual - DV.

A partir de 1986, as responsabilidades do CENESP passam a ser delegadas à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde -, desde 1999 subordinada ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade -, constituído

como órgão superior de deliberação coletiva (decreto nº. 3.076 de 1º de junho de 1999) que deverá aprovar o plano anual da Corde e acompanhar o desempenho dos programas e projetos da administração pública responsáveis pela Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; porém, a Corde continua a ser encarregada da política de integração (...) (ibid.: 169)

Não se sabe se essas medidas e as constantes reorganizações de nomenclatura e hierarquia surtiram efeitos práticos. Em 1987, dados da Secretaria

de Educação do Estado de São Paulo informavam que, entre os deficientes visuais em idade escolar, aproximadamente 99,5% não recebiam qualquer atendimento pedagógico (Dall’Acqua, 2002: 83). Em 1994, também em São Paulo, existiam “110 salas de recursos para deficientes visuais (...), que é a modalidade de atendimento mais utilizada por essa população que frequenta o primeiro e segundo graus (hoje, respectivamente, ensino fundamental e médio)” (ibid.); desse total, 48 unidades se encontravam na capital e 62 no interior (ibid.). No censo demográfico realizado em 2000 pelo IBGE, dos 24.229.726 deficientes, aproximadamente 28% eram analfabetos, contra a média de 13% verificada na população sem deficiências⁹⁵. Nos últimos anos, contudo, é preciso reconhecer a ampliação da distribuição de livros em braile pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNDL), que tem implementado Centros de Apoio Pedagógico (CAP) nos diferentes Estados da Federação, voltados aos portadores de *cegueira* e *baixa visão* (Montilha, Gasparetto e Nobres, 2002: 195) – conceitos que serão definidos no texto subsequente.

9.3 O cego hoje: definição da OMS e alguns dados estatísticos

A Organização Mundial de Saúde - OMS - sugeriu em 1980 a classificação das deficiências visuais a partir da medida da acuidade – precisão – visual⁹⁶

⁹⁵ Números referentes a pessoas com cinco anos ou mais de idade.

⁹⁶ Aqui, segue uma definição mais detalhada: a acuidade visual “exprime a capacidade discriminativa de formas; ou como o método com que se mede o reconhecimento da separação angular entre dois pontos no espaço (isto é, distância entre eles, relacionada ao primeiro ponto nodal do olho); ou da resolução (visual) de suas respectivas imagens sobre a retina, relacionadas ao segundo ponto nodal do olho. Nessas “definições”, a primeira com ordenação psicobiológica, as outras duas operacionais, não fica claro o que seja “forma” ou “reconhecimento” ou “resolução de imagens”. De fato, os próprios conceitos a que tais termos ficam subordinados não são facilmente

(Martin e Ramírez, 2003: 40). Desde então⁹⁷, esse tem sido o parâmetro mais utilizado para aferir a “visão útil” dos indivíduos (ibid.), tanto que, ao “se consultar Masini (1994), Cavalcante (1995), Carvalho et al. (1992), Brasil (1994) e Almeida & Conde (2002), observa-se que as definições dos termos relacionados à deficiência visual são muito semelhantes” (Porto, 2005: 21), e sempre fundamentadas nesse elemento: a capacidade de distinguir os detalhes dos objetos captados pelos olhos (ibid.).

Partindo da acuidade como balizador, dois grandes grupos são então tipificados: os portadores de baixa visão ou visão subnormal e os cegos. No primeiro caso, englobam-se as pessoas onde se conserva uma capacidade visual⁹⁸, ainda que extremamente limitada, como a habilidade de distinguir contornos, sombras ou pontos de luz, permitindo-se o planejamento ou execução de uma tarefa com o auxílio da visão⁹⁹ (Porto, 2005: 21; Lucas et al, 2003). Já a

delimitados. Assim, a resolução visual depende dos níveis diferenciais de iluminação (contrastes) entre as partes do estímulo (por exemplo, entre as tonalidades dos traços de uma figura e as de seu fundo)” (Bicas, 2002: 376). Desse modo, apesar de amplamente usada, a media da acuidade é ainda um método impreciso para aferir a capacidade visual.

⁹⁷ Num estudo de 1966, a OMS encontrou “mais de 65 diferentes definições de cegueira que eram usadas em vários países” (Colembander apud Dall’Acqua, 2002: 77).

⁹⁸ Nos últimos anos, a OMS “tem mostrado preocupação com o uso de uma definição que se baseia na acuidade visual tomada à distância e conclui que seria necessário formular uma nova definição” (Dall’Acqua, 2002: 78) para diagnosticar os portadores de visão subnormal, pautada na “utilidade da visão residual [grau de visão não aferido numérica, mas clinicamente, por meio da percepção da luz, objetos, dedos...] e a importância de se testar a visão de perto” (ibid.).

⁹⁹ Por muito tempo, pessoas com baixa visão foram erroneamente enquadradas como cegas. Relatórios do início da década de 1960 “apontavam que em torno de 60% das crianças legalmente cegas registradas na *American Printing House for the Blind* apresentavam um nível de visão que excedia à percepção de luz, o que significava que tais crianças, embora categorizadas como cegas, percebiam mais coisas no ambiente além da luz” (Dall’Acqua, 2002: 71). Em virtude da falta de uma estimulação precoce, portadores de baixa visão tomados por cegos acabavam por atrofiar a sua, ainda que limitada, capacidade visual. Mesmo, todavia, quando se tinha o diagnóstico de visão subnormal, as crianças eram tratadas como cegas, “com base na crença de que a visão se desgastava e o uso poderia ser prejudicial à pessoa, acelerando o processo da doença ocular” (Piñero apud Montilha, Gasparetto e Nobres, 2002: 188). Hoje, novas práticas metodológicas

cegueira, conceito unificado em quase todos os países ocidentais (Martin e Ramírez, 2003: 40), indica um portador de acuidade visual insignificante ou até nula; “um olho é cego quando sua acuidade visual com correção é 1/10 (0,1), ou cujo campo visual se encontre reduzido a 20°¹⁰⁰” (ibid.), ou ainda menos.

Em 2002, noticia a OMS (2004), havia 37 milhões de portadores de cegueira no mundo, dos quais por volta de 82% tinham 50 anos ou mais; independentemente da faixa etária, a prevalência da deficiência era superior em mulheres. Segundo dados de 2000 (Brito e Veitzman: 2000), todos os anos, por volta de 500 mil crianças ficavam cegas e, desse total, entre 70% e 80% morriam ainda nos primeiros 12 meses de vida, pois a cegueira estaria associada à pobreza: informações referentes a 1992 apontavam que dos 1,5 milhão de cegos menores de 16 anos existentes no mundo naquele ano, 90% estavam nos chamados países em desenvolvimento¹⁰¹ (ibid.). “Estudos populacionais indicam

permitem uma maior precisão no detalhamento das perdas visuais, possibilitando diferenciar com menos inseguranças os portadores de visão subnormal e cegueira, e assim imprimir os procedimentos adequados (Dall’Acqua, 2002: 77-81).

¹⁰⁰ Para efeito de comparação, uma pessoa com a visão em perfeito funcionamento apresenta acuidade entre 0,3 e 1,0, e um campo de visão que chega a até 180° (Unesp: 2007).

¹⁰¹ Com o término da II Guerra Mundial, em 1945, a Organização das Nações Unidas – ONU- foi implementada e passou a ter como foco de ação a temática do desenvolvimento. Até 1970, esse conceito era definido a partir da geração de dividendos, tomando por parâmetro o Produto Interno Bruto - PIB -, ou seja, a soma das riquezas produzidas por um país (Negrine, 2007: 25). Com o passar dos anos, o desenvolvimento econômico começou a ser entendido enquanto meio, e não como fim, não podendo “ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural” (ibid.: 31). No ano de 1990, propôs-se o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH – para aferir o estágio de qualidade de vida em um Estado, que além de considerar o poder de compra per capita, abrange a longevidade e a educação como parâmetros (ibid.: 40). “Não obstante, logo se verificou que a liberdade humana e avanços no domínio cultura são itens extremamente importantes, não contemplados no IDH. Contudo, atualmente, apenas os fatores anteriormente citados são contemplados” (ibid.: 41). A partir do exposto, o termo “país em desenvolvimento”, para cujo uso não há unanimidade, refere-se às nações possuidoras de indicadores econômicos e sociais – normalmente, os primeiros são mais valorados - abaixo dos verificados nos países onde há uma melhor qualidade de vida, os quais concentram 20% da população mundial e 86% de todo PIB gerado no globo (ibid.: 142-146).

baixa prevalência da cegueira infantil, de 0,2 a 0,3 por 1000 crianças em países desenvolvidos, e de 1,0 a 1,5 por 1000 crianças em países em desenvolvimento” (ibid.). O mais surpreendente - ou revoltante - é que, com os avanços das ciências médias na atualidade, “pelo menos 60% das causas de cegueira e severo comprometimento visual infantil são preveníveis ou tratáveis¹⁰²” (ibid.), e, hoje, cerca de 36 milhões de cegos poderiam estar enxergando caso tivessem sido assistidos a tempo (Agência Senado de Notícias: 2006).

Sem ações de prevenção, o número de cegos em todo o mundo deve chegar a 76 milhões em 2020, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda de acordo com a OMS, 51 milhões dessas pessoas não ficarão cegas se tiverem acesso aos atuais recursos da medicina e a melhores condições de vida (ibid.).

No Brasil, informações conflitantes. O censo demográfico realizado em 2000 pelo IBGE revelou um total de 14,48% da população como portadora de, no mínimo, uma das deficiências investigadas pela pesquisa¹⁰³. No tocante às deficiências visuais, isso representa 16.644.842 pessoas (Censo Demográfico 2000 – IBGE, 2000), cerca de 9,8%¹⁰⁴ do total de habitantes, dos quais aproximadamente 55% seriam mulheres – confirmando a tendência mundial - e quase 80% viveriam nas áreas urbanas. Ainda segundo o IBGE (ibid.), 148 mil pessoas seriam portadoras de cegueira, e 2,4 milhões teriam grande dificuldade

¹⁰² Se considerada apenas a cegueira e também os adultos, o número de casos evitáveis chega a chocantes 75% (OMS: 2008).

¹⁰³ No censo de 2000, investigaram-se as seguintes categorias de deficiência: 1) metal permanente; 2) tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente; 3) falta de membro ou de parte dele; 4) incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar; 5) incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir; 6) incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas. Os sujeitos ouvidos foram considerados deficientes mesmo sem portar declaração que comprovasse esse fato (Censo Demográfico 2000 – IBGE, 2000a).

¹⁰⁴ Considerando uma população de 169.872.856 habitantes (Censo Demográfico 2000 – IBGE, 2000a).

de enxergar. A Agência Senado de Notícias (2006), por sua vez, afirma que o número de cegos no Brasil seria de 1,2 milhão¹⁰⁵, dado obtido em um estudo desenvolvido em 2004 pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO -, entidade vinculada ao Departamento de Oftalmologia da Associação Médica Brasileira (CBO, 2008; Universo Visual, 2004).

Também de acordo com o CBO, a associação da cegueira à pobreza parece confirmar-se no país: um estudo divulgado no ano de 2007 apontou que 90% dos casos de cegueira no Brasil ocorrem em pessoas de baixa renda (Conviva – Jornal da Associação de Deficientes Visuais e Amigos: 2007). Entre as maiores causas desse mal, destacam-se enfermidades tratáveis, a exemplo do glaucoma, da catarata e da retinopatia diabética (ibid.).

Como se não bastasse o fato de serem, muitas vezes, o reflexo do descaso com a saúde, especialmente nos países pobres, os cegos enfrentam outro tipo de problema, mais complexo do que possam aferir os estudos demográficos e estatísticos. Trata-se do preconceito, a estigmatização, cujas raízes, profundas e caudalosas, conforme referido na abertura deste capítulo, remontam às concepções construídas ao longo dos séculos a respeito do olho e sua ausência, acondicionando os cegos num gênero segregado; esse fato, inevitavelmente, traz repercussões ao desenvolvimento as pessoas cegas, e será o tema da seção subsequente. A discussão será estruturada sobre alguns aspectos psíquicos e

¹⁰⁵ O número é expressivo; corresponde, por exemplo, a praticamente a população de países como a Estônia, possuidora de 1,3 milhão de habitantes (G1, São Paulo: 2007), ou a mais de quatro vezes o número de moradores de Florianópolis, que em 2007, segundo dados do IBGE (Cidades @: 2007) tinha 396.723 residentes.

cognitivos do portador de cegueira, já que foram esses os sistemas identificados na *Parte I* como “atraídos” pelas representações imagéticas.

9.4 Considerações psíquicas e cognitivas sobre a cegueira congênita

Para um vidente, o mais próximo que se pode imaginar de ser cego é fechar os olhos e, em função disso, enfrentar uma série de dificuldades cognitivas, físicas e emocionais: “A situação de ficarmos momentaneamente privados de visão é sem dúvida traumática e perturbadora. (...). E acreditamos ser este o estado constante dos sujeitos cegos” (Amiralian, 1997: 22). Evidentemente, a perda visual é uma perda de informação, mas, obrigatoriamente, nada além disso (Amiralian, 1997: 21; Ortega, 2003: 81-82). São outros os fatores que serão responsáveis pela qualidade da aquisição de conhecimento e a formação da personalidade do portador de cegueira.

Logo ao nascer, o primeiro problema: é preciso lidar com os sentimentos confusos dos pais, que sonhavam com uma “criança perfeita”:

O choque, a frustração, o sentimento de pena ou culpa influenciam profundamente a maternagem e a interação mãe-filho, e podem ser por si sós, responsáveis pela não construção de um vínculo saudável e pela desestruturação da dinâmica e relação familiar (Bruno, 1993: 9).

Um diagnóstico de cegueira é provavelmente um dos maiores choques que os pais podem suportar, e Sonksen (...) entende que há uma qualidade específica no choque a este diagnóstico em comparação com as outras condições crônicas, explicado pela simbologia da cegueira (...). Algumas reações familiares são consistentemente apontadas (...): depressão dos pais (especialmente da mãe), narcisismo ferido e sentimentos de culpa e ansiedade, que vão progressivamente evoluindo para atitudes compensatórias de rejeição, superproteção ou aceitação (Amiralian, 1997: 58).

Ortega (2003: 82) chama a atenção para a necessidade de separar a cegueira não congênita, que “não afeta o estabelecimento do vínculo mãe-filho no seu início”, daquela presente já na chegada do bebê ao mundo; nesse segundo

caso, “a mãe tem grande dificuldade para estabelecer o vínculo com o filho, por que tem de enfrentar, às vezes, (...) [a] perda da sua criança ideal sonhada, e aceitar seu interlocutor real, a criança cega” (ibid.: 85). Os estudos mais importantes sobre psicanálise a respeito do desenvolvimento nos primeiros anos de vida “salientam as dificuldades dos primeiros contatos da mãe com seu bebê cego, em contraste com o orgulho e o prazer das mães de bebês normais” (Amiralian, 1997: 59).

O olhar é a primeira linguagem social¹⁰⁶. O contato conota cumprimento e reconhecimento muito antes de ter significado para a criança. O contato ocular provoca o sorriso e, mais tarde, a discriminação visual conduz ao sorriso preferencial. Por isso, diante da ausência de visão, a mãe pergunta, implícita ou explicitamente, como seu filho vai reconhecê-la (Ortega, 2003: 85).

Num dos períodos mais vulneráveis do seu desenvolvimento, o bebê reage passivamente ao afastamento materno; esse momento crítico é considerado por alguns psicanalistas como irreversível (Amiralian, 1997: 59). Até os quatro meses, Sandler (apud Amiralian, 1997: 59) admite que tanto as crianças cegas quanto as videntes tenham um desenvolvimento semelhante, encontrando-se no estado do narcisismo primário, ou seja, incapazes de diferenciar o “eu” do “não eu”, experimentando o prazer e a sua ausência conforme as suas necessidades são satisfeitas. Após esse período, o bebê percebe uma ameaça à sua onipotência original, sendo coagido a sair do narcisismo primário e, ao mesmo tempo, lançar-se na busca de regressar a tal estágio (Amiralian, 1997: 59-60). É nesse momento que o *infant*, cuja boca era até então o órgão-mor de busca do prazer, começa a usar as mãos e os olhos: progressivamente separadas do orifício oral, essas “ferramentas” ganham cada vez mais autonomia da sucção e da mordida como

¹⁰⁶ Para mais informações sobre as possibilidades sógnicas do olhar, ver Nöth: 1990, 405-406.

fontes de libido e agressão, transferindo, parcialmente, o interesse da criança do próprio corpo para uma interação social direta (ibid.: 60). O jogo de olhar e mexer as mãos, abrindo e fechando-as até a aquisição de coordenação viso-tátil-cinestésica, “prepara a mão para a apreensão dos objetos e para as primeiras ações intencionais” (Bruno, 1993: 16-17).

Como dizem Fraiberg e Fredman (1964), a falha na aquisição da autonomia da mão e uma percepção centrada na boca são uma das características principais das crianças cegas com sérias perturbações de desenvolvimento. Embora grande parte das crianças cegas conserve a boca como um órgão importante de discriminações perceptivas por toda a vida, o uso de uma zona altamente carregada de força pulsional para a percepção traz implicações para a formação do ego. Um objeto para ser desejável precisa satisfazer necessidades ou estar associado à estimulação oral; permanecendo a boca como órgão primário de percepção, restringe experiências com objetos e põe obstáculos ao desenvolvimento que conduz à descoberta da natureza dos objetos (Amiralian, 1997: 60).

Dessa maneira, é negada à criança cega a possibilidade de “tatear” o mundo com os olhos. Em função disso, autores como Cutsforth (1969: 21) afirmam que os bebês portadores de cegueira tendem a trilhar o caminho da introversão, resumindo seus contatos àqueles em que são o centro do mundo, tornando-se, inevitavelmente, egocêntricos (ibid.: 23), e se concentrando “sobre suas próprias experiências corporais, a experimentar uma constante auto-sedução” (Amiralian, 1997: 61). Mas não existe fatalismo:

Um bebê que não pode ver a mãe desenvolve novas habilidades e novas formas de contato. Somente se torna odioso e invejoso se não contiver, diante da frustração, sua tendência natural de absolutizar o relativo e de ser dominado por insaciável fome narcísica. (...) Têm sido amplamente descritas as possibilidades de se construir a personalidade sob novas bases de sensibilidade¹⁰⁷, de aguçamento e de alargamento mentais. Por difíceis que

¹⁰⁷ Nasio (1995: 64) informa que “Lacan voltou à dialética do estádio do espelho e assinalou que a visão da imagem do outro não basta, por si só, para constituir a imagem do próprio corpo, caso contrário, o cego não disporia de um eu!”. Não foi possível encontrar, entretanto, ao menos até onde esta pesquisa conseguiu levantar, informações detalhadas sobre os “recursos” usados pelos cegos na construção de seu ego. O que talvez valha a pena referir dentro da bibliografia estudada, no tocante à formação egóica, é a seguinte passagem de Bruno (1993: 22): as crianças cegas “necessitam ter vivências corporais significativas para poderem organizar suas ações no tempo e no espaço. A construção da imagem corporal [ou seja, do ego] advém também da oportunidade de

sejam as condições, os recursos humanos são imensos e, às vezes, inacreditáveis (Trinca, 1997: 11).

Nesse sentido Bruno (1993: 17), apesar de concordar com a existência das supracitadas dificuldades no desenvolvimento da criança cega, chama a atenção, pragmaticamente, para ações simples que podem minimizá-las. Sem o olho para antecipar a sua conduta de preensão, a criança portadora de cegueira “deve ser avisada auditivamente pelo barulho do objeto e alertada concomitantemente pelo toque à parte externa da mão, de que o objeto se encontra no seu campo tátil de ação. Desta forma ela poderá coordenar os esquemas audição-preensão” (ibid.), integrando sistemas “táteis-cinestésicos-auditivos através das condutas de sucção e preensão” (ibid.).

Isso também contribuirá para que o cego adquira autonomia na mobilidade, que é constantemente apontada como “atrasada” em relação a das crianças videntes (Amiralian, 1997: 61; Bruno, 1993: 19; Felipe e Felipe, 1997; Heimers, 1970: 13). Na verdade,

muitas crianças com deficiência visual têm plena condição motora para a marcha, porém não se deslocam por insegurança e medo de se moverem sem a orientação e controle do ambiente, por isso adquirem a marcha por volta de um ano e meio ou mais. Necessitam de alguém para caminhar junto, que lhes dê segurança pelo contato físico e antecipe os acontecimentos auditivamente para que possam se organizar motoramente e para que adquiram o padrão motor de marcha pela experiência com o outro (Bruno, 1993: 19).

Ou seja, o que a criança cega precisa é ser acolhida pelo ambiente, encontrar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, como as que são ofertadas aos outros bebês, pois “a limitação na orientação e mobilidade é

relacionar-se com crianças de sua idade, para poder perceber o próprio corpo em relação ao outro, e construir desta forma a noção de eu-outro e a noção da permanência do objeto” (grifos meus). Logo, pode-ser supor que os cegos se utilizam de hipoícones não visuais para construir imagens mentais, inclusive a auto-imagem.

considerada como o mais grave efeito da cegueira sobre o indivíduo¹⁰⁸ (Welser apud Felipe e Felipe, 1997: 107). Outro fator importante é atentar para a necessidade de ensinar ao cego, desde cedo, gestos e expressões faciais, tão importantes na comunicação¹⁰⁹ e usualmente quase ausentes em pessoas privadas do sentido visual, impossibilitadas de imitar¹¹⁰ pela observação (Bruno, 1993: 21-22; Lora, 1997: 105-106; Ortega, 2003: 86).

Quanto à aquisição da linguagem oral, não há nenhum tipo de impedimento causado pela falta da visão (Ortega, 2003: 81). Amiralian (1997: 63) chega a afirmar, inclusive, que às vezes a fala torna-se uma ferramenta da criança cega para expressar coisas que ela não enxerga, como características do ambiente, dos objetos e das pessoas. Existe, todavia, um fator complicador: o cego é alienado do mundo daquele - o vidente - que lhe transmite a oralidade; “se considerarmos a linguagem como uma tradução de experiências de modelos de mundo, devemos considerar o mundo da criança cega” (Simmons apud Amiralian, 1997: 61) distinto daquele usado pelos pais e educadores portadores de visão para ensiná-la. “Enquanto o cego experimenta o mundo pelo tato, audição, cinestesia, olfato e gosto, o mundo lhe é explicado pela linguagem daqueles que

¹⁰⁸ Burlinghan (apud Amiralian, 1997: 62) afirma, por outro lado, “que o controle da movimentação é uma forma essencial de autoproteção adotada pelos cegos, podendo-se notar a determinação com que algumas destas crianças desde cedo fecham este caminho”; daí, mais ainda, a necessidade de estimular a mobilidade de portador de cegueira desde cedo.

¹⁰⁹ A semiótica da face e dos gestos é exposta panoramicamente por Nöth (1990: 392-404). Para mais, consultar autor.

¹¹⁰ O termo “imitação” foi usado, historicamente, na explicação dos mais diversos tipos de comportamento humano; o filósofo francês Gabriel Tarde chegou a propor a imitação como base de uma teoria para compreensão do desenvolvimento e das mudanças sociais (Stotland e Canon, 1972: 359). Para Bandura (apud Carmichael 1975b: 46-47), a palavra “imitação” deve ser tomada como sinônimo de “identificação” ou “aprendizagem por observação”, referindo-se às “modificações de comportamento que resultam de exposição a estímulos que servem de modelo”.

pouco se utilizam deste conjunto de experiências sensoriais” (Amiralian, 1997: 63). Face a essa situação, o cego é, repetidamente, confrontado com a constante necessidade de solucionar problemas (ibid.: 64).

Uma questão apontada por Bruno (1993: 49) é a frequência da tipificação de crianças cegas como autistas por conta do chamado “blindismo”, movimentos rítmicos produzidos pelo corpo. “Estas crianças são descritas como apresentando comportamento estereotipado de movimento de mãos, balanço ou rotação corporal, mutismo ou fala ecolática” (Amiralian, 1997: 70) – referir-se a si mesmo em terceira pessoa repetindo tudo que já foi dito (Kanner, 1997) –, e não esboçam reações afetivas, seja em relação à mãe ou outras pessoas (Amiralian, 1997: 70).

Por fim, é preciso dizer que não há dados conclusivos e ou fartos sobre as repercussões da cegueira no desenvolvimento cognitivo e psíquico humano – nesse último caso, o hiato parece ser ainda maior –, apesar de existirem alguns pontos consensuais: “A criança cega apresenta desenvolvimento mais lento se compara à criança vidente. Este tempo maior exigido pelo cego parece estar relacionado à sua maior dificuldade na apreensão do mundo externo na ausência da visão” (Amiralian, 1997: 65), ou, ao que se pôde perceber, na impossibilidade de acessar um exterior – o qual precisa ser introjetado para construção da alteridade e das funções cognitivas - que é simbolizado pelos seus interlocutores segundo experiências imagéticas. O cerne da questão parece ser, pois, a tradução de um mundo pensado para os videntes àqueles portadores de cegueira, que não têm limites maiores ou menores que os ditos “normais”, e sim possibilidades diferentes.

10. A mulher portadora de cegueira e seu corpo: um estudo empírico

Nos capítulos anteriores desta *Parte II*, foram descritas algumas características gerais de dois sistemas humanos: os categorizados como pertencentes ao gênero feminino e os portadores de cegueira. Agora, será apresentado um estudo realizado com mulheres cegas - feminino $\cap$ ausência de visão -, tentando compreender de que modo, destituídas da possibilidade de receber sentidos imagéticos, elas se comunicam em uma sociedade, assim como aferido na *Parte I*, escopofílica, atentando-se, especialmente, para o modo pelo qual os sujeitos em questão constroem a tão necessária noção de imagem ou identidade corporal, vetor fundamental da comunicação contemporânea e da estruturação do feminino.

10.1 Delimitação do objeto de estudo

10.1.1 Os sujeitos

O primeiro passo metodológico adotado foi a criação de “filtros” para delimitação dos sujeitos que estariam aptos a fazer parte do estudo. Instituíram-se, então, as seguintes condições:

1. Os sujeitos deveriam ser portadores de cegueira, desconsiderando-se aqueles com baixa visão, onde, mesmo que numa escala ínfima, existisse a possibilidade de percepção das imagens;
2. Era preciso ter cegueira congênita, pois naqueles que já enxergaram, resguarda-se uma memória visual;

3. Não se poderiam possuir outras deficiências além da cegueira, pois elas se constituiriam como formadoras de sistemas distintos daqueles apenas privados da visão;
4. Todos os entrevistados deveriam ser mulheres portadoras de 18 anos ou mais, e assim aptas a responder por si legalmente.

É importante dizer que o critério escolhido para aferir a veracidade dos itens “1”, “2” e “3” foi a auto-declaração¹¹¹. No caso do item “4”, seria necessário comprovar a informação pela apresentação de documento, como o Registro Geral (RG) ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

10.1.2 Coleta de dados

Entre os meses de janeiro e março de 2008, contactaram-se diversas instituições freqüentadas por portadores de deficiência visual na cidade de São Paulo, capital do Estado da Federação com o maior número de cegos - 23.900, segundo o IBGE (Censo Demográfico 2000) -. Três foram então escolhidas para a realização da pesquisa, por se mostrarem as mais receptivas ao estudo:

1. Associação de Deficientes Visuais e Amigos - Adeva -: Fundada em 1978, como organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, oferece desde

¹¹¹ Certamente, um critério questionável, mas o único à mão dos responsáveis pela pesquisa. É bom lembrar que, mesmo enevado por uma “imprecisão subjetiva”, tal critério é amplamente usado e foi, por exemplo, o adotado pelo IBGE no censo demográfico realizado em 2000 pelo órgão.

cursos profissionalizantes - informática, telemarketing, vendas... -, até atividades recreativas, a exemplo de aulas de dança de salão;

2. Biblioteca Braille do Centro Cultural São Paulo: Idealizada por Dorina Nowill, iniciou seus trabalhos oficialmente em 29 de abril de 1947. O objetivo inicial era o de transcrever para o sistema Braille o acervo da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, mas hoje o espaço, alocado desde 1986 no Centro Cultural São Paulo, oferece aos usuários vários gêneros literários, além de acesso a periódicos e internet adaptada ao uso de deficientes visuais;
3. Unidade de Reabilitação do Deficiente Visual - U.R.D. V -: É uma das unidades da Associação Cívica Feminina (A.C.F.), fundada em 20/12/1932 como uma entidade filantrópica. No local, são oferecidos diversos cursos para portadores de deficiência visual, como aulas de braile.

Documentos que comprovam a ida do pesquisador às supracitadas instituições podem ser verificados nos *Anexos 01, 02, e 03*, respectivamente. De posse das devidas autorizações para proceder à aplicação dos questionários, fizeram-se dois pré-testes, e a partir da segunda semana de fevereiro, procedeu-se à investigação com o modelo definitivo de coleta de dados, além de um termo de consentimento livre e esclarecido - *Anexo 04* -, ao qual as participantes deveriam assinar no caso de concordarem em participar do estudo.

As perguntas do questionário foram cuidadosamente estruturadas, no intento de, com o mínimo possível de enquetes, obter as informações de relevância para o estudo; assim, antes de elaborá-las, foi preciso definir quais

dados objetivavam-se apreender através do estudo empírico. Chegaram-se aos seguintes pontos:

1. Aferir o nível de escolaridade e financeiro dos sujeitos, para posterior triagem;
2. Investigar quais eram as mídias mais usadas e, dentro de cada universo midiático, descobrir que produtos eram os mais consumidos; tratavam-se das mídias visuais da sociedade escopofílica, ou de outras?
3. Compreender qual era o modelo ideal dos sujeitos em questão, além de, superficialmente, perceber que estratégias de representação eles usavam para se aproximar de tal conceito; se espelhavam em alguém? Como tentavam imitar esse alguém?
4. Questionar sobre a auto-imagem: como se percebiam através do olhar do outro?
5. Saber se, para as cegas, os conceitos de mulher/feminino/beleza caminhavam juntos, como parece se verificar no restante da sociedade;
6. Compreender como percebiam o corpo, que significado atribuíam a ele? O de identidade, beleza, saúde?
7. Finalmente, investigar que tipo de “desejo” os sujeitos em questão mantinham, e se havia alguma relação entre esse desejo e a importância da imagem na contemporaneidade.

Eram, certamente, muitas as questões; procurando, na medida do possível, contemplar a todas, chegou-se ao seguinte modelo de questionário semi-estruturado:

=====

São Paulo, _____ Telefone: _____

Nome: _____ Idade: _____

Causa da cegueira/ há quanto tempo é cega: _____

1. Você tem alguma fonte de renda? ☐ não (vá para a pergunta 3) ☐ sim – qual:

Quanto você ganha? _____

2. Qual é a renda mensal de sua família, juntando a sua com a das pessoas que moram com você? _____

3. Qual é o seu nível de escolaridade: _____

4. Você está: ☐ Namorando ☐ Casada ☐ Solteira ☐ Viúva ☐ Outros: _____

5. Que mídias você usa no seu dia-a-dia?

☐ Assiste TV: _____

☐ Usa a internet: _____

☐ Lê em braile: _____

☐ Escuta livro falado¹¹²: _____

☐ Escuta rádio: _____

☐ Outros: _____

6. Qual dessas atividades é a sua preferida: _____

Por que? _____

7. Você tem algum ídolo: ☐ não (vá para pergunta 10) ☐ sim – quem? _____

8. Por que ela (e) é seu ídolo? _____

9. Você gostaria de ser parecido com seu ídolo: ☐ não ☐ sim – O que você faz para ficar parecido com ele: _____

¹¹² Consiste na reprodução em áudio de obras da literatura escrita.

10. (Além do seu ídolo – para quem respondeu até a 9) Você gostaria de ser parecido com alguém? ☐ não ☐ sim – Quem e por quê? _____

11. O que você faz para ficar parecido com essa pessoa (resposta 10)? _____

12. Para você, o que é beleza? _____

13. Para você, o que é ser mulher? _____

14. Quem é um modelo de mulher bonita? _____

_____ Por que ela é bonita? _____

15. O quanto você se preocupa com a sua aparência:

☐ nada ☐ pouco ☐ mais ou menos ☐ muito ☐ é a coisa mais importante da minha vida

16. Você gosta de usar cosméticos? ☐ não ☐ sim – enumere: _____

17. Segue a moda? ☐ não ☐ sim – como? _____

18. Faz exercícios: ☐ não ☐ sim – Com quais objetivos: _____

_____ Frequenta academia de ginástica ☐ não ☐ sim

19. Complete a frase: meu corpo é: _____

20 Você se considera uma mulher bonita? ☐ não ☐ sim – Por que? _____

21. Você acha que as pessoas também consideram você uma (resposta 20) _____
 _____? ☐sim ☐não Por que? _____

22. Que tipo de imagem você acha que as pessoas têm de você? _____

23. Como você gostaria de ser vista pelas pessoas? _____

24. Se eu pudesse ser outra pessoa eu seria: _____
 _____ Por que? _____

25. Você tem algum sonho? ☐não ☐sim - qual: _____

=====

O modelo semi-estruturado foi o escolhido por não se ter a intenção de trabalhar com uma amostragem muito grande e, ademais, por ele minimizar o discurso hegemônico do pesquisador, possibilitando aos sujeitos, ainda que dentro de campos pré-determinados, a livre expressão.

As perguntas de 1 a 4 objetivaram aferir o “item 1” entre os destacados como objetivos do questionário, ou seja, traçar um breve perfil sócio-econômico; as perguntas 5 e 6 reportaram-se ao “item 2” dos objetivos, investigar as mídias

consumidas pelos sujeitos em questão, bem como qual era a “mídia” preferia; as questões de 7 a 11 tentaram observar, ainda que superficialmente, as relações com o “ideal de Eu”, “item 3”; no caso das perguntas de 12 a 19, elas se formularam segundo os “itens 5 e 6” dos objetivos, as relações entre identidade feminina e um corpo construído através da moda, de exercícios, cosméticos...; quantos às perguntas de 20 a 24, tentaram perceber a auto-imagem dos sujeitos, como se vêem e pensam serem vistos pelo outro; finalmente, a pergunta 25 reportou-se ao “objetivo 7”, numa tentativa de construir alguma relação entre os desejos dos sujeitos estudados e o macro-sistema da sociedade escopofílica.

Resolveu-se que todos os questionários seriam aplicados pelo pesquisador responsável, de modo individual. Para esse procedimento, foi solicitado, nas instituições onde se desenvolveram a pesquisa, um local reservado para tal. Percebendo, contudo, que não se conseguiriam tantos sujeitos quanto esperado, o pesquisador passou a solicitar às entrevistadas que lhe fornecessem nomes e telefones de amigas cegas; também lhes foi entregue um cartão – *Anexo 05* - em braile¹¹³, para que, caso lembrassem de alguém para participar do estudo, telefonassem ao pesquisador e repassassem a informação.

Quando as primeiras entrevistadas começaram a ligar para recomendar conhecidas, o pesquisador percebeu que elas estavam bem mais a vontade que no momento da aplicação do questionário. Ao refletir sobre tal assunto, chegou-se à conclusão que, além de não estarem sendo interrogadas, ao telefone, entrevistador e entrevistado estavam igualados: a voz intermediava a

¹¹³ Este cartão também servia para que, em querendo se retirar do estudo, os sujeitos entrevistados pudessem entrar em contato com o pesquisador. Sua confecção foi uma sugestão e uma gentileza de uma das entrevistadas.

comunicação de ambos – um vidente e um cego -, equiparando, ao menos parcialmente, a relação de poder. Em função disso, resolveu-se que, feita a triagem com os sujeitos que efetivamente entrariam na pesquisa, todos teriam seus questionários reaplicados por telefone.

Os questionários nos quais houve recusa de resposta a algum dos itens perguntados foram excluídos, assim como aqueles pertencentes aos sujeitos – 3 – que, após participarem da pesquisa, solicitaram a sua retirada do estudo – o prazo limite para tal foi o dia 14 de março.

10.1.3 Procedimentos de avaliação e análise dos questionários

Um total de 69 questionários foi aplicado, dos quais três foram posteriormente retirados, como informado há pouco, por solicitação dos sujeitos participantes. Dos 66 questionários restantes, 24, ou aproximadamente 36,4%, referem-se aos obtidos a partir de pessoas indicadas por outros entrevistados, e 42, ou perto de 63,6%, aos sujeitos encontrados nas instituições que concordaram em permitir a realização do estudo em suas dependências.

A primeira análise imprimida foi sobre as perguntas de 1 a 5, objetivando-se fechar um grupo com um nível de instrução e poder aquisitivo o mais próximo possível. Isso se revelou um grande problema, pois as características individuais eram bastante heterogêneas: havia sujeitos com primeiro grau incompleto e outros com pós-graduação; alguns não tinham fonte de renda, enquanto outras pessoas ganhavam perto de R\$3.000,00.

Chegou-se, então, a dois grupos distintos, compreendendo um total de 36 sujeitos: no primeiro, estavam os que possuíam idades entre 20 e 40 anos - 17, ou

aproximadamente 47,3% do total - e, no segundo, os com idades entre 41 e 61 anos – 19¹¹⁴, ou por volta de 52,7 % do total -. Todas as pessoas escolhidas deveriam ter segundo grau completo ou formação superior, além de uma fonte de renda¹¹⁵ entre três e quatro salários mínimos – na época da pesquisa, o salário mínimo era de R\$380,00, o que dá uma renda de entre R\$ 1104,00 e R\$ 1472,00. Para avaliação das demais respostas, foram usados os referenciais semiótico, psicanalítico e sistêmico, trabalhados em momentos anteriores desta dissertação.

10.2. Apresentação e análise dos dados obtidos

No grupo que possuía entre 20 e 40 anos, a maior parte das entrevistadas, 70,5%, declarou estar namorando; nas mulheres com idade entre 41 e 61 anos, as relações mostram-se mais distribuídas: 31,6% se declaram namorando; 42,1%, casadas; e 26,3%, solteiras. No segundo caso, portanto, parece manter-se próximo à média nacional aferida pelo IBGE no censo de 2000, com 49,5% da população total do país casada. As respostas obtidas, no referente às duas faixas etárias, quebram o estigma de mulheres deficientes como “fadadas à solidão”, ao “isolamento amoroso”.

Na investigação a respeito do “consumo de mídias”, os dados alusivos aos dois grupos também foram distintos. No das mulheres entre 20 e 40 anos, as mídias rádio, música¹¹⁶ e televisão aparecem empatadas em primeiro lugar, tendo

¹¹⁴ Preferiu-se deixar um dos grupos com dois sujeitos a mais que o outro, ou 10,5% mais pessoas, a descartar as informações tão dificultosamente obtidas pela aplicação dos questionários.

¹¹⁵ Para o quesito “fonte de renda”, além do salário, eram consideradas as outras rendas da família da entrevistada: pais, marido, filhos, as pessoas com as quais ela morava e contribuíam na renda familiar.

sido citadas por 100% das entrevistadas. No caso do grupo com idades entre 41 e 61 anos, o rádio e a música também foram citados por 100% das entrevistadas, mas a televisão ocupou o terceiro lugar, obtendo 84,21% de referências. Nos dois grupos, contudo, um dado em comum: a internet quase não foi escolhida, talvez, revelando as dificuldades cognitivas que os deficientes visuais ainda tenham para usar essa “mídia”. Os percentuais completos podem ser observados abaixo:

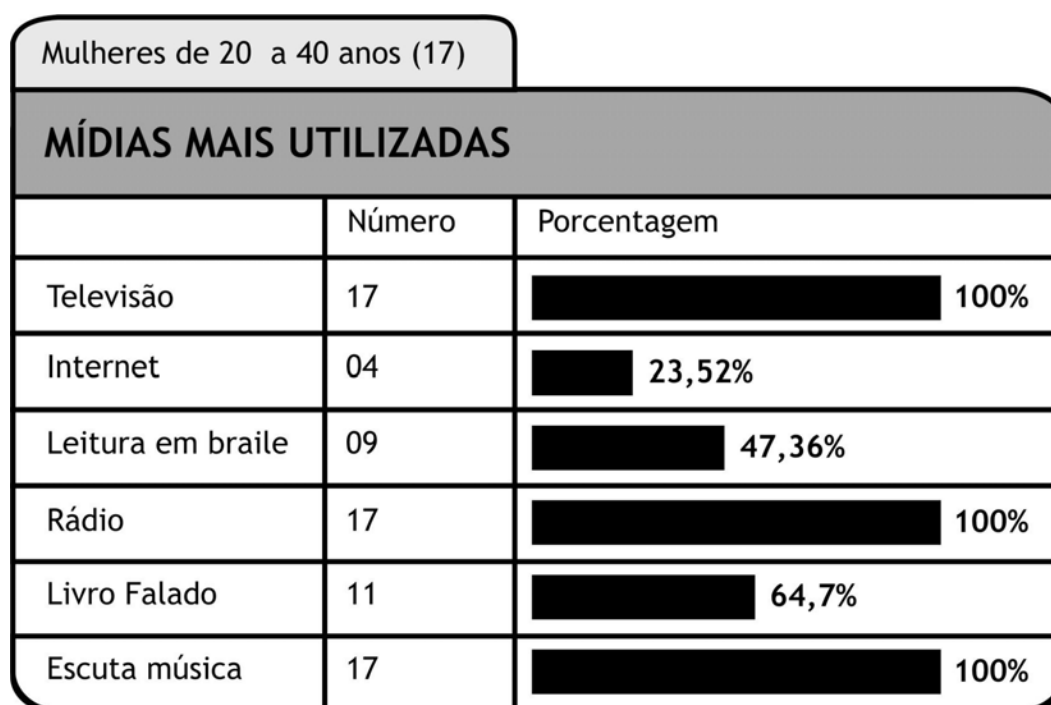


Figura 4

¹¹⁶ A palavra “música” foi um termo introduzido pelas entrevistadas para se referir a quando não escutavam músicas através do rádio, mas por outros equipamentos, como tocadores de discos compactos.

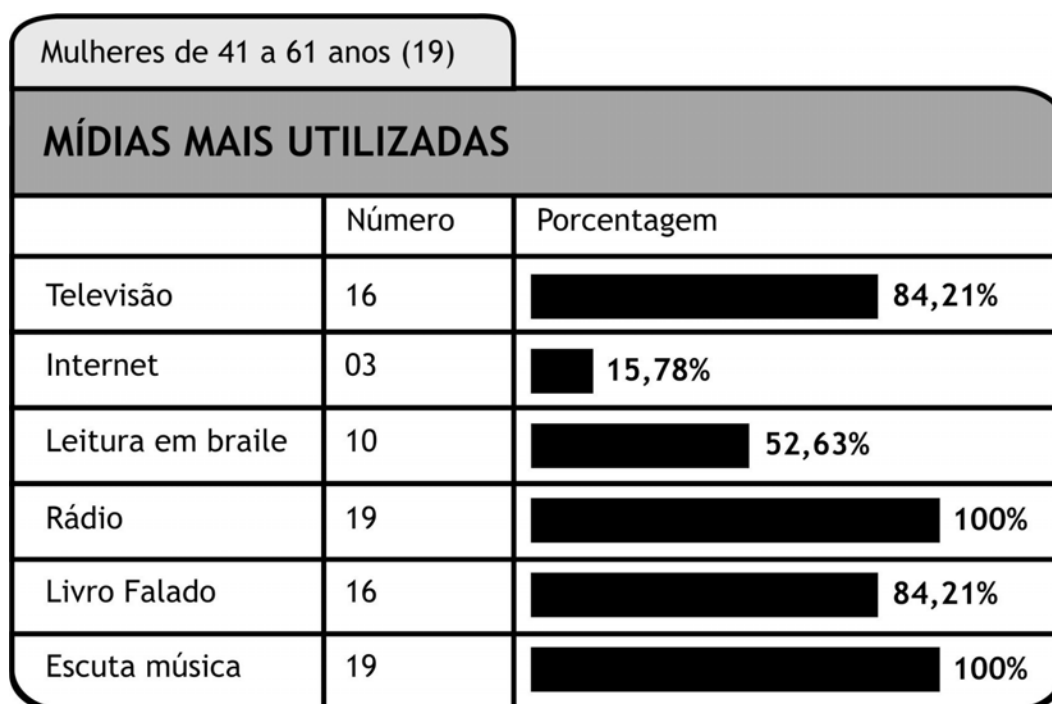


Figura 5

Para proceder a uma análise qualitativa dos dados acima expostos, sugere-se, antes de tudo, desconsiderar as “mídias” citadas e entendê-las como *medias*, a partir dos sentidos visual, tátil e auditivo. Esse último está presente, para os dois grupos em questão, em todas as opções apontadas como as mais utilizadas: rádio (auditivo), música (auditivo) e televisão (audiovisual). Pode-se, ainda, pensar que as qualidades da audição sejam preferidas em relação às táteis para obtenção de conhecimento, pois o livro falado foi mais citado que a leitura em braile pelas entrevistadas das duas faixas etárias tipificadas. Por fim, considerando, por um lado, que a linguagem “hipermidiática” da internet seja basicamente traduzida na forma de áudio para os deficientes visuais, através de programas específicos¹¹⁷, e,

¹¹⁷ Infelizmente, não foi possível fazer uma pesquisa detalhada sobre os programas que convertem em áudio as informações da internet. O que se pode adiantar é que essas ferramentas funcionam traduzindo texto em áudio, usando diferentes tipos de voz para ler links, cabeçalhos, legendas, na

por outro, que a quantidade de informações perdidas em tais processos - todos os sentidos visuais de fotografias, vídeos, infográficos, diagramação, cores... – e as dificuldades neles existentes devam ser grandes, não causa estranheza o baixo uso do “mundo virtual”.

Pensando-se, também, que à exceção do braile, todas as outras “mídias” citadas são – ou tornam-se para os cegos – medias auditivas, pode-se indicar que o som seja o meio de comunicação com o qual os portadores de cegueira tenham mais familiaridade – até porque, além da visão, ausente para o caso especificado, é a audição o outro sentido que goza de intimidade com o cérebro, sendo capaz de gerar uma sintaxe (Santaella, 2001: 70-75). Além disso, é possível sugerir que, apesar de ser o melhor método para leitura tátil até agora desenvolvido, o braile ainda esteja longe da sofisticação imprimida pela leitura feita por meio da visão, aperfeiçoada há séculos, o que levaria os cegos a se sentirem mais confortáveis ouvindo os livros que os tateando, por ser esse um processo tecnicamente ainda pouco desenvolvido; também é preciso lembrar que o tato é um sentido cujo potencial semiótico foi socialmente restrito – pela proibição cultural do toque... – (Nöth, 1990: 407), isto é, há um problema simbólico, o que talvez induza os portadores de cegueira a, inconscientemente, assumirem uma predileção ou um maior conforto através do uso do código auditivo, e não do tátil, para a tradução da linguagem verbal feita no ato de ler.

tentativa de hierarquizar as informações. Além disso, esses programas geralmente permitem o acesso às páginas apenas com o uso do teclado.

No tocante à “mídia preferida”, os dois grupos apontaram o rádio, citado por 64,7% das mulheres com idade entre 20 e 40 anos, e por 94,73% das pertencentes à faixa etária circunscrita entre os 41 e os 61 anos de idade:

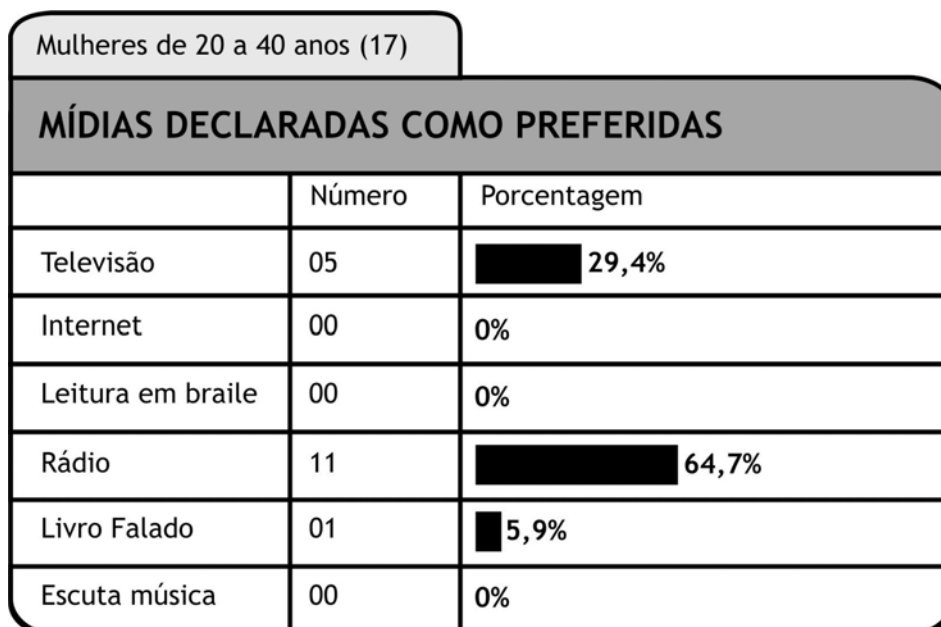


Figura 6

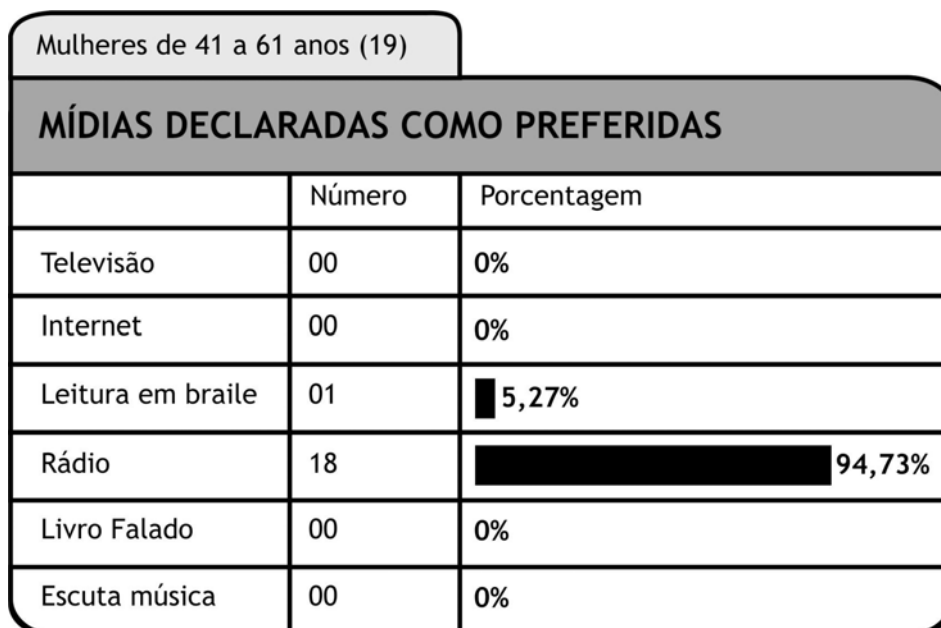


Figura 7

A televisão, no grupo das mulheres com idades entre 20 e 40 anos, ainda conseguiu chegar a expressivos 29,4% de preferência, e o número ganha ainda mais força quando se observa que, no grupo com idade entre 41 e 61 anos, a mídia televisiva não foi citada por nenhuma entrevistada.

Quanto às qualidades apontadas nos dois grupos para a preferência pelo rádio, elas foram analisadas em conjunto¹¹⁸, por estarem muito próximas em ambas as situações – as duas faixas etárias -; seguem as expressões mais faladas para aludir à predileção por essa mídia: “é rápido”¹¹⁹ (83,3%); “levo para todo canto” (80,5%); “gosto mais” (80,5%); “é melhor (80,5%)”; “é melhor que a TV, porque é só a voz” (75%); “sempre escutei, me acostumei (69,4%)”. Assim, além de se reportarem a algumas características da própria mídia radiofônica, ou se prenderem a quali-signos - “é melhor”, “gosto mais”, “é rápido”... - as entrevistadas parecem se sentir mais confortáveis com um meio onde a visão não seja solicitada. Aqui, todavia, cabe noticiar, como o faz Machado (2001: 17),

que [quando] se fala em ‘civilização das imagens’, pensa-se evidentemente na atual hegemonia da televisão, mas ela, na verdade, é um meio bem pouco imagético. (...) a esmagadora maioria dos programas de televisão está fundada predominantemente no discurso oral e (...) neles as imagens servem apenas como suporte visual para o corpo que fala. Tanto isso é verdade que a grande maioria das pessoas deixa a televisão ligada enquanto executa outras tarefas, sendo suficiente, em termos significantes, o que se diz na pista do som¹²⁰.

¹¹⁸ Nesse caso, os percentuais partem de um total, ou 100%, de 36 sujeitos.

¹¹⁹ Palavras como rápido, veloz ou ligeiro foram tomadas por sinônimos a fim de se fazerem as porcentagens; esse critério foi o adotado para análise quantitativa de todas as respostas abertas.

¹²⁰ No final do texto em questão, Machado (2001: 17) afirma que a atual civilização é marcada pela hegemonia da palavra sobre a imagem; a partir do percurso até aqui desenvolvido nesta dissertação, discorda-se, contudo, dessa posição assumida pelo autor.

No tocante ao “item 7” do questionário, o qual investigava se as entrevistadas tinham algum ídolo, 70,5% das mulheres com idades entre 20 e 40 anos responderam que sim, contra 26,3% das com idades entre 41 e 61 anos:

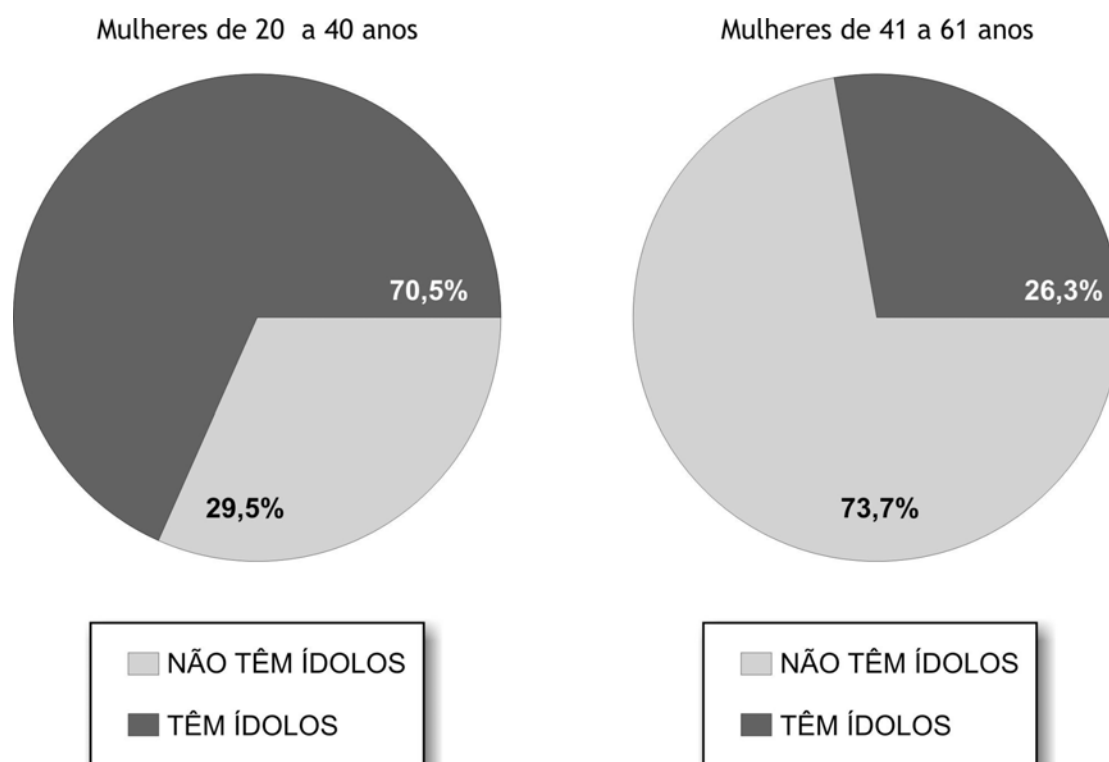


Figura 8

Esse, por si só, já é um dado interessante, e que se repetirá em vários momentos: nos sistemas mais jovens cronologicamente, a incorporação dos padrões da sociedade escópica – como a profusão de ídolos, ideais de eu - parece se dar de modo mais intenso quando comparada aos com mais idade. Assim, os dados colhidos através das mulheres com entre 20 e 40 anos sugerem que, ao terem vivenciado desde cedo padrões de outros seres humanos

visualmente hipertrofiados, com os quais interagiram, eles se deixaram contaminar por tais paradigmas – o ser humano é um sistema aberto. E como a curva do tempo se confunde, do século XIX em diante, com a progressão da importância da imagem na sociedade, estabelece-se o binômio – lei - mais jovem/mais escópico, ou mais padrões escópicos incorporados – mesmo para os cegos!

No grupo com idades entre 20 e 40 anos, 66,6% dos que responderam ter ídolos se referiram a alguém famoso – ator, cantor, apresentador de programa de televisão, escritor ou esportista -; os outros 33,4% apontaram como ídolo algum amigo ou parente. No caso das mulheres que tinham entre 41 e 61 anos, o resultado foi o oposto: 20% declaram idolatrar alguém famoso, contra 80% que se referiram, em todos os casos, à mãe, sempre destacando a importância materna na sua formação e aceitação de sua deficiência. Aqui, novamente um indicativo de que os “sistemas jovens”, quando contrapostos aos com mais idade, incorporam mais os “padrões escópicos”.

Perguntadas se gostariam de parecer com seus ídolos, 16,6%¹²¹ das entrevistadas com idade entre 20 e 40 anos e 80% das com idade entre 41 e 61 anos responderam que sim; em repetidos casos, as mulheres se sentiam incomodadas com uso da palavra “parecer”, classificando a pergunta como “idiota”, ou tendo dificuldade em entendê-la; questionavam ao pesquisador: “como assim, parecer?”. Possivelmente, houve um problema de tradução não verificado na realização do pré-teste com o questionário, que poderia ter sido evitado com o uso de algum outro termo; ou, quem sabe, esse “incômodo” seja advindo das dificuldades em entender um “parecer”, ou um espelhamento baseado, assim

¹²¹ Tomando por referencial estatístico apenas as que indicaram ter ídolos.

como hoje se faz, quase que integralmente na imagem de signos visuais, e não nas outras possibilidades de hipoícones imagéticos.

Pôde-se perceber a clara identificação com o ideal materno nas mulheres do grupo possuidor de idades entre 41 e 61 anos; todas que responderam terem a mãe como ídolo, a maioria – 80% - do total, declararam querer imitá-la; no lado oposto, as “jovens” que afirmaram majoritariamente admirar famosos, não se mostraram muito interessadas em imitá-los – menos de 10% assinalaram a opção “gostaria de ser parecido com meu ídolo”; quem sabe, ao responderem terem como ídolos pessoas da mídia, elas estivessem apenas reproduzido o discurso hegemônico.

Na pergunta 10, onde se insistia em saber se as entrevistadas, mesmo sem ter declaradamente um ídolo, espelhavam-se em alguém, índices importantes:

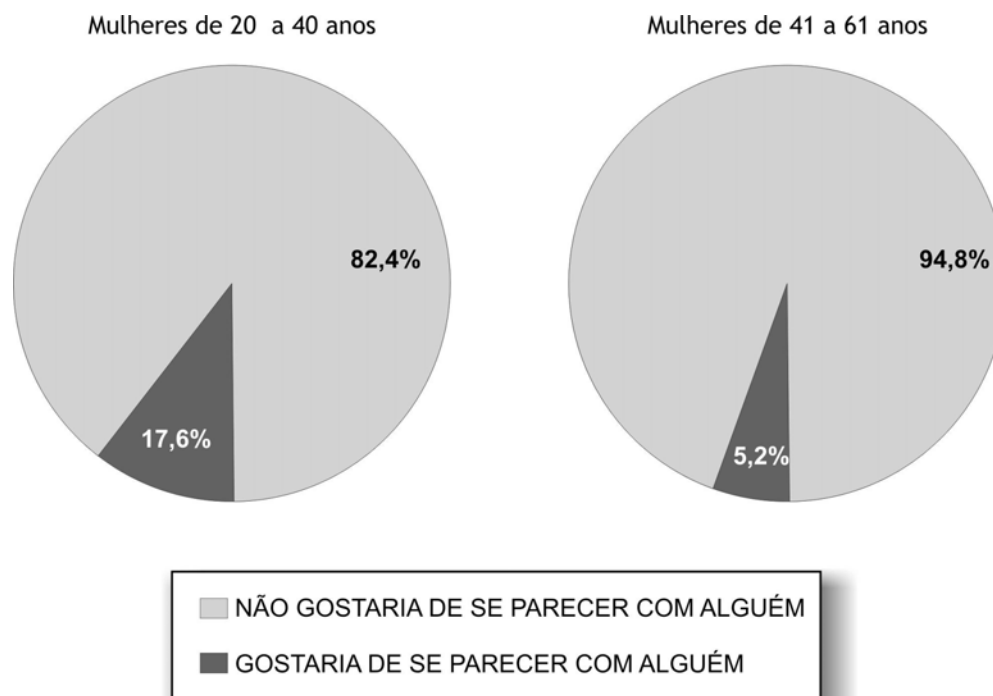


Figura 9

Como se pode observar acima, somente 17,6% das mulheres com idades entre 20 e 40 anos informaram que gostariam de parecer com alguém, e apenas uma mulher, 5,2%, das que possuíam entre 41 e 61 anos, disse querer parecer com alguma outra pessoa – tratava-se de um caso especial; a entrevista era “testemunha de Jeová¹²²”, e declarou seguir os preceitos de “Jeová Rei”, objetivando imitá-lo. No grupo dos sujeitos com idades de 20 a 40 anos, ninguém afirmou fazer algo para imitar o objeto de admiração.

Questionadas sobre o que entendiam por “beleza”, 70,6% das entrevistadas com idade entre 20 e 40 anos declararam uma mescla da “aparência” com “qualidades internas, o caráter, a essência¹²³”; no caso das mulheres que tinham entre 41 e 61 anos, prevaleceu a resposta de que a beleza, como indicado por 68,4% das entrevistadas, seria “apenas interna”:

Mulheres de 20 a 40 anos (17)		
CONCEITO DE BELEZA		
	Número	Porcentagem
Interna	02	11,8%
Externa	03	17,6%
Interna e externa	12	70,6%

Figura 10

¹²² A seita cristã Testemunha de Jeová foi fundada em 1870 por Charles Russel, em Pittsburgh, nos Estados Unidos. (Vale e Delfino, 2003).

¹²³ Partindo do que as próprias entrevistadas falaram, separaram-se as qualidades de uma beleza “interna” das de uma “externa”.

Mulheres de 41 a 61 anos (19)		
CONCEITO DE BELEZA		
	Número	Porcentagem
Interna	13	68,4%
Externa	00	0%
Interna e externa	06	31,6%

Figura 11

Quando, todavia, questionadas se davam importância à própria aparência, 100% das entrevistadas com 41 aos ou mais se declararam preocupadas com o tópico; desse total, 94,7% responderam se preocupar muito, e apenas 5,3%, “mais ou menos”:

Mulheres de 41 a 61 anos (19)		
PREOCUPAÇÃO COM A APARÊNCIA		
	Número	Porcentagem
Nada	00	0%
Pouco	00	0%
Mais ou menos	01	5,3%
Muito	18	94,7%
Mais importante	00	0%

Figura 12

Para quem tinha afirmado – 68,4% - valorar apenas a “beleza interna”, um dado que soa contraditório; talvez, ele indique que, inconscientemente, a auto-imagem seja importante, ou, em outro sentido, que sabendo da importância da imagem corporal para o resto da sociedade, o cuidado estético com a mesma surja. Das mulheres com idade entre 20 e 40 anos, todas as entrevistadas – 100% - responderam se preocupar muito com a aparência:

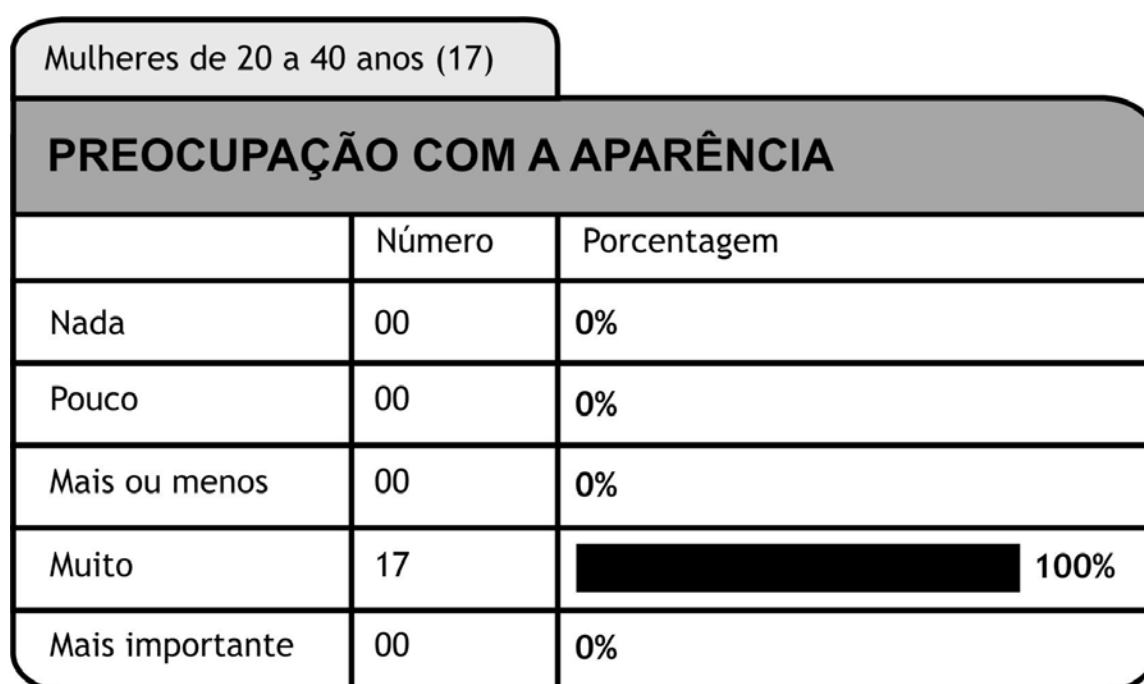


Figura 13

Juntando os dados – índices - sobre a “preocupação com a aparência” apresentados nas figuras 12 e 13, torna-se possível apontar que a importância do imaginário, registro no qual circunscreve-se a feminilidade, mantenha-se para as mulheres cegas, pois nenhum dos sujeitos ouvidos declarou não dar atenção ao tópico “aparência”. No caso das com idades entre 41 e 61 anos, elas podem até

pensar que a beleza seja “interna”, como apontou a maioria -ver *Figura 11-* , mas devem considerar que o “feminino” esteja na superfície.

Ainda nos dois grupos estudados, mais um ponto de confluência: 100% das entrevistadas de ambas as faixas etárias tipificadas declararam usar cosméticos, especialmente cremes para pele e perfumes; veja os detalhes:

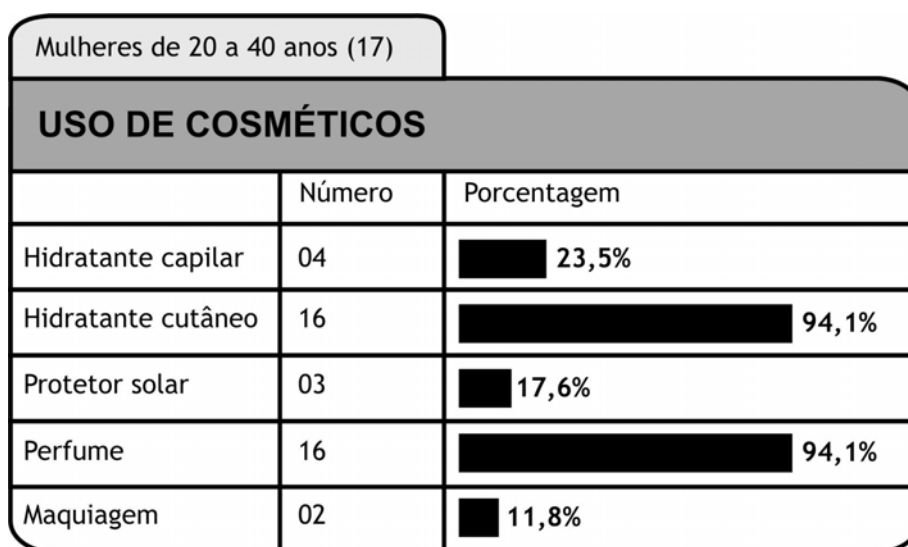


Figura 14

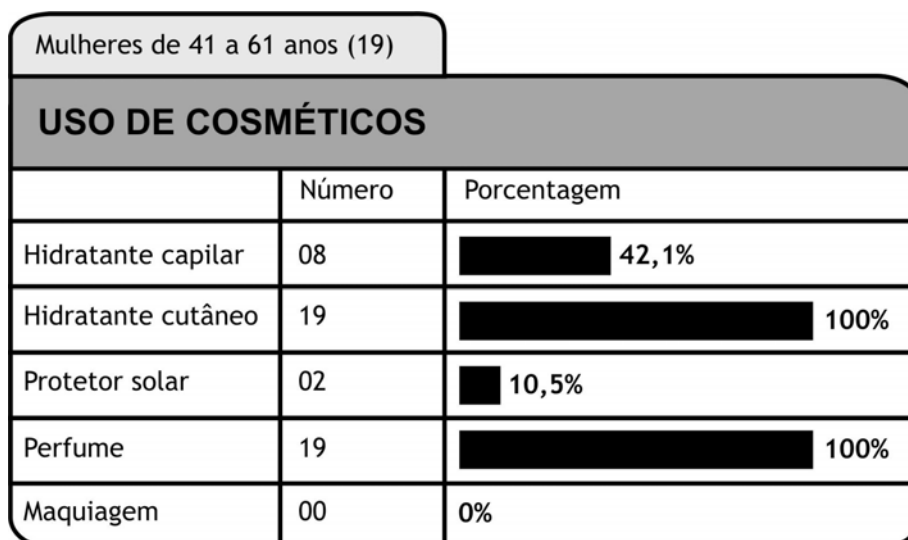


Figura 15

Interessante observar que a maquiagem tenha sido apontada, ainda que timidamente, apenas no grupo com idades entre 20 e 40 anos. Trata-se de um código inteiramente visual, confirmando, outra uma vez, que os sistemas com menos idade incorporam mais os “padrões escópicos”. Uma questão que não foi contemplada seria aferir o meio pelo qual essas mulheres cegas conseguem se maquiar: Alguém faz isso para elas? O fazem sozinhas?

Das entrevistadas pertencentes ao grupo mais jovem – 20/40 anos –, 23,5% afirmaram seguir a moda, resposta fornecida por 15,8% no grupo das mulheres com idade entre 41 e 61 anos:

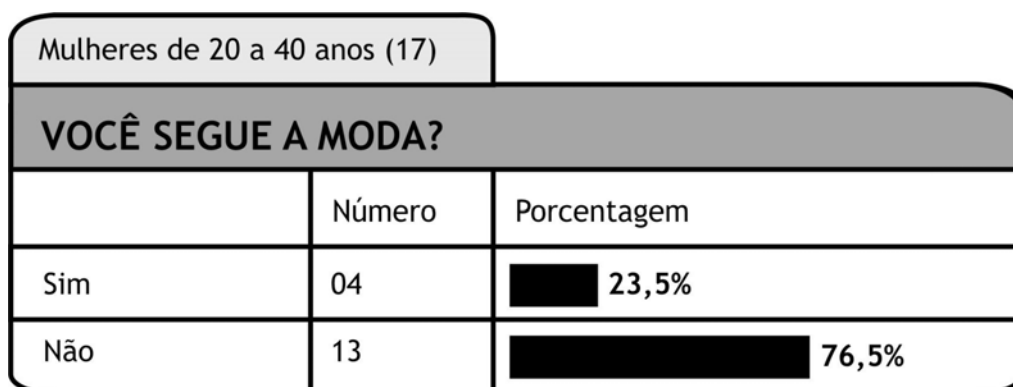


Figura 16

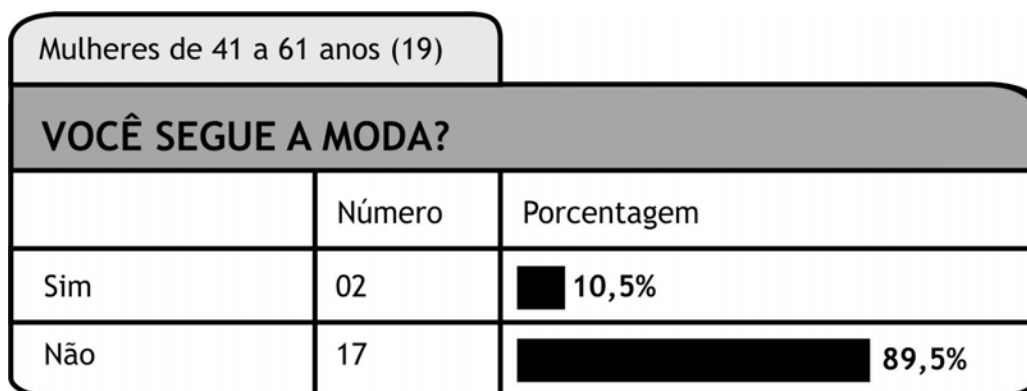


Figura 17

Parece não tratar-se de um assunto que desperte muito interesse entre os cegos – afinal, a moda é um código inteiramente imagético. Proporcionalmente, ela foi citada pelo dobro das mulheres com idades entre 20 e 40 anos quando relacionadas às de entre 41 e 61 anos. Muitas – 80% do total dos dois grupos avaliados em conjunto - afirmaram adotar um “estilo clássico”, para assim “estar bem em todas as ocasiões”¹²⁴. Entre as que afirmaram seguir a moda, nos dois grupos se verificaram as mesmas três respostas no sentido de saber como elas “descobriam as últimas tendências”: disseram perguntar a parentes, amigas e/ou vendedoras videntes - a dependência de alguém que enxerga para inserir-se numa linguagem visual fica clara.

No tocante aos exercícios, apenas 10,5% das mulheres que tinham entre 41 e 61 anos informaram fazer alguma atividade, contra 64,7% das pertencentes ao grupo mais jovem.

Mulheres de 20 a 40 anos (17)		
EXERCITO-ME PARA:		
	Número	Porcentagem
Beleza e saúde	11	64,7%
Bem-estar	00	0%
Não me exercito	06	35,3%

Figura 18

¹²⁴ Apesar da pergunta não ser aberta, as entrevistadas a completavam com a frase “não sigo a moda pois uso roupas clássicas”; por isso, o dado foi incorporado à análise.

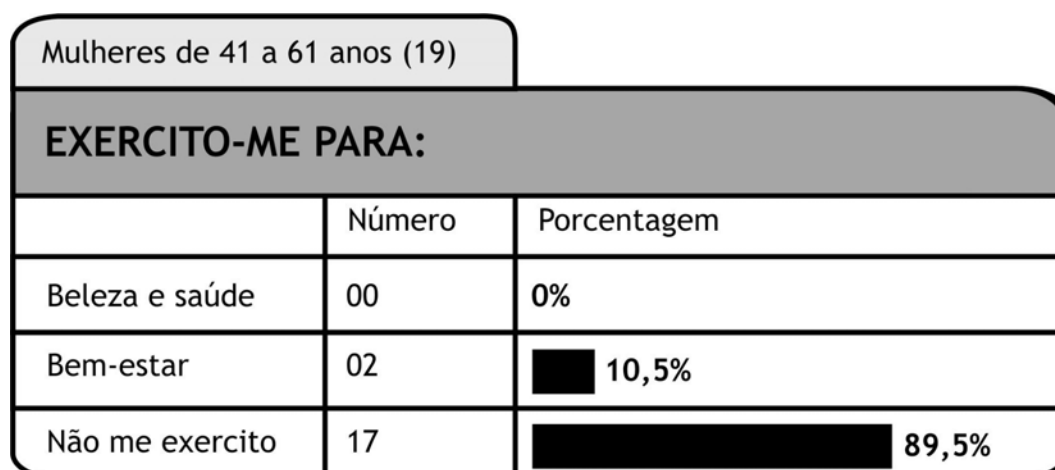


Figura 19

O termo “bem estar” usado pelas mulheres de entre 41 e 61 anos é vago, e não dá margem a muitas interpretações. Já nas mulheres com entre 20 e 40 anos, as palavras “beleza e saúde” deixaram claros os motivos da prática de atividades físicas, afinados aos buscados pelo resto da sociedade. Nota-se uma diferença grande entre os dois grupos, com a prevalência das cegas com idade entre 20 e 40 anos preocupadas em cuidar do corpo. Nenhuma das entrevistadas, em todos os casos, afirmou freqüentar academia de ginástica, preferindo a prática de esportes em grupos de deficientes visuais, amigos ou parentes; é possível que esse dado esteja relacionado, num extremo, com a necessidade de socialização, e no outro, com a insegurança do cego em adentrar num ambiente - uma academia de ginástica – em que a imagem seja fundamental, e ele não saiba como está sendo visto, além de nada ser pensado para atender as suas possibilidades cognitivas: equipamentos, aulas, modalidades de atividade...

Ao se referirem ao conceito de mulher, não houve diferenças significativas entre os dois grupos: as palavras empregadas, quase sempre todas juntas, foram, “mãe”, “profissional”, “tudo ao mesmo tempo”, uma série de conceitos que se

reportam, exatamente, à grande quantidade de papéis sociais vivenciados na contemporaneidade.

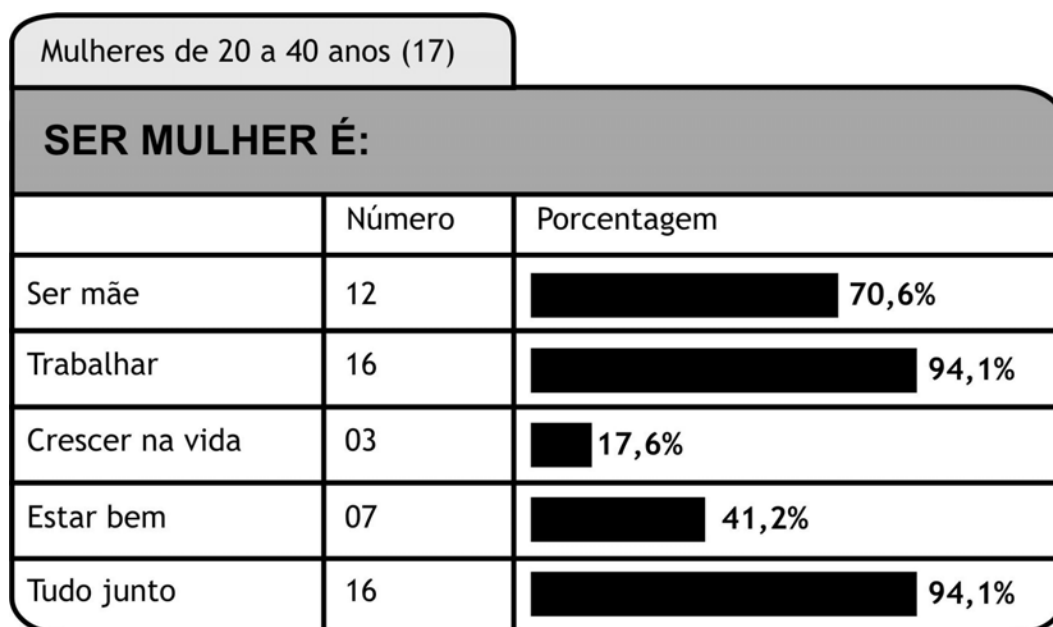


Figura 20

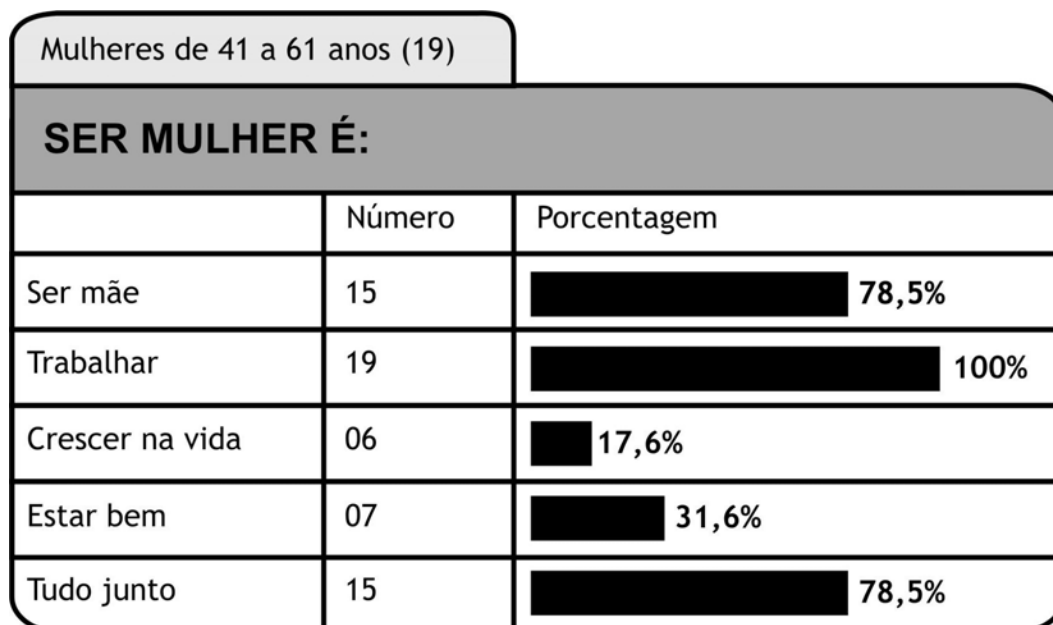


Figura 21

As entrevistadas eram livres para falarem o que quisessem, mas apenas as opções indicadas foram reportadas, com variações do tipo ao invés de falar “trabalhar”, dizer “ter uma carreira”; também se podia escolher mais de uma opção. O interessante é que nenhuma pessoa usou para traduzir “mulher” alguma palavra que denotasse especificamente à imagem, como “bonita” ou “elegante”, tal qual seria esperado de um “feminino” construído sobre o registro do imaginário, da “boa figura”. Conscientemente, talvez não seja assim que elas percebam a questão da feminilidade, o que, contudo, foi apontado quando os sujeitos estudados informaram se preocupar com a aparência.

Seguem abaixo, agora, os índices referentes à definição do significado do corpo para os dois grupos de entrevistadas:

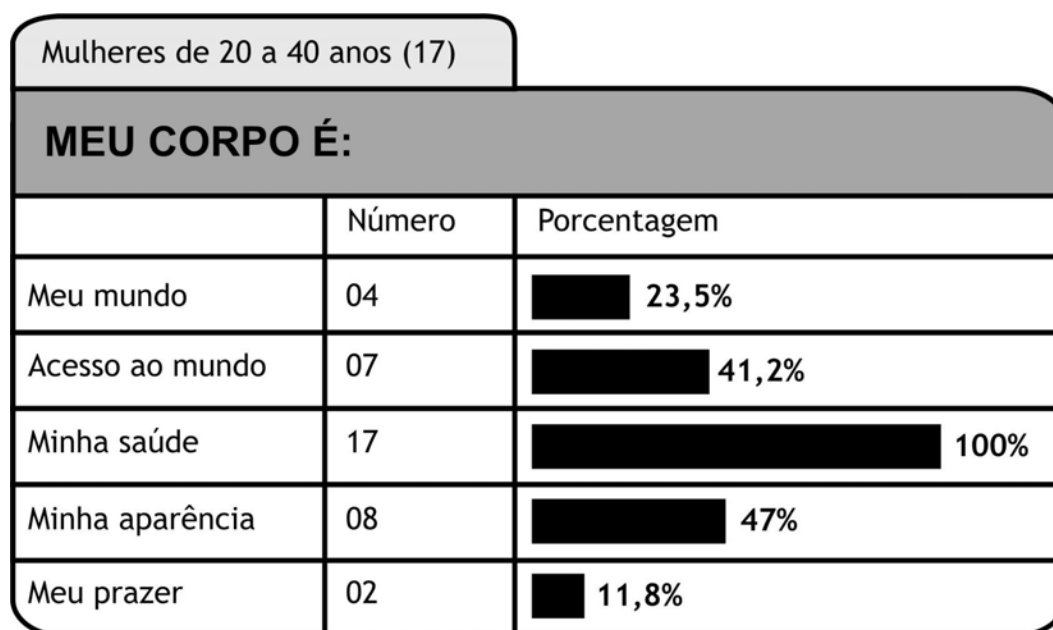


Figura 22

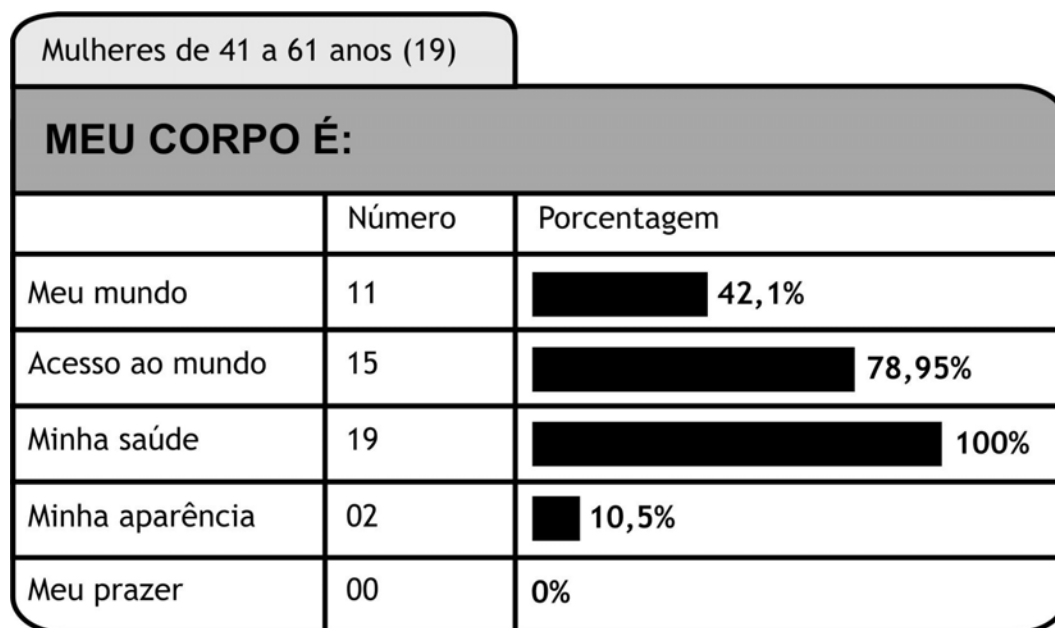


Figura 23

Mais uma vez, estava-se livre para falar qualquer coisa, mas apenas os termos descritos nas figuras 22 e 23 foram usados. Nesse caso, também se podia falar mais de uma opção. Dentre os vocábulos usados para traduzir “corpo”, dois em particular chamaram a atenção: “o meu corpo é o meu acesso ao mundo”, ou é o “meu mundo”. Impossibilitadas de enxergar, as mulheres cegas parecem, além das associações triviais, construir com a corporeidade uma relação diferenciada, imputando a ela como um todo, e não apenas à sua aparência, um lugar central na estruturação de suas relações com a realidade, conhecida pelo tato, olfato, audição, sentidos em alguns momentos desprezados pelos videntes, para os quais a imagem ocupa a primeira posição da estrutura “viso-tátil-cinestésica” de apreensão do entorno, já nos primeiros meses de vida.

O termo “meu corpo é minha saúde” foi citado em todos os casos, indicando que a associação corporeidade-saúde seja feita pela maioria das mulheres cegas.

Entretanto, enquanto 47% das entrevistadas do grupo mais jovem associaram a corporeidade também à aparência, apenas 10,5% das com mais idade o fizeram. Outra vez, repete-se a “lei” “mais jovem/mais escópico, ou mais padrões escópicos incorporados”.

Perguntadas se se consideravam mulheres bonitas – os conceitos de mulher e beleza foram anteriormente suscitados antes de se chegar a esse -, 100% das entrevistadas com idade entre 20 e 40 anos afirmaram que sim; desse total, 100% disseram achar isso porque outras pessoas lhes diziam, e 23,5% - podia-se responder mais de uma opção - afirmaram saber, ademais da opinião alheia, por sua auto-percepção: o toque, altura, a textura da pele. No grupo das mulheres com faixa etária dos 41 aos 60 anos, também 100% declararam-se como “mulheres bonitas”; dessas, todas, ou 100%, afirmando saber disso, mais uma vez, porque lhes era dito.

Mulheres de 20 a 40 anos (17)		
VOCÊ SE CONSIDERA UMA MULHER BONITA?		
	Número	Porcentagem
Sim	17	 100%
Não	00	0%

Figura 24

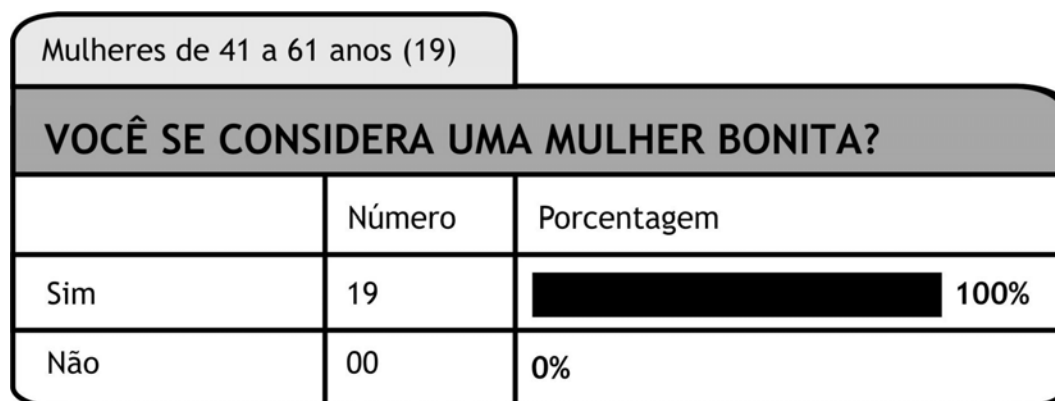


Figura 25

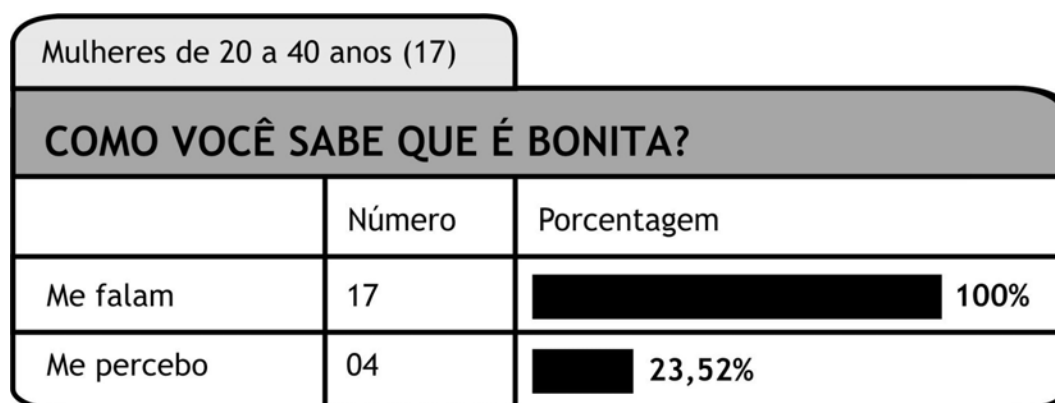


Figura 26

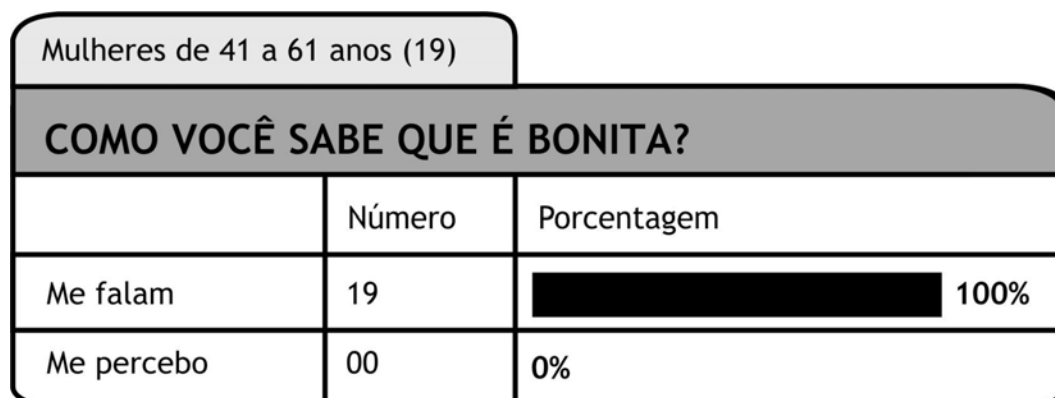


Figura 27

Isso revela que, possivelmente, a auto-imagem do cego não use de mecanismos tão mirabolantes quanto se poderia supor para construir-se; há uma

introjeção, tanto quanto possível, do outro para a construção do eu imaginário, inclusive, lembrando que tal processo também ocorre pelo tato, assim como indicado no último item do capítulo anterior. Desse modo, o discurso das outras pessoas adentra na psique do deficiente visual por caminhos distintos da visão, mas ele está lá, em movimento, numa relação especular de constante reconstrução. Todas as entrevistadas, em ambos os grupos, declararam-se “mulheres bonitas” e afirmaram supor serem vistas assim pelos outros; logo, são eles, os outros, os construtores da sua auto-noção como “bonita”.

Ao serem questionadas sobre que tipo de imagem julgavam transmitir aos outros, contudo, nenhuma das mulheres entrevistadas, nos dois grupos tipificados, usou a palavra “bonita”:

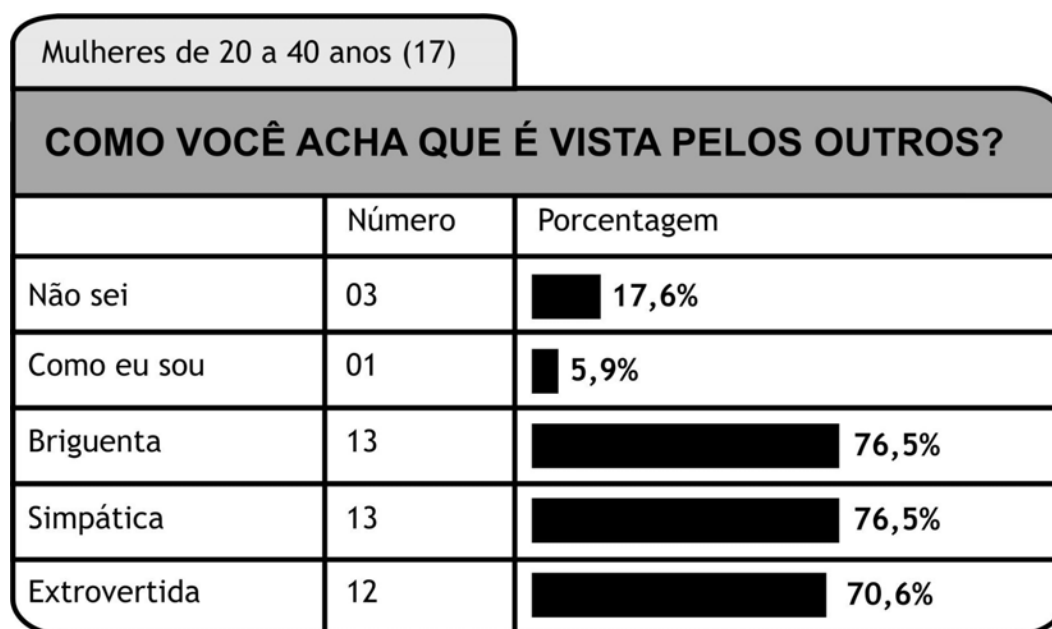


Figura 28

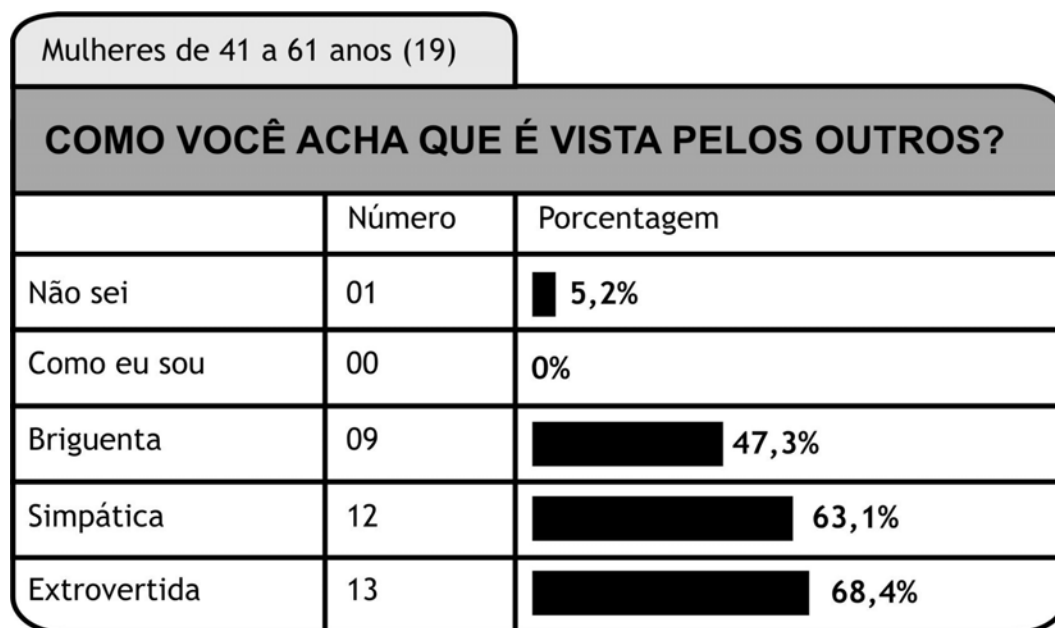


Figura 29

Outro momento com algumas respostas similares em todas as faixas etárias: os termos mais empregados para descrever o olhar do outro nos dois grupos estudados foram “simpática”, “extrovertida”, e um não raro “briguenta, marrenta, chata, sincera demais, verdadeira”; nesses últimos casos, talvez indicando uma auto-defesa comum aos deficientes. No grupo com menos idade, o “briguenta” foi mais usado, e o “não sei”, proporcionalmente, foi quase o triplo do verificado nas mulheres mais velhas. Refletindo-se sobre o último caso, talvez seja difícil para seres que introjetaram valores escópicos e, ao mesmo tempo, sem a capacidade de enxergar, aferir como os outros os percebiam em termos visuais de complicada tradução a um cego.

O “item 24” do questionário, onde se pedia para completar a frase “Se eu pudesse ser outra pessoa eu seria:” foi o que causou mais controvérsia – ou desconforto - durante a pesquisa. Ao ler-se a questão, as entrevistadas, quase

sempre descontráidas, esboçavam raiva, indignação ou surpresa, quem sabe descrentes da proposta, por julgá-la “absurda, sem sentido”, nas palavras delas; não raramente, pediam que a sentença fosse novamente lida. Então, de pronto, a maior parte das mulheres ouvidas tiveram a mesma resposta: um seco “eu!”¹²⁵.

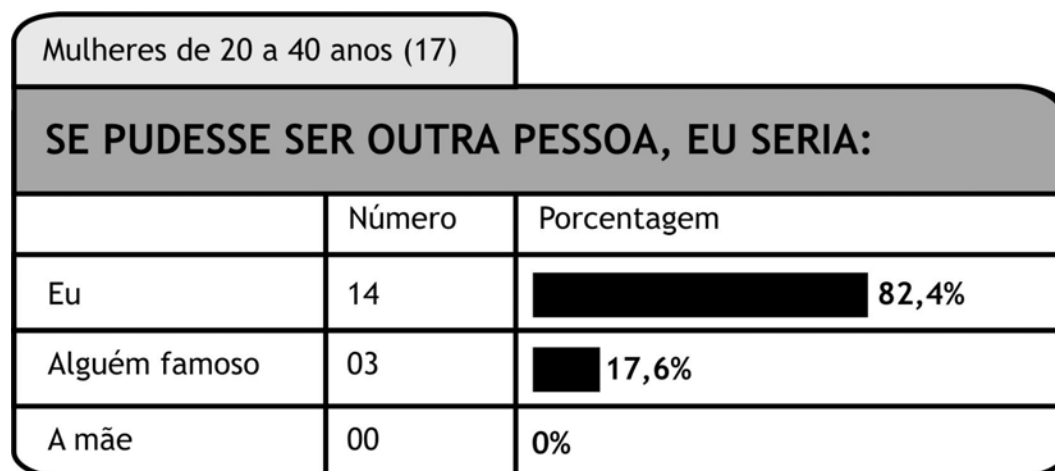


Figura 10

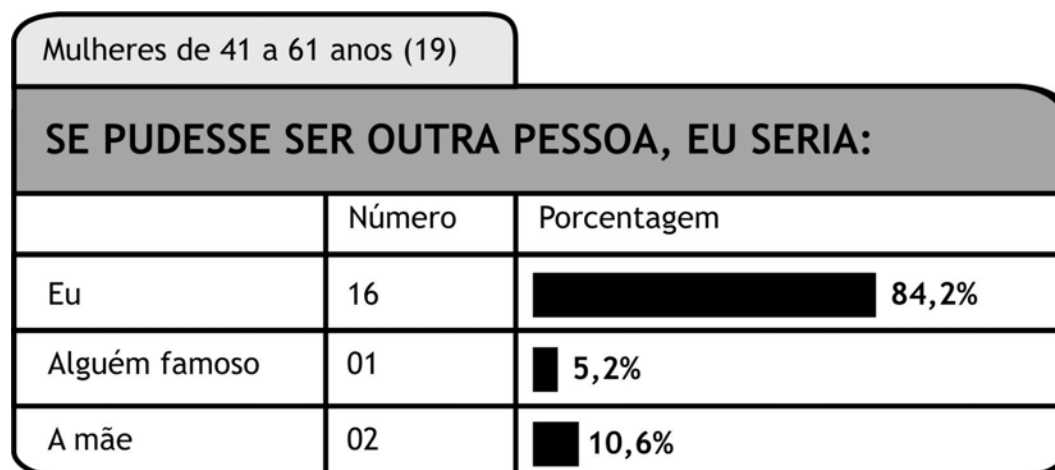


Figura 11

Todas as que responderam que “seriam eu”, independentemente da faixa estaria, afirmaram que se bastavam, que estavam satisfeitas consigo, possivelmente apontando os problemas de saída do narcisismo primário

¹²⁵ Com variações do tipo “eu mesma”, ou “ninguém, eu seria eu”.

enfrentados pelos cegos. Inclusive, considerando o fato das entrevistadas darem uma grande importância ao corpo, chegando, como informado, a chamá-lo de “meu mundo”, a questão no narcisismo primário fica ainda mais latente. É preciso, ademais, recordar que quase nenhuma das mulheres ouvidas, em todas as faixas etárias investigadas, afirmou se “espelhar” em outra pessoa, conforme exibido anteriormente na *Figura 9*; talvez, outro índice a apontar questões mal resolvidas do narcisismo primário, ou, como já dito, as dificuldades em elaborar conscientemente um espelhamento não embasado majoritariamente na imagem de signos visuais.

Entre as entrevistadas que afirmaram que, caso pudessem, seriam pessoas famosas, todas justificaram a opção indicando o “dinheiro” (4 mulheres), o “reconhecimento” (4 mulheres) e a “facilidade de comunicação” (duas mulheres) como atrativos para imitação; na última opção apontada, transparece o desejo de conseguir se fazer entender, em sendo-se cego, numa sociedade baseada na comunicação visual. Para as que falaram que seriam a mãe – todas pertenciam ao grupo com idades entre 41 e 61 anos -, elas disseram admirar na figura materna a “força” em ajudá-las a aceitar a própria deficiência e o carinho recebido.

Por último, ao se questionar sobre se tinham algum sonho, as entrevistas relataram coisas como “casa própria”, “um carro”, isto é, bens materiais, ou ainda “independência”, indicando os problemas que um cego enfrenta no dia-a-dia para viver num mundo estruturado para videntes. Certamente, para se chegar aos “sonhos mais profundos”, as possibilidades oferecidas na aplicação de um questionário mostram-se insuficientes. Apenas duas mulheres, ambas na faixa etária de 20 a 40 anos, parecem ter deixado desejos menos superficiais se

manifestarem: uma delas falou que gostaria de ser ela mesma vidente, e a outra, que seria a atriz “Ana Paula Arósio” – “ela é linda, perfeita!”, qualificou.

PARTE III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11. Algumas reflexões

Esta pesquisa abordou muitas temáticas e, possivelmente, cada um delas poderia originar uma investigação em separado. O objetivo aqui almejado, entretanto, não foi o de se aprofundar em todos os assuntos referidos, mas o de propor ligações entre eles. Talvez, o percurso tenha sido cansativo, todavia, a partir dele, se poderão, agora, sugerir algumas reflexões acerca da sociedade escópica e de como a mulher cega, tendo por base o seu corpo, essa *media-gênese*, comunica-se com outros sistemas psíquico-cognitivo-sociais visualmente hipertrofiados.

Conforme se definiu na *Parte I*, o *merkwelt* humano foi progressivamente condicionado à imagem, o que produziu uma reorganização dos sistemas cognitivo e psíquico. A interação com o mundo, orientada numa estrutura que nos primeiros anos de vida é viso-tátil-cinestésica, e na qual, posteriormente, mesmo sofrendo-se reorganizações, traz-se sempre a visão como ponto primeiro e mais importante – pelo menos, dos 12 meses de vida em diante – implica em processos comunicativos baseados nos signos visuais, desenvolvidos por seres videntes e inapropriados àqueles desprovidos da possibilidade de enxergar.

O desafio do cego, portanto, é grande: ainda bebê, ele tem que descobrir os mecanismos táteis-cinestésicos-auditivos para interagir com uma mãe não raramente “frustrada”, que esperava dele a troca de olhares, o reconhecimento da face e, como resposta, um sorriso preferencial. Repetidamente, a sua tarefa será a de solucionar os problemas em entender e se fazer entendido por uma sociedade escópica – existe, portanto, uma questão semiótica, de tradução.

Desse modo, o trabalho imprimido pelo portador de cegueira será o de converter, para a sua percepção, códigos visuais em auditivos, táteis, olfativos, palatáveis, sinestésicos e, talvez, sobre todos os outros, verbais/sonoros, já que é pela fala que a criança cega parece conseguir melhor expressar aos videntes suas sensações, pensamentos, emoções, e organizar mentalmente as informações captadas pelos seus sistemas cognitivo e psíquico. Além disso, ao contrário do tato, que poderia ser melhor explorado pelo portador de cegueira, a fala não conta com severas restrições culturais ao seu uso. Num sentido oposto, além de perceber um “exterior visual”, será necessário, também, traduzir signos de outras naturezas em representações visuais no intento de comunicar-se.

Para o deficiente visual que assume a condição feminina – supõe-se serem predominantemente as mulheres -, esses processos de produção e recepção de sentidos devem revelar-se ainda mais complexos, pois, conforme anteriormente reportado, o feminino é um gênero extremamente ligado ao imaginário, à “boa imagem”. Nesse sentido, tal qual constatado na pesquisa empírica apresentada na seção anterior, as mulheres cegas, ao se declararam “bonitas”, afirmaram obter esse conceito pela fala do outro; destituídas da percepção do “outro do espelho” visual, é sobretudo pelo verbal que elas introjetam as expectativas e valorações alheias e, assim, assumem uma *feminilidade*.

A possibilidade de falhas nessa comunicação é grande, especialmente no momento de corporificar o discurso do outro no próprio corpo, assumindo uma *persona* frente à sociedade; é preciso fabricar os signos visuais aos quais não se tem acesso. Quem sabe em função disso, por exemplo, a maior parte das entrevistadas tenha declarado usar “roupas clássicas”, pretensamente

independentes da moda e, assim, “seguras”, ou, ainda, falado não usar maquiagem, código inteiramente visual. Certamente, é de difícil operacionalização para alguém sem a capacidade de enxergar explorar a corporeidade em sua qualidade de media visual, o que deve ser profundamente angustiante quando se sabe da importância dada pelos outros com os quais se convive aos sentidos visuais. Isso se torna latente na fala da entrevistada que revelou o sonho de ser ela mesma, porém “com olhos”.

Um índice interessante foi o que apontou, conforme os dados apresentados na pesquisa empírica, que para as cegas o binômio mulher/aparência não se encontra estruturado conscientemente como um par; é como se o feminino – a imagem – e o “ser mulher” fossem dois conceitos distintos, ao contrário do proposto para a grande parcela da sociedade, onde feminino e “boa imagem” são quase sinônimos. Ainda assim, o supracitado binômio conceitual fez-se presentificado quando 100% das mulheres ouvidas declararam-se vaidosas, preocupadas com o quesito “aparência”.

Assim, sugere-se pensar que, apesar do imaginário não se estruturar por hipoícones imagéticos visuais para as cegas, ele seja, mesmo nelas, o registro da imagem, da aparência do objeto. O problema é que as outras pessoas com as quais as mulheres sem visão convivem estruturam seu ego predominantemente nas imagens visuais, e as portadoras de cegueira assumem um Outro visual sem, muitas vezes, o compreenderem. Basta pensar na entrevistada que qualificou a atriz Ana Paula Arósio como “linda, perfeita!”, seu ideal de eu, mesmo sem, visualmente, ter condições de saber o que seja essa “perfeição”; tal fala também aponta para a libido por traz da construção do eu: as palavras empregadas como

qualidades do desejo foram “linda” e “perfeita”, tão caras em tempos de hipertrofia do imaginário.

Aqui, deve-se fazer uma correção, quase uma abdução ocorrida nessas reflexões finais: no decorrer deste trabalho, em inúmeros momentos, usou-se a palavra *imagem* como sinônimo de *signo visual*, o que acarretaria na impossibilidade dos cegos possuírem imaginário. Peirce, contudo, ao expandir os hipóícones imagéticos para além do visual, resolve o que seria um impasse, explicando como, mesmo sem enxergar, os cegos conseguem apreender signos imagéticos – sonoros, táteis, gustativos... – e assim edificarem seu eu: a cegueira é uma deficiência *visual*, e não *imagética*.

Outro dado interessante, e que confirma uma maior “desenvoltura” dos portadores de cegueira no uso dos signos verbais/sonoros, foi a escolha das entrevistas pelo rádio como mídia preferida, um canal inteiramente auditivo – extensão técnica do ouvido. Além disso, todas as outras mídias citadas como mais usadas – televisão, livro falado e “música” – são ou tornam-se sonoras para os cegos. Por isso, sugere-se que os esquemas táteis-cinestésicos-auditivos dos primeiros meses de vida sejam posteriormente reorganizados com a audição ficando na primeira posição.

A partir do exposto, essas breves reflexões enceram-se com a certeza de que o universo dos portadores de cegueira ainda tem muito a revelar, e que a pesquisa aqui desenvolvida foi muito mais uma “carta de intenções” e uma tentativa de compreensão de estruturas gerais, do que qualquer outra coisa. Ainda assim, foi possível inferir algumas idéias; recapitulando: sugere-se que os cegos edifiquem seu imaginário – e assim sua identidade - da mesma forma que

os videntes, no sentido de incorporar o discurso do outros, mas diferentemente desses por não usarem nesse procedimento as imagens visuais; acredita-se, também, que os signos verbais/sonoros sejam os mais permeáveis ao *merkwelt* dos portadores de cegueira, bem como que poderia existir um melhor aproveitamento dos potenciais semióticos do tato, através, por exemplo, de um aperfeiçoamento do braile; pensa-se, ademais, que o *feminino*, estruturalmente, seja também para as cegas um signo baseado no imaginário, inclusive no tocante aos signos visuais, pois todas as entrevistadas reportaram dar atenção à vaidade; por último, atenta-se para o fato das cegas investigadas terem conseguido dar à corporeidade outros sentidos distintos da sua conformação visual, entendendo o corpo, de fato, como uma *media*-gênese, a mediação entre outros processos comunicativos, “acesso ao mundo”, “meu mundo”, não restringindo, pois, seu potencial semiótico ao plano da superfície visual, como a sociedade atual aparenta fazer.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ALMEIDA, Osvaldo P. Mini exame do Estado mental e o diagnóstico de demência no Brasil. In: Arq. Neuro-psiquiatr. v.56 n.3B. São Paulo: set. 1998.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de Desenhos-Estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ARAN, Márcia. Lacan e o feminino: algumas considerações críticas. Nat. hum., dez. 2003, vol.5, no.2, p.293-327. ISSN 1517-2430.

BARTHES, Roland. A Câmara clara: nota sobre a fotografia. Trad. Julio Castanon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. Aula. Trad. e posf. Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Cultrix, 1989.

BASSALO, José Maria Filardo. Cad. Cat. Ens. Fis., Florianópolis, 3(3): 138-159, dez. 1986

BATESON, Gregory. Mente e natureza: a unidade necessária. Trad. Claudia Gerpe. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Ed. 70, 1995.

BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria geral dos sistemas. Trad. de Francisco M. Guimarães. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BÍBLIA SAGRADA - Volume I. Reedição da versão do padre Antônio Pereira de Figueiredo. Organização: Padre Santos Farinha. Revisão Elói Braga Jr. São Paulo: Editora das Américas, 1950.

BICAS, Harley E. A. Acuidade visual. Medidas e notações. Arq Bras Oftalmol 2002;65:375-84.

BISHOP, Christopher Ray. Runic Magic. Thesis submitted to the Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park in partial fulfillment of the equirements for the degree of Master of Arts, 2007 .

BLAKEMORE, Colin. The mind machine. Colabs. Richard Hutton, Martin Freeth. London : Penguin Books : BBC Books, 1994.

BLOS, Peter. Filho e Pai. In: O enigma dos sexos perspectivas psicanalíticas contemporaneas da feminilidade e da masculinidade. Trad. Fernando Naufel, Maria da Penha Ferreira, Tania Penido. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

BOND, F. Fraser. Introdução ao jornalismo. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

BOUTAUD, Jean-Jacques. Visual Semiotics, Pragmatics, and Communication. In: Advances in visual Semiotics. Ed. By Thomas A. Sebeok, Jean Umiker-Sebeok. Assistant ed. Evan P. Young. Berlin; New york: Mouton de Gruyter, 1994.

BRAGA, Ruy. Sociedade pós-fordista e trabalho cognitivo: “Grande transformação” ou fetichismo tecnológico? In: Marxismo e Socialismo no século 21. Benedito Moraes Neto... [et al.]/ organizadores: Andréia Galvão... [et al.]. Campinas: UNICAMP/IFHC: Xamã, 2005.

BRANDÃO, Junito de Souza. Dicionário mitico-etimológico da mitologia grega Junito de Souza Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

BREEN, Danna. Introdução. In: O enigma dos sexos perspectivas psicanalíticas contemporâneas da feminilidade e da masculinidade. Trad. Fernando Naufel, Maria da Penha Ferreira, Tania Penido. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

BRITO e VEITZMAN. Causas da cegueira e baixa visão em crianças. ARQ. BRAS. OFTAL. 63(1), FEVEREIRO/2000.

BRUN, Danièle. Figurações do feminino. Trad. Martha Prada e Silva. São Paulo: Escuta, 1989.

BRUNO, Maria Moraes Garcia. Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

_____. O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: NEWSWORK, 1993.

CAMPANHOLE, Sidney Gomes. Vejo logo simbolizo uma abordagem semiótica da percepção da linguagem visual. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, PUC-SP. São Paulo: 2006.

CAPISTRANO, Tadeu. Trabalho apresentado no Núcleo de Comunicação Audiovisual, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte: 2003.

CAPRA, Fritjov. The web of life: a new scientific understanding of living systems. New York: Doubleday, 1996.

CARMICHAEL, Leonard. Manual de psicologia da criança/ Volume 2: O primeiro ano de vida e as experiências iniciais I. São Paulo: Editora da USP: 1975a.

_____. Manual de psicologia da criança/ Volume 8: Socialização I. São Paulo: Editora da USP: 1975b.

CASCUDO, Luís da Câmara. Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnologia geral. São Paulo: Global, 2004.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venancio Majer, Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ana Lúcia de. Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CHEBABI, Wilson. Corpo e Psicanálise. In Que corpo é esse? Novas perspectivas. Nízia Villaça, Fred Góes, Ester Kosovski (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CIRLOT, Juan Eduardo. Dicionário de símbolos Juan-Eduardo Cirlot ; trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984.

CLÉMENT, Catherine e KRISTEVA, Julia. O feminino e o sagrado. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

COELHO, J. Teixeira. Semiótica, informação e Comunicação. São Paulo: Perspectiva, 1990.

CSORDAS, Thomas J.. The body as representation and being-in-the-world. In: Embodiment and experience: the existential ground of culture and self. Cambridge: University Press, 1996.

CUKIERT, Michele e PRISZKULNIK, Léia. Considerações sobre eu e o corpo em Lacan . Estud. psicol. (Natal), Jan. 2002, vol.7, no.1, p.143-149. ISSN 1413-294X.

CUTSFORTH, Thomas D. O cego na escola e na sociedade: um estudo psicológico. São Paulo: CAMP NAC EDUC CEGOS, 1969.

DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Intervenção no ambiente escolar estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa visão. São Paulo: UNESP, 2002.

DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem visual. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUBOIS, Philippe. Cinema, video, Godard. Trad. Mateus Araujo Silva. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991.

FARIAS, Ana Maria Amorim de. Da costela de Adão: o recalque e a negatificação do feminino em nossa cultura e na psicanálise. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Clínica, PUC-SP. São Paulo: 2005.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: Textos em representações sociais. Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs.). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FELIPPE e FELIPPE. Orientação e mobilidade. In: Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

FLUSSER, Vilem. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Releume Dumara, 2002.

FINK, Bruce. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Trad. Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GIBSON, James J. The ecological approach to visual perception. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

GIL, José. Metamorfoses do corpo. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

GIROTTTO, Nara Lúcia. Construindo e desconstruindo a supervisão de estágio com o devir-imperceptível das sensações mínimas do corpo. *Aletheia*, jun. 2006, no.23, p.81-87. ISSN 1413-0394.

GOERTZEL, Ben. From complexity to creativity: explorations in evolutionary, autopoietic and cognitive dynamics. New York: Pleniun Press, 1997.

GÓES, Fred. Do Body Building ao Body Modification – Paraíso ou Perdição. In Que corpo é esse? Novas perspectivas. Nízia Villaça, Fred Góes, Ester Kosovski (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

GONZALES, Maria Eunice e MORAIS, Sônia. Contribuições do pragmatismo para a Compreensão do Conceito de Informação Ecológica. In: Cognito: revista de filosofia. v. 8, n.1, pp. 93-104, jan./jun. São Paulo: EDUC, 2007.

GORZ, André. O Imaterial: conhecimento, valor e capital. Trad. Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAZIANO RM, LEONE CR. Problemas oftalmológicos mais freqüentes e desenvolvimento visual do pré-termo extremo. J Pediatr (Rio J). 2005 ;81(1 Supl):S95-S100.

GREGORY, Richard L. Eye and brain: the psychology of seeing. Hong Kong: Footnote Graphics, 1998.

GREINER, Christine. O corpo: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

GRUBER, Alois. La Pubertad - Desarrollo y Crisis. Trad. Ismael Antich. Barcelona: Editorial Herder, 1960.

GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. Introdução. In: Textos em representações sociais. Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs.). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na pós-modernidade. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Antropologia do Ciborgue. SILVA, Thomaz Tadeu da (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HART, George. Mitos Egípcios. Trad. Geraldo Costa Filho. São Paulo: Editora Moraes: 1992.

HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural; Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996

HEIMERS, Wilhelm. Como devo educar meu filho cego: um guia. Trad. Humberto Schoenfeldt. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1970.

HOFFMAN, Donald D. Inteligência visual: como criamos o que vemos. Trad. Denise Cabral Carlos de Oliveira. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HOUSER, Nathan. The essential Peirce selected philosophical writings. Bloomington e Indianapolis: Bloomington Indiana University Press, 1992.

HURLOCK, Elizabeth B. Adolescent development. United States of América: McGraw-Hill, 1967.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI Campinas: Autores Associados, 2004.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: 1997.

JOHNSON-LAIRD e NICHOLS, Philip. How is meaning mentally represented? In: in: Meaning and mental representations. Edited by Umberto Eco, Marco Santambrogio, Patrizia Violi (orgs.) Bloomington: Indiana University, 1988.

JORGE, Edméa Maria Rocha (2000). O signo peirceano e uma abordagem biossemiótica acerca do processo de comunicação das coisas vivas. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. São Paulo.

KANNER, L. (1997/1943) Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In Rocha, P.S. (org.) *Autismos*. S. Paulo: Editora Escuta.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

KELLER, Cristoph. Wir Cyborgs. In Body Extensions. Stuttgart: Arnoldsche, 2004.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOTOV, Kaie. Semiosphere: A chemistry of being. Sign Systems Studies 30.1. Tartu: Tartu University Press, 2002.

KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”: um encontro com Donna Haraway. In: Antropologia do Ciborgue. SILVA, Thomaz Tadeu da (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu – tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: O sujeito, o corpo e a letra: termos da Análise. SEIXO, Maria Alzira (org.). Lisboa: Arcádia, 1977.

_____. O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LARAIA, Roque de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE BRETON, David. A síndrome de Frankenstein. In: Políticas do corpo. SANT’ ANNA, Denise Bernuzzi de (org). São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

LÊ POULICHET, S. O Narcisismo. In: NASIO, Juan-David. Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise. Trad. Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

LEITE, Rita de Cássia Curvo. Transplantes de órgãos e tecidos e direitos da personalidade. São Paulo: J. de Oliveira, 2000.

LYONS M. L. e BARBALET F. M. Society’s body: emotion and the “somatization” of social theory. In: Embodiment and experience: the existential ground of culture and self. Cambridge: University Press, 1996.

LOUZADA, N. Perigo à vista. J Oftalmol Jota Zero - Sociedade Brasileira de Oftalmologia. 2003;16(89):31.

LORA, Tomázia Dirce Peres. Atividades diárias. In: Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

MACHADO, Arlindo. O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

_____. Pré-cinemas & pós-cinemas. Campinas: Papirus, 1997.

MANNONI, Laurent. A grande arte da luz e da sombra: arqueologia do cinema. Trad. Assef Kfour. São Paulo: Editora SENAC: UNESP, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e jornalismo a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.

MARSHALL, Gordon. Oxford Dictionary of Sociology. Oxford : Oxford University Press, 1998.

MARTIN e RAMÍREZ. Visão subnormal. In: Deficiência Visual – Aspectos Psicoevolutivos e educativos. Trad. Magali de Lourdes Pedro. Coordenadores Manuel Bueno Martín e Salvador Toro Bueno. Livraria Santos Editora, 2003 .

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MASSIP, Vicente. História da filosofia ocidental. São Paulo: EPU, 2001.

MAZZOTA, Marco Jose da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MCLUHAN, Marchal. A imagem, o som e a fúria. In: ROSENBERG, Bernard e WHITE, David M. (organizadores). Cultura de Massa. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. Os meios de comunicação como extensões do homem. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1979.

MIÈGE, Bernard. O pensamento comunicacional. Trad. Guilherme Teixeira. Petrópoles. RJ: Vozes, 2000.

M. L. Lyons e F. M. Barbalet. Society's body: emotion and the "somatization" of social theory. In: Embodiment and experience: the existential ground of culture and self. Cambridge: University Press, 1996.

MOSCOVICI, Serge. "Prefácio". In: Textos em representações sociais. Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs.). 2. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 1995.

MONTEIRO e KAWANO. Crescimento de órgãos do aparelho reprodutor durante o desenvolvimento de *Biomphalaria tenagophila* (ORBIGNY) (MOLLUSCA, PLANORBIDAE). *Rev. Brasil. Biol.*, 58(4): 693-705.

MONTILHA, Ritta de Cassia, GASPARETTO, Maria Elisabete e NOBRES, Maria Inês. Deficiência visual e inclusão escolar. In: Escola inclusiva. Organizado por Marina Silveira Palhares, Simone Cristina Marins. São Carlos: EdUFSCAR, 2002.

MORIN, Edgard. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Para navegar no século XXI. MARTINS, Francisco Mendes e MACHADO, Juremir (org.). Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

NASIO, Juan-David. Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995a.

_____. O olhar em psicanálise. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995b.

NEGRINI, Maria Carolina. A evolucao do conceito de desenvolvimento na esfera da Organizacao das Nacoes Unidas (ONU) e o tratamento especial dos paises em desenvolvimento na Organizacao Mundial do Comercio (OMC). Sao Paulo : s.n, 2007.

NÖTH, Winfried. Handbook of Semiotics. Bloomington e Indianapolis: Indiana University, 1990.

ORTEGA, Maria Pilar Platero. Linguagem e deficiência visual. In: Deficiência Visual – Aspectos Psicoevolutivos e educativos. Trad. Magali de Lourdes Pedro. Coordenadores Manuel Bueno Martín e Salvador Toro Bueno. Livraria Santos Editora, 2003 .

PAGE, I. R. Mitos nórdicos. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro: 1999.

PANTELLINI, Claudia e STOHLER, Peter. Body Extensions oder der >>Wunsch nach mehr<<. In: Body Extensions. Stuttgart: Arnoldsche, 2004.

PASCHOALE, Conrado. Geologia como semiótica da natureza. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, PUC-SP. São Paulo: 1989.

- PEIRCE, Charles S.. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PENHALVER, Alexandra. Caso de Polícia. In: *A vida com a tv: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002a.
- _____. Babá via satélite. In: *A vida com a tv: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002b.
- PENHALVER, Alexandra e JÚNIOR, Luiz Costa Pereira. Com televisor, sem geladeira. In: *A vida com a tv: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.
- PINEEL, John P. *Biopsicologia*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PITTA, Danielle Perin da Rocha. O corpo situado no trajeto antropológico, in *Corpo e Sentido- a escuta do sensível*. São Paulo: Unesp, 1996.
- PORTO, Eline. *A corporeidade do cego: novos olhares*. Piracicaba/São Paulo: Editora UNIMEP/Memnon, 2005.
- PRIBRAM, Karl H. *Brain and perception: holonomy and structure in figural processing*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.
- PRIGOGINE, Ilya. O fim da ciência? In: *Novos paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Organizado por Dora Fried Schnitman; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PORTELLA, Mônica e CLARK, Cynthia. Sinais não-verbais da dissimulação: inatos ou adquiridos? *Estud. pesqui. psicol.*, dez. 2006, vol.6, no.2, p.6-20. ISSN 1808-4281.
- PROD'HOM, Chantal. Körpererweiterung, mehr als ein Accessorie? In: *Body Extensions*. Stuttgart: Arnoldsche, 2004.
- ROCHA, Ana Maria Martins Lino. *Entre vasos de cristal: corpo feminino na clínica social da psicanálise*. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Clínica, PUC-SP. São Paulo: 2003.
- ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Trads. Vera Ribeiro, Lucy Magalhaes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- RUDGE, Ana Maria. *Pulsão e linguagem: esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: fundamentos da crítica à indústria cultural em Adorno*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- QUEIROZ, João. *Semiose segundo C. S. Peirce*. São Paulo: EDUC; Fapesp, 2004.
- QUINET, Antonio. *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*. Trad. Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____ Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In Políticas do corpo. SANT' ANNA, Denise Bernuzzi de (org). São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTAELLA, Lucia. A assinatura das coisas: Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____ A percepção: uma teoria semiótica. São Paulo: Experimento, 1998.

_____ A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004b.

_____ Corpo e comunicação: sintoma da cultura. São Paulo: Paulos, 2004a.

_____ Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulos, 2003.

_____ Matrizes da linguagem e do pensamento. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____ O Homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (org.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997.

_____ O que é semiótica – Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ Sinequismo e Onipresença da Semiose. In: Cognito: revista de filosofia. v. 8, n.1, pp. 141-149, jan./jun. São Paulo: EDUC, 2007.

SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfred. Imagem. Cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, José Francisco dos. Uma reflexão sobre o conceito de falibilismo em C. S. Peirce. Dissertação de Mestrado. Programa de Filosofia, PUC-SP. São Paulo: 2001.

SANTOS, Sueli Souza dos. Inclusão: pontos cegos de um discurso pedagógico. *Aletheia*, dez. 2005, no.22, p.41-50. ISSN 1413-0394.

SARTORI, Giovanni. Homo Videns: Televisão e Pós-pensamento. Trad. Antonio Angonese. Lisboa: Terramar, 2001.

SCHADE, Sigrid. Hybrid Ausdehnungen des Medialen und des Körpers. In: Body Extensions. Stuttgart: Arnoldsche, 2004.

SCHEINKMAN, Daniela. Da pulsão escópica ao olhar um percurso, uma esquete. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

SILVA, Thomaz Tadeu da. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: Antropologia do Ciborgue. SILVA, Thomaz Tadeu da (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

SOLSO, Robert L. Cognition and the visual arts. London : The MIT Press, 1994.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Marcus. A feminilidade nas dimensões Real, Simbólica e Imaginária. In: Associação Psicanalítica de Curitiba, *em Revista*, nº 14, 2007, p.75-86..

TRINCA, Walter. Prefácio. In: Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de Desenhos-Estórias. Amiralian, Maria Lucia Toledo Moraes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

UEXKÜLL, T. A teoria da Umwelt de Jacob von Uexküll. In: Revista Galáxia, Vol.7, pp. 19-48. São Paulo: EDUC, 2004.

UNGERLEIDER, Leslie G. e HARXBY, James V. 'What' and 'where' in the human brain. In: SQUIRE, Larry R. e KOSSLIN, Stephen M. Findings and current opinion in cognitive neurosciences. Cambridge : The MIT Press, 2000.

VALE e DELFINO. As nove premissas anesthesiológicas da bíblia. Rev. Bras. Anesthesiol. vol.53 no.1 Campinas Jan./Feb. 2003

VERNANT, Jean-Pierre. A morte nos olhos – Figurações do Outro na Grécia Antiga: Ártemis e Gorgó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

VIEIRA, Jorge Albuquerque. Teoria do Conhecimento e Arte: formas de conhecimento – arte e ciência, uma visão a partir da complexidade. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2006.

VILLAÇA, Nízia. Em pauta: corpo, globalização e novas tecnologias. Rio de Janeiro: Mauad: CNPq, 1999.

VILLAÇA, Nízia e GÓES, Fred. Em nome do corpo. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

W.M. Ivins. Imagen impresa y conocimiento. Trad. Justo G. Beramendi. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.

WALTER-BENSE, Elisabeth. A teoria geral dos signos: introdução aos fundamentos da semiótica. Trad. Pérola de carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2000.

WIENER, Norbert. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1978.

WRIGHT, Samson. Fisiologia aplicada. Livraria Ateneu, 1967.

Periódicos:

Conviva – Jornal da Associação de Deficientes Visuais e Amigos. ADEVA – Ano VIII, nº41: 2007.

Referências eletrônicas:

Internet:

AGÊNCIA ESTADO. Vaidade masculina em alta. 10/08/2007. Disponível em <<http://br.news.yahoo.com/s/09082007/25/entretenimento- vaidade-masculina-alta.html>>. Acessado em 10 de agosto de 2007.

AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Cegueira é mal que se pode evitar. Publicado em 03 de abril de 2006 - (Edição nº116). Disponível em <<http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/Cegueira/Cegueira.htm>>. Acessado em 01 de março de 2008.

BRITO, Patrícia Ribeiro; VEITZMAN, Sílvia. Causas de cegueira e baixa visão em crianças. Arq. Bras. Oftalmol. , São Paulo, v. 63, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492000000100010&lng=pt&nrm=iso> . Acessado em: 05 de março de 2008.

CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Disponível em <http://209.85.165.104/search?q=cache:UEITpebxuE0J:www.cbo.com.br/cbo/campanhas_sociais.htm+Conselho+Brasileiro+de+Oftalmologia+1,2+milh%C3%A3o+cegos&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gI=br>. Acessado em 03 de março de 2008.

DIONÍSIO, Roberto. "Verdades & mentiras". Disponível em <<http://www.observatorio.daimprensa.com.br/artigos/asp120620029992.htm>>. Acessado em 22 de janeiro de 2008.

FOLHA ONLINE. Ciência - Mulher que fez transplante de face não é reconhecida nas ruas. 11/01/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14144.shtml>>. Acessado em 14 de maio de 2007.

_____. Pavilhões da Casa de Detenção serão implodidos no domingo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u64089.shtml>>. Acessado em 25 de janeiro de 2008.

FULGENCIO, Leopoldo. Freud's theory of libido as a speculative hypothesis. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 fevereiro de 2008.

GLOBO.COM. G1. Vitoriosa, UE chega aos 50 anos desunida. 2007. Disponível em <<http://209.85.165.104/search?q=cache:lhmrJBIfw4J:g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL13700-5602,00.html+uni%C3%A3o+europeia+popula%C3%A7%C3%A3o+países&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=9&gl=br>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2008.

IBGE – Censo Demográfico 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>>. Acessado em 02 de março de 2008.

_____. Cidades @. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acessado em 02 de março de 2008.

ISTOÉ Online. Monstros - Tortura de menina no programa do Ratinho e morte de Brenda reabre a discussão sobre o que fazer para combater a violência doméstica contra crianças. In <http://64.233.169.104/search?q=cache:7gDKXLZ1HyMJ:www.terra.com.br/istoe/1622/brasil/1622_monstros.htm+programa+do+ratinho&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6&gl=br>. Acessado em 13 de janeiro de 2008.

KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 10, n. 21, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 de maio de 2007. Pré-publicação.

LUCAS, Micheline Borges et al. Rehabilitational management of low vision patients. *Arq. Bras. Oftalmol.*, São Paulo, v. 66, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492003000100015&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 06 Mar 2008. doi: 10.1590/S0004-27492003000100015

MORAES e Queiroz. COGNITIO-ESTUDOS. Revista eletrônica de Filosofia, São Paulo, Volume 2, Número 1, pp.14-21, TEXTO 03_21, janeiro/julho, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio_estudos/cog_estudos_v2n1/TEXTO_03_21_Moraes_Queiroz.pdf>. Acessado em: 15 de setembro de 2007.

MUSEUS NA ESCOLA. PROJECTO CO-FINANCIADO PELA UNIÃO EUROPEIA. Disponível em: <<http://museusnaescola.eselx.ipl.pt/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

O GLOBO ONLINE. Ratinho deixa geladeira do SBT nesta segunda-feira. 28/12/2006. In <<http://64.233.169.104/search?q=cache:JIT9ZWBhtlMJ:oglobo.globo.com/cultura/mat/2006/12/28/287212095.asp+programa+do+ratinho+1998+2006&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=9&gl=br>> Acessado em 02 de janeiro de 2008.

OMS – Organização mundial de saúde. Blindness. Disponível em < <http://www.who.int/topics/blindness/en/>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2008.

_____. Magnitude and causes of visual impairment. Disponível em: < <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/en/index.html>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2008.

PORTAL UNESP – Acessória de Comunicação. Ensino de Física para cegos. 2007. Disponível em <<http://209.85.165.104/search?q=cache:SvGmUyU7WvMJ:www.unesp.br/aci/jornal/220/fisica.php+acuidade+unesp&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acessado em 02 de março de 2008.

RIBEIRO, José. As Imagens da Ciência. In: “Biblioteca on-line de ciências da comunicação” <www.bocc.ubi.pt>, 1993. Acessado em 09 março de 2007.

SANTAELLA, Lucia. As três categorias peirceanas e os três registros lacanianos. In USP [online] - 1999, vol. 10, no. 2 [cited 2008-03-03], pp. 81-91. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de novembro de 2007.

SITE DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Como tudo começou... Disponível em <<http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>. Acessado em 08 de setembro de 2007.

THE NEW YORK INSTITUTE FOR SPECIAL EDUCATION: Blindness Resource Center Valentine Hauy 1745 – 1822. Disponível em : < <http://209.85.165.104/search?q=cache:iXbYs1HHHbUJ:www.nyise.org/blind/hauy.htm+Valentin+Ha%C3%BCy&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2008.

UNIVERSO VISUAL. Prevenção em foco, 2004. Disponível em < http://209.85.165.104/search?q=cache:Y9gDdt0HilAJ:www.universovisual.com.br/publisher/preview.php%3Fedicao%3D0904%26id_mat%3D479+s%C3%A3o+paulo+tem+milh%C3%A3o+de+deficientes+visuais&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=9&gl=br>. Acessado em 03 de março de 2008.

CD:

FREUD, Sigmund. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, s.d.

Vídeo:

The six million dollar man introduction. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=woOLEEu8RLI>>. Acesso em 08 de maio de 2007.